



# PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Autos nº: 0003971-03.2023.8.16.0119

GRUPO AGROMEAL





SUMÁRIO

**PREÂMBULO.....5**

**CAPÍTULO I..... 7**

DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO .....7

DOS OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RAZÕES DA CRISE .....14

2.1. *Dos Objetivos do Plano de Recuperação Judicial.....14*

2.2. DAS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GRUPO AGROMEAL. ....15

**CAPÍTULO III..... 15**

REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS SUJEITOS AO PLANO DE RECUPERAÇÃO .....15

3.1. Disposições Gerais .....15

**3.1.1. REESTRUTURAÇÃO DE CRÉDITOS.....15**

3.1.2. Unificação de Créditos.....16

3.1.3. Forma de pagamento. ....16

3.1.4. Informação das contas bancárias.....16

3.1.5. Início dos prazos para pagamento.....17

3.1.6. Data do pagamento. ....17

3.1.7. Compensação.....17

3.1.8. Juros e Correção.....17

3.1.9. Créditos em Moeda Estrangeira.....18

**3.10. CRÉDITOS NÃO SUJEITOS AO PLANO.....18**

REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS .....18

4.1. Créditos Trabalhistas.....18

4.1.1. Créditos Trabalhistas Incontroversos.....18

4.1.2. Pagamento dos Créditos Trabalhistas Controvertidos.....19

4.1.3. Majoração ou inclusão de Crédito Trabalhista.....19

4.1.4. Contestações de classificação.....20

REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS COM GARANTIA REAL.....20

5.1. Créditos Com Garantia Real.....20

REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS .....20

6.1. Créditos Quirografários.....20

6.2. Pagamento a Credores Quirografários.....20

REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS DE M.E. E E.P.P. ....22

7.1. Créditos De Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte.....22

7.2. Pagamento a Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte. ....22

FORNECEDORES INSUMOS E MATÉRIAS PRIMAS ESSENCIAIS E FUNDING .....24

EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....27

DISPOSIÇÕES GERAIS.....34

10.1. Restrição à distribuição de resultados.....34

10.2. Divisibilidade das previsões do Plano .....35

10.3 Quitação.....35

10.4. Encerramento da Recuperação Judicial.....35

10.5. Comunicações.....35



10.6. Lei aplicável ..... 36

10.7. Eleição de foro..... 36



**Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda – Em Recuperação Judicial,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.624.776/0001-07, com sede junto a ROD PR 463, S/N, KM 3.5 Lote 178-A, Gleba Patrimônio Capelinha, CEP: 87600-000, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná; e **Daifa Agronegocios Ltda – Em Recuperação Judicial,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.003.616/0001-96, com sede junto a Avenida Benedito Storani, nº 1425, Sala 212/1, Bairro Santa Rosa, CEP: 13.289-014, na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, doravante denominado **Grupo Agromeal**, propõem o seguinte Plano de Recuperação Judicial, nos termos do art. 53 e demais dispositivos correlatos, da Lei 11.101/2005.







## PREÂMBULO

### Considerando que:

- I. **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda – Em Recuperação Judicial, e Daifa Agronegocios Ltda – Em Recuperação Judicial**, atuam conjuntamente como **Grupo Agromeal** no ramo de padronização (formação de blends) de matéria-prima (óleo de origem vegetal e animal), para venda no mercado de biocombustível, óleo de vísceras, de aves, suínos e peixes, que produzem de ração pet para caninos e felinos;
- II. **O Grupo Agromeal**, atuante no processamento de resíduos de origem animal para a comercialização de gordura animal, enfrentou desafios ao longo de sua história, adaptando-se e inovando constantemente para superá-los. No entanto, a partir de abril de um determinado ano, a necessidade de resiliência aumentou devido à falta de resultados no setor de biodiesel, um dos principais compradores de seus produtos. Apesar das expectativas de crescimento nesse setor em resposta a regulamentações ambientais mais rígidas, as projeções não se concretizaram, levando o **Grupo Agromeal** a contrair empréstimos para investimentos que não se materializaram. Além disso, mudanças na regulamentação do biodiesel e o aumento da tributação prejudicaram ainda mais as empresas. A queda na produção de biodiesel e os desafios no mercado de ração animal contribuíram para a deterioração da situação financeira das recuperandas, que se viram obrigadas a recorrer à Recuperação Judicial para reestruturar suas dívidas, preservar empregos e continuar suas atividades econômicas de forma sustentável. Assim, o pedido de Recuperação Judicial formulado aos 15/12/2023 visa garantir a continuidade das empresas e o





pagamento planejado aos credores, em conformidade com os princípios da Lei 11.101/2005;

III. A r. Decisão (Ref. mov. 69.1) deferiu o processamento da Recuperação Judicial, fixando o *"prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta decisão, para que a requerente apresente o plano de recuperação judicial"*, sendo considerada a data da publicação o dia em que as Recuperandas efetivaram a consulta eletrônica ao teor da intimação, 01/04/2024 (Ref. mov. 76.1), quando foi certificada nos autos a sua realização, de acordo com o art. 5º da LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006;

IV. As Recuperandas doravante denominadas como **Grupo Agromeal** buscam superar sua crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios, com o objetivo de (i) preservar a sua atividade empresarial, mantendo sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor agroindustrial; (ii) manter a fonte produtora, a geração de riquezas, tributos e empregos; (iii) preservar a empresa, sua função social e estimular a atividade econômica; e (iv) estabelecer a forma de pagamento de seus credores, sempre com vistas a atender aos seus melhores interesses; e

V. Para tanto, o **Grupo Agromeal** apresenta o presente Plano, que atende aos requisitos do art. 53 da Lei nº 11.101/05, por (i) pormenorizar os meios de recuperação do Grupo Econômico; (ii) ser acompanhado do Laudo Econômico-Financeiro das empresas do Grupo Econômico e do Laudo de Avaliação de Bens e Ativos; e (iii) conter proposta clara e específica para pagamento dos credores sujeitos à Recuperação Judicial;

As empresas **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda – Em Recuperação Judicial**, e **Daifa Agronegocios Ltda – Em Recuperação Judicial** submetem o Plano ao d. Juízo da Recuperação Judicial aos credores sujeitos ao Plano, para análise e aprovação da Assembleia Geral de Credores, nos termos seguintes.





## CAPÍTULO I

### DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

**1.1. Regras de interpretação.** O Plano deve ser lido e interpretado de acordo com as regras estabelecidas neste Capítulo I.

**1.2. Significados.** Os termos e expressões utilizados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no Plano, têm os significados que lhes são atribuídos conforme item 1.9 e seguintes abaixo descritos. Esses termos e expressões são utilizados, conforme for apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído conforme item 1.9 e seguintes abaixo descritos. Os termos e expressões em letras maiúsculas que não tenham seu significado atribuído conforme item 1.9 e seguintes abaixo descritos devem ser lidos e interpretados conforme seu uso comum.

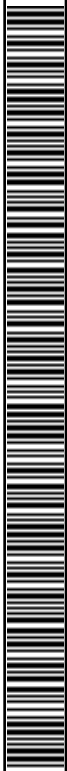
**1.3. Títulos.** Os títulos das Cláusulas do Plano foram incluídos exclusivamente para referência e conveniência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões.

**1.4. Preâmbulo.** O preâmbulo do Plano foi incluído exclusivamente para apresentar e esclarecer, em linhas gerais, o contexto econômico e jurídico em que o Plano é proposto, e não deve afetar o conteúdo ou a interpretação das Cláusulas do Plano. Os termos utilizados em letras maiúsculas no preâmbulo têm os significados que lhes são atribuídos conforme abaixo.

**1.5. Conflito entre Cláusulas.** Na hipótese de haver conflito entre Cláusulas do Plano, a Cláusula que contiver disposição específica prevalecerá sobre a que contiver disposição genérica.

**1.6. Conflito com Anexos.** Na hipótese de haver conflito entre qualquer disposição do Plano e qualquer de seus Anexos, inclusive o Laudo Econômico-Financeiro, prevalecerá o disposto no Plano. Os Anexos não têm conteúdo vinculativo, senão quando expresso de forma diversa no Plano.

**1.7. Conflito com Contratos Existentes.** Na hipótese de haver conflito entre qualquer





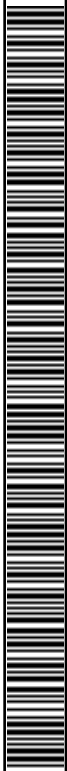
disposição do Plano e as disposições que estabeleçam obrigações para **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda – em Recuperação Judicial**, e **Daifa Agronegocios Ltda – em Recuperação Judicial** e que constem de contratos celebrados com Credores Sujeitos ao Plano antes da Data do Pedido, o disposto no Plano prevalecerá.

**1.8. Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda – em Recuperação Judicial**, e **Daifa Agronegocios Ltda – em Recuperação Judicial** compõem um grupo econômico, estão financeira e operacionalmente interligadas de forma indissociável, embora cada uma desempenhe funções especializadas dentro do seu ramo de atividades, com caixa próprio. Como forma de proporcionar tratamento jurídico adequado a essa realidade econômica, o Plano trata as Recuperandas como uma única entidade econômica. Não obstante, cada sociedade mantém a sua personalidade jurídica, a sua identidade própria, os seus direitos e as suas obrigações, seu caixa e recursos financeiros próprios, exceto quando disposto de forma diversa no Plano, para efeito do cumprimento de determinadas obrigações.

**1.9. Administrador Judicial: M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MARQUES ADMINISTRAÇÕES JUDICIAS)**, CNPJ 07.166.865/0001-71, com matriz no endereço Av. Cândido de Abreu, nº 776, sala 1306, Edifício World Business – Centro Cívico – CEP: 80.530-000, Curitiba/PR, telefone (41) 3206-2754 / (44) 3226-2968 e endereço eletrônico marcio@marquesadmjudicial.com.br, representada por seu sócio e administrador, o advogado MARCIO ROBERTO MARQUES, OAB/PR nº 65.066 e OAB/SP nº 459.319.

**1.10. Anexo:** cada um dos documentos anexados ao Plano. A numeração de cada um dos Anexos refere-se à Cláusula do Plano em que tal Anexo tiver sido mencionado pela primeira vez.

**1.11. Assembleia-Geral de Credores:** a Assembleia Geral de Credores, devidamente convocada e instalada, nos termos do Capítulo II, Seção II, da Lei de Falências e Recuperação Judicial.





**1.12. Caixa Excedente:** EBITDA após (i) pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, (ii) variação da necessidade de capital de giro, (iii) investimentos necessários para substituição de ativos e/ou atendimento de Legislação, (iv) investimentos em ativo biológico, (e) pagamento de juros e principal sobre o endividamento, (v) amortização de débitos fiscais.

**1.13. Cláusula:** cada um dos itens identificados por números cardinais no Plano.

**1.14. Condições de Fornecimento:** tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula específica.

**1.15. Condições de Parceria:** tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula específica.

**1.16. Contratos Existentes:** cada um dos instrumentos de dívida e/ou garantia firmados com os Credores.

**1.17. Código Civil:** Lei nº 10.406/2002, que regula de forma sistemática as relações civis e comerciais de ordem privada no Brasil, e suas alterações subsequentes.

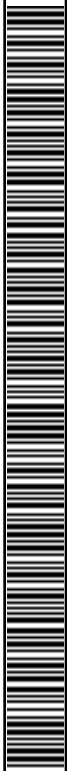
**1.18. Crédito:** cada um dos Créditos Sujeitos ao Plano e dos Créditos Não Sujeitos ao Plano.

**1.19. Crédito com Garantia Real:** cada um dos Créditos Sujeitos ao Plano pertencente a Credor classificado pela Lista de Credores ou por decisão proferida em Impugnação de Crédito como pertencente à Classe mencionada no inciso II do art. 41 da Lei nº 11.101/05.

**1.20. Crédito de ME e EPP:** cada um dos Créditos Sujeitos ao Plano pertencente a Credor Sujeito ao Plano classificado pela Lista de Credores ou por decisão proferida em Impugnação de Crédito como pertencente à Classe mencionada no inciso IV do art. 41 da Lei nº 11.101/05.

**1.21. Crédito Intragrupo ou Dívida Intragrupo:** cada um dos Créditos Sujeitos ao Plano que tenha como Credor qualquer das Recuperandas.

**1.22. Crédito Não Sujeito ao Plano:** cada um dos créditos e obrigações da **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda – em Recuperação Judicial, e Daífa Agronegocios Ltda – em Recuperação Judicial** que não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e que não são, em razão disso, afetados pelo Plano, por força do disposto no art. 49, *caput* e §§3º e 4º, e art. 194, ambos da Lei nº 11.101/05. São considerados





Créditos Não Sujeitos ao Plano, dentre outros: (i) os Créditos constituídos após a Data do Pedido, inclusive os decorrentes dos Novos Recursos; (ii) os Créditos garantidos por alienação ou cessão fiduciária em garantia, até o limite de valor do bem dado em garantia, nos termos do art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05, desde que a referida alienação ou cessão fiduciária em garantia tenha sido devida e regularmente constituída e formalizada em data anterior à Data do Pedido; (iii) os Créditos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil, nos termos do art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05; e (iv) os Créditos decorrentes de tributos.

**1.23. Crédito Principal:** valor constante da Lista de Credores.

**1.24. Crédito Quirografário:** cada um dos Créditos Sujeitos ao Plano pertencente a Credor Sujeito ao Plano classificado na Lista de Credores ou por decisão proferida em Impugnação de Crédito como pertencente à Classe mencionada no inciso III do art. 41 da Lei, ou qualquer outro Crédito Sujeito ao Plano que não se enquadre como Crédito Trabalhista ou como Crédito com Garantia Real.

**1.25. Crédito Sujeito ao Plano:** cada um dos créditos e obrigações existentes na Data do Pedido, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, estejam ou não constantes da Lista de Credores, tenham ou não participado da Assembleia-Geral de Credores, e que não estejam excetuados pelo art. 49, §§3º e 4º, e art. 194, ambos da Lei nº 11.101/05. Os Créditos Sujeitos ao Plano se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e, em razão disso, são passíveis de serem novados pelo Plano. São Créditos Sujeitos ao Plano, dentre outros: (i) os valores dos Créditos que superarem o valor dos bens dados em alienação fiduciária em garantia ou dos créditos dados em cessão fiduciária em garantia, conforme o caso; (ii) os valores dos Créditos decorrentes de sentenças e decisões judiciais e arbitrais, inclusive multas de qualquer tipo, proferidas em processos judiciais e arbitrais ajuizados antes ou depois da Data do Pedido, e relativos a eventos ocorridos anteriormente à Data do Pedido; (iii) os valores dos Créditos decorrentes de avais, fianças ou outras garantias pessoais prestadas, anteriormente à Data do Pedido, pelas próprias **Recuperandas** para assegurar o pagamento de dívidas de sociedades do







Grupo ou de terceiros; e (iv) obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas a fatos geradores ocorridos anteriormente à Data do Pedido.

**1.26. Crédito Trabalhista Controvertido:** Crédito Trabalhista que for objeto de reclamação trabalhista, de impugnação de crédito ou de qualquer outro processo judicial que esteja pendente de julgamento ou de trânsito em julgado.

**1.27. Crédito Trabalhista Incontroverso:** Crédito Trabalhista líquido, certo e incontroverso, que tenha sido habilitado pelo Sr. Administrador Judicial na forma do art. 7º, parágrafo 2º da Lei 11.101/05 e que não tenha sido alvo de impugnação judicial.

**1.28. Crédito Trabalhista:** cada um dos Créditos Sujeitos ao Plano decorrente da legislação do trabalho ou de acidente de trabalho, independentemente de estarem assim classificados na Lista de Credores.

**1.29. Credor:** qualquer titular de Crédito, seja Credor Sujeito ao Plano ou Credor Não Sujeito ao Plano.

**1.30. Credor com Garantia Real:** qualquer Credor detentor de Crédito com Garantia Real.

**1.31. Credor ME e EPP:** qualquer Credor detentor de Crédito de ME e EPP.

**1.32. Credor Não Sujeito ao Plano:** qualquer Credor detentor de Crédito Não Sujeito ao Plano.

**1.33. Credor Quirografário:** qualquer Credor detentor de Crédito Quirografário.

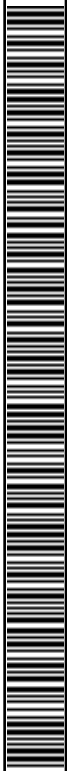
**1.34. Credor Sujeito ao Plano:** qualquer Credor detentor de Crédito Sujeito ao Plano.

**1.35. Credor Trabalhista:** qualquer Credor detentor de Crédito Trabalhista.

**1.36. Credor Fornecedor Insumos e/ou matéria prima e Prestação de Serviços Essenciais:** Qualquer credor detentor de crédito que seja fornecedor de insumo e/ou matéria prima ou serviço essencial sem a qual não é possível a manutenção da operação.

**1.37. Data do Pedido:** dia 15 de dezembro de 2023, data em que o **Grupo Agromeal** distribuiu em juízo o pedido de Recuperação Judicial.

**1.38. Dia Útil:** qualquer dia que não um sábado, domingo, feriado, ou um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados em Maringá, Estado do Paraná.





**1.39. EBITDA:** significa o somatório (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias; (ii) das despesas de depreciação e amortização; (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período.

**1.40. Garantia Real:** cada um dos direitos reais de garantia, inclusive penhores e hipotecas, que tenham sido constituídos para assegurar o pagamento dos Créditos com Garantia Real. Para os efeitos deste Plano, serão consideradas Garantias Reais somente os direitos reais de garantia que, na Data do Pedido, estiverem devidas e regularmente constituídos e formalizados, nos termos das respectivas leis que os disciplinam.

**1.41. Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda - Em Recuperação Judicial, e Daifa Agronegocios Ltda - Em Recuperação Judicial,** conjuntamente denominadas **Grupo Agromeal:** as sociedades em Recuperação Judicial.

**1.42. Homologação Judicial do Plano:** a decisão judicial, proferida pelo d. Juízo da Recuperação ou pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ou outro que seja competente, que concede a Recuperação Judicial ao **Grupo Agromeal**, nos termos do art. 58, *caput*, ou do art. 58, §1º, da Lei nº 11.101/05. Para todos os efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação Judicial do Plano ocorre na data decisão judicial que conceder a Recuperação Judicial.

**1.43. Insumos, Matérias Primas e Prestação de Serviços Essenciais:** significa todo produto ou serviço sem os quais não é possível a manutenção da atividade operacional.

**1.44. Juízo da Recuperação:** Juízo da Vara Cível de Nova Esperança - PR, ou qualquer outro d. Juízo que seja declarado competente para o processamento e o julgamento da Recuperação Judicial.

**1.45. Laudo Econômico-Financeiro:** Laudo econômico-financeiro, elaborado conforme o art. 53, III, da Lei 11.101/2005.

**1.46. Laudo de Avaliação de Bens e Ativos:** Laudo de avaliação de bens e ativos, elaborado conforme o art. 53, III da Lei 11.101/2005.





**1.47. Lei de Falências e Recuperação Judicial:** Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula os processos de Falência e de Recuperação Judicial e Extrajudicial no Brasil, e suas alterações subsequentes.

**1.48. Lei das Sociedades por Ações:** Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que regula a constituição e funcionamento das sociedades por ações no Brasil, e suas alterações subsequentes.

**1.49. Lista de Credores:** qualquer lista contendo a relação de Credores Sujeitos ao Plano, elaborada pelas Recuperandas ou pelo Administrador Judicial, nos termos dos arts. 7º, II, 18, e 51, III, da Lei nº 11.101/05. Para os efeitos do Plano, será considerada Lista de Credores aquela que, na data da análise, tiver sido apresentada por último nos autos da Recuperação Judicial.

**1.50. Novos Recursos:** valores extraconcursais a serem obtidos por **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda - Em Recuperação Judicial, e Daifa Agronegocios Ltda - Em Recuperação Judicial** após a Homologação Judicial do Plano.

**1.51. Plano:** este Plano de Recuperação Judicial conjunto das Recuperandas **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda - Em Recuperação Judicial, e Daifa Agronegocios Ltda - Em Recuperação Judicial** conforme submetido ao Juízo da Recuperação.

**1.52. Procedimento Competitivo:** Qualquer dos procedimentos judiciais previstos ou autorizados pela Lei nº 11.101/2005 para a alienação de bens de massas falidas ou empresas em recuperação judicial.

**1.53. Quitação:** quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os Créditos Sujeitos ao Plano, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações, que ocorre no momento da subscrição de Ações, ou pagamento em dinheiro do respectivo Crédito, nos termos do Plano.

**1.54. Recuperação Judicial:** o processo de recuperação judicial da **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda - Em Recuperação Judicial, e Daifa**





**Agronegocios Ltda - Em Recuperação Judicial**, autuado sob o nº 0003971-03.2023.8.16.0119, e em curso perante o Juízo da Recuperação, Vara Cível de Nova Esperança - PR.

**1.55. Recuperandas: AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA., e DAIFA AGRONEGOCIOS LTDA.,** denominadas conjuntamente como **GRUPO AGROMEAL**.

**1.56. Termo de Habilitação - Fornecedor Insumos e/ou matéria prima e Prestação de Serviços Essenciais:** tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula específica;

**1.57. Termo de Habilitação de Credor Essencial:** tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula específica.

**1.58. TJLP:** Taxa de Juros de Longo Prazo.

**1.59. TR:** Taxa referencial de juros, calculada e divulgada pelo Banco Central do Brasil.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RAZÕES DA CRISE**

#### **2.1. Dos Objetivos do Plano de Recuperação Judicial**

Diante das dificuldades, e visando cumprir com as suas obrigações financeiras, **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda - Em Recuperação Judicial, e Daifa Agronegocios Ltda - Em Recuperação Judicial. Propõem** este Plano de Recuperação, objetivando a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento da dívida depois de reestruturada, bem como a geração de capital de giro e recursos necessários para a continuidade de todas as atividades das Recuperandas permitindo a superação da situação de crise financeira, além de permitir a manutenção da fonte produtora, dos empregos e dos interesses dos credores, resultando disso ainda, a preservação do próprio grupo, da sua função social e da continuidade do estímulo à atividade econômica (artigo 47, Lei 11.101/2005). Em resumo, e para se atingir esses objetivos, o Plano utiliza, dentre outras, as seguintes medidas de recuperação: (i) concessão de prazos e condições especiais para pagamento dos Créditos Sujeitos ao





Plano, como forma de adequar o endividamento do **Grupo Agromeal** ao seu fluxo de caixa; (ii) criação de estímulo aos Credores Fornecedores Essenciais para que continuem com o fornecimento de mercadorias essenciais à continuidade do Grupo Econômico.

## **2.2. Das Razões da Crise Econômico-Financeira do Grupo Agromeal.**

Em breve síntese, a crise econômica e financeira do **Grupo Agromeal** decorre das expectativas não materializadas no segmento de biodiesel, um dos principais setores adquirentes dos produtos das empresas, que impuseram desafios financeiros significativos ao grupo. Em resposta a esses desafios, as Recuperandas buscaram financiamentos para manter suas operações, contudo, se enfrentou dificuldades devido às altas taxas de juros, o que contribuiu consideravelmente no índice de endividamento das empresas, que se viram compelidas a honrar com um encargo financeiro de aproximadamente R\$ 5 milhões mensalmente, o que acabou por onerar excessivamente os caixas. A importância do grupo no mercado e seu papel na geração de emprego destacam os impactos negativos que uma paralisação de suas atividades teria na economia local. Assim, o pedido de Recuperação Judicial tornou-se essencial para a continuidade do negócio, procurando proteger a empresa, seus credores, funcionários, fornecedores e a comunidade de um colapso econômico maior.

# **CAPÍTULO III**

## **REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS SUJEITOS AO PLANO DE RECUPERAÇÃO**

### **3.1. Disposições Gerais**

#### **3.1.1. REESTRUTURAÇÃO DE CRÉDITOS.**

O Plano, observado o disposto no artigo 61 da Lei nº 11.101/05, nova todos os Créditos Sujeitos a ele, os quais serão pagos pelo **Grupo Agromeal** nos prazos e formas estabelecidos neste Plano, para cada classe de Credores Sujeitos ao Plano, ainda que os contratos que





deram origem aos Créditos Sujeitos ao Plano disponham de maneira diferente. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições deste Plano deixam de ser aplicáveis. Os Créditos Não Sujeitos ao Plano serão pagos na forma que forem acordados entre as Recuperandas e o respectivo Credor Não Sujeito ao Plano.

### **3.1.2. Unificação de Créditos.**

Para fins de satisfação dos Créditos Sujeitos ao Plano, todas as Recuperandas são consideradas como devedoras solidárias dos Créditos Sujeitos ao Plano, pelo valor constante da Lista de Credores.

### **3.1.3. Forma de pagamento.**

Os Créditos Sujeitos ao Plano devem ser pagos, nos termos deste Plano, por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de Transferência Eletrônica Disponível (TED), ou por qualquer outra forma que for acordada entre as Recuperandas e o respectivo Credor Sujeito ao Plano.

### **3.1.4. Informação das contas bancárias.**

Os Credores Sujeitos ao Plano devem informar ao **Grupo Agromeal** suas respectivas contas bancárias para a realização de pagamentos, nas hipóteses previstas no Plano, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da Homologação Judicial do Plano, por meio de comunicação por escrito endereçada às Recuperandas na forma da Cláusula 10.5. Os pagamentos que não forem realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias no prazo estabelecido não serão considerados como evento de descumprimento do Plano. Não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os







pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias.

#### **3.1.5. Início dos prazos para pagamento.**

Os prazos previstos para pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano, bem como eventuais períodos de carência previstos no Plano, somente terão início a partir da Homologação Judicial do Plano.

#### **3.1.6. Data do pagamento.**

Os pagamentos deverão ser realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação prevista no Plano estar prevista para ser realizada ou satisfeita em um dia que não seja considerado um Dia Útil, o referido pagamento ou obrigação deverá ser realizado ou satisfeito, conforme o caso, no Dia Útil seguinte.

#### **3.1.7. Compensação.**

As Recuperandas poderão compensar, a seu critério, os Créditos Sujeitos ao Plano, com créditos que detiver frente aos respectivos Credores Sujeitos ao Plano, até o valor de referidos Créditos Sujeitos ao Plano, ficando eventual saldo sujeito às disposições do presente Plano. A compensação será entre créditos da mesma natureza, e ocorrerá respeitados os prazos de carência, prazos de pagamento, correção e demais condições previstas neste Plano de Recuperação Judicial, não podendo resultar em antecipação do pagamento.

#### **3.1.8. Juros e Correção.**

Os juros e correção monetária aplicáveis aos créditos novados com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial serão os que constam das disposições específicas descritas nas cláusulas respectivas.





### **3.1.9. Créditos em Moeda Estrangeira.**

Os Créditos Sujeitos ao Plano denominados em moeda estrangeira serão convertidos para moeda nacional de acordo com o câmbio da véspera da data do respectivo pagamento.

### **3.10. CRÉDITOS NÃO SUJEITOS AO PLANO.**

Os titulares de Créditos Não Sujeitos ao Plano poderão optar por receber seus Créditos Não Sujeitos ao Plano na forma estabelecida no Plano para pagamento dos Credores com Garantia Real ou dos Credores Quirografários.

## **CAPÍTULO IV REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS**

### **4.1. Créditos Trabalhistas.**

As disposições deste capítulo são aplicáveis somente aos créditos trabalhistas. Os créditos derivados da legislação do trabalho serão limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, sendo que o valor excedente será pago nas condições previstas para os Credores Quirografários, consoante previstos nos art. 83, I e art. 84, IV, "c", da Lei 11.101/2005.

#### **4.1.1. Créditos Trabalhistas Incontroversos.**

Os Créditos Trabalhistas Incontroversos até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos devem ser pagos da seguinte forma: (i) A atualização dos valores se dará com base na TR acrescido de juros de 1% ao ano, desde a Data do Pedido até Data de Início do Cumprimento do Plano; (ii) os valores, considerada a limitação de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, contados a partir da Decisão Judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial, vencendo-se a primeira parcela no 25º dia útil do mês subsequente ao dia da Decisão Judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial, acrescidos de correção monetária com base na TR e juros de 1% ao ano; (iii) será permitido a imediata compensação com créditos dos credores.



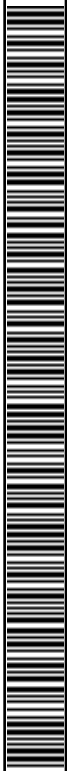


#### **4.1.2. Pagamento dos Créditos Trabalhistas Controvertidos.**

Os Créditos Trabalhistas Controvertidos devem ser pagos na forma estabelecida na Cláusula 4.1.1, após os valores serem fixados nas sentenças condenatórias definitivas ou homologatórias de acordo, conforme o caso. Em qualquer caso, os prazos para pagamento dos Créditos Trabalhistas Controvertidos terão início somente quando do trânsito em julgado do incidente de habilitação/impugnação de crédito que determine a inclusão do crédito exigível, líquido e certo, proveniente de sentença condenatória ou homologatória de acordo acompanhada de sua respectiva certidão de habilitação, podendo tais pagamentos ocorrerem de forma fracionada, facultando ao **Grupo Agromeal** a pagar em uma ou mais parcelas ao longo deste período. Créditos trabalhistas que forem habilitados no quadro de credores após o início de pagamento da Classe I, que sejam feitos de forma administrativa, mediante consenso entre Credor e Recuperandas, com anuência do Administrador Judicial, deverão ser pagos dentro do prazo de 1 (um) ano após, a inclusão consensual que reconheceu a existência, valor e classificação do crédito, podendo tais pagamentos ocorrerem de forma fracionada ao longo deste período, facultando às Recuperandas a pagar em uma ou mais parcelas.

#### **4.1.3. Majoração ou inclusão de Crédito Trabalhista.**

Na hipótese de majoração de qualquer Crédito Trabalhista, ou inclusão de novo Crédito Trabalhista, que seja, em qualquer caso, decorrente de decisão judicial definitiva transitada em julgado, o respectivo valor adicional será acrescido de forma proporcional nas parcelas remanescentes. Caso todas as parcelas dos Créditos Trabalhistas já tenham sido pagas, o valor adicional decorrente da majoração de qualquer Crédito Trabalhista ou da inclusão de novo Crédito Trabalhista será integralmente pago no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do trânsito em julgado da decisão judicial respectiva.





#### **4.1.4. Contestações de classificação.**

Créditos Trabalhistas que tenham a sua classificação contestada por qualquer parte interessada, nos termos da Lei 11.101/2005, somente podem ser pagos depois de transitada em julgado a sentença que determinar a qualificação do crédito contestado, ou mediante caução, respeitados os termos da Lei 11.101/2005.

### **CAPÍTULO V**

#### **REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS COM GARANTIA REAL**

##### **5.1. Créditos Com Garantia Real.**

O **Grupo Agromeal** entende que não possui credores passíveis de classificação de Créditos com Garantia Real. Assim, deixam de consignar condições de pagamento para referida Classe. Se por ventura, eventualmente algum credor venha a ser habilitado e classificado como garantia real, então deverão ser aplicadas as mesmas condições de pagamentos previstas para Classe de Credores Quirografários.

### **CAPÍTULO VI**

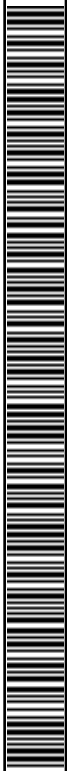
#### **REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS**

##### **6.1. Créditos Quirografários.**

As disposições deste Capítulo são aplicáveis apenas aos Créditos Quirografários, independentemente de seu valor.

##### **6.2. Pagamento a Credores Quirografários.**

**6.2.1.** Os Credores Quirografários serão pagos com desconto/deságio de 85% (oitenta e cinco por cento) do seu valor, observados os demais termos e condições deste Plano, em 216 (duzentas e dezesseis) parcelas mensais e sucessivas, obedecendo ao cronograma





abaixo apontado com o acréscimo da remuneração prevista na Cláusula 6.2.2. deste Plano de Recuperação Judicial, com vencimento inicial para o 15º dia do mês que se seguir à carência de 36 (trinta e seis) meses, a qual será contada a partir da data da publicação da Decisão Judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial/Data de início do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

ANOS	PERCENTUAL DA DÍVIDA REESTRUTURADA A SER AMORTIZADO	PERCENTUAL MENSAL DA DÍVIDA REESTRUTURADA A SER AMORTIZADO
1 A 10 – 120 PARCELAS	30%	0,25%
11 A 18 – 96 PARCELAS	70%	0,73%

**6.2.2. Da Remuneração.** Fica estipulado que sobre o saldo, e após a aplicação do desconto previsto na Cláusula 6.2.1, incidirá anualmente correção monetária com base na TR, mais juros simples de 1,00% a.a. (um por cento ao ano), equivalente a 0,0833% a.m. (zero vírgula zero oito por cento ao mês), a partir da data do pedido da Recuperação Judicial até o pagamento integral do crédito.

**6.2.3. Majoração ou Inclusão de Créditos Quirografários.** Somente serão pagos Créditos Quirografários constantes da Lista de Credores que não sejam objeto de Impugnação de Crédito. Os Créditos Quirografários que forem objeto de Impugnação somente serão pagos após o julgamento definitivo da Impugnação. Na hipótese de majoração de qualquer Quirografário ou inclusão de novo Crédito Quirografário, em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo valor adicional será pago respeitando o deságio, carência, aplicação da correção

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8W8 XH97F XN4DJ K8BPB





monetária e prazos de pagamentos definidos para os credores Quirografários, nos termos da Cláusula 6.2. e subsequentes, e a primeira parcela do respectivo valor adicional será paga em até 30 (trinta) dias, a contar (a) do trânsito em julgado da respectiva impugnação de crédito ou ação judicial, ou (b) homologação judicial de acordo celebrado.

**6.2.4. Contestações de Classificação.** Créditos Quirografários que tenham a sua classificação contestada por qualquer parte interessada somente serão pagos depois do trânsito em julgado da decisão que determinar a qualificação do crédito controvertido. Durante esse período, as quantias que deveriam ser pagas nos termos da Cláusula 6.1. e subsequentes serão reservadas pelas Recuperandas, e, caso a decisão seja favorável à qualificação do crédito como Crédito Quirografário, serão entregues ao Credor, respeitadas as demais disposições deste Plano, em até 30 (trinta) dias do trânsito em julgado.

## **CAPÍTULO VII**

### **REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS DE M.E. E E.P.P.**

#### **7.1. Créditos De Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte.**

As disposições deste Capítulo são aplicáveis apenas aos Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte, independentemente de seu valor.

#### **7.2. Pagamento a Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte.**

**7.2.1.** Os Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte serão pagos com desconto/deságio de 85% (oitenta e cinco por cento) do seu valor, observados os demais termos e condições deste Plano, em 156 (cento e cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, obedecendo ao cronograma abaixo apontado, com o acréscimo da remuneração prevista na Cláusula 7.2.2. deste Plano de Recuperação Judicial, com vencimento inicial para o 15º dia do mês que se seguir à carência de 36 (trinta e seis) meses, a qual será contada a partir da data da publicação da Decisão Judicial que







homologar o Plano de Recuperação Judicial/Data de início do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

ANOS	PERCENTUAL DA DÍVIDA REESTRUTURADA A SER AMORTIZADO	PERCENTUAL MENSAL DA DÍVIDA REESTRUTURADA A SER AMORTIZADO
1 A 8 - 96 PARCELAS	50%	0,52%
9 A 13 - 60 PARCELAS	50%	0,833%

**7.2.2. Da Remuneração.** Fica estipulado que sobre o saldo, e após a aplicação do desconto previsto na Cláusula 7.2.1., incidirá anualmente correção monetária com base na TR, mais juros simples de 1,00% a.a. (um por cento ao ano), equivalente a 0,0833% a.m. (zero vírgula zero oito por cento ao mês), a partir da data da homologação do Plano de Recuperação até o pagamento integral do crédito.

**7.2.3. Majoração ou Inclusão de Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte.** Somente serão pagos Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte constantes da Lista de Credores que não sejam objeto de Impugnação de Crédito. Os Créditos Quirografários que forem objeto de Impugnação somente serão pagos após o julgamento definitivo da Impugnação. Na hipótese de majoração de qualquer Quirografário ou inclusão de novo Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte, em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo valor adicional será pago respeitando o deságio, carência, aplicação da correção monetária e prazos de pagamentos definidos para os Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Cláusula 7.2. e subsequentes, e a primeira parcela do

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ8W8 XH97F XN4DJ K8BPB



respectivo valor adicional será paga em até 30 (trinta) dias, a contar (a) do trânsito em julgado da respectiva impugnação de crédito ou ação judicial, ou (b) homologação judicial de acordo celebrado.

**7.2.4. Contestações de Classificação.** Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte que tenham a sua classificação contestada por qualquer parte interessada somente serão pagos depois do trânsito em julgado da decisão que determinar a qualificação do crédito controvertido. Durante esse período, as quantias que deveriam ser pagas nos termos da Cláusula 7.2. e subsequentes serão reservadas pelas Recuperandas, e, caso a decisão seja favorável à qualificação do crédito como Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte, serão entregues ao Credor, respeitadas as demais disposições deste Plano, em até 30 (trinta) dias do trânsito em julgado.

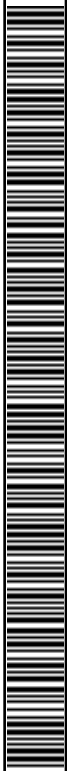
## **CAPÍTULO VIII**

### **FORNECEDORES INSUMOS E MATÉRIAS PRIMAS ESSENCIAIS E FUNDING**

**8.1.** Serão considerados Credores Financiadores e farão jus ao pagamento previsto nesta Cláusula, os Credores que sejam fornecedores de bens, prestadores de serviços ou instituições financeiras que, posteriormente à Data do Pedido, colaborarem com a Recuperação Judicial mediante o cumprimento integral das condições dispostas nesta Cláusula, conforme aplicável.

**8.2.** O Credor deverá informar a sua intenção em aderir a esta Cláusula 8.1, mediante comunicação a ser enviada às Recuperandas na forma da Cláusula 8.5 abaixo.

**8.3.** O pagamento preferencial ao Credor Financiador se justifica uma vez que a celebração de novos contratos para a aquisição de produtos, aditivados ou alterados, conforme o caso, de um lado e a concessão de novas linhas de financiamentos ou repactuação de Créditos Concursais e Créditos Não Sujeitos, são medidas necessárias





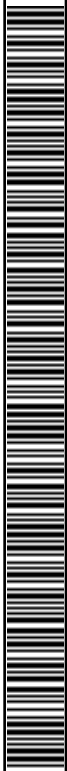
para preservar o valor do **Grupo Agromeal**, de modo a maximizar os valores a serem distribuídos entre os demais credores.

**8.4.1. Fornecedores / Instituições financeiras / Outros** – Serão considerados Credores Financiadores todos aqueles Credores, que efetivamente preencherem ao menos um dos requisitos a seguir: (a) manter o fornecimento e aquisição de produtos, materiais e/ou serviços a prazo e de forma continuada desde o deferimento do processamento da Recuperação Judicial e durante o seu curso, (b) concederem novas linhas de crédito e/ou liberação de novos recursos desde o deferimento do processamento da Recuperação Judicial e durante o seu curso; (c) pactuarem ou tiverem aditado/pactuado desde o deferimento do processamento da Recuperação Judicial e durante o seu curso.

**8.4.2 Inadimplemento.** O Credor Financiador que inadimplir qualquer uma de suas obrigações previstas no contrato de novo fornecimento/prestação de serviços perderá automaticamente sua condição de Credor Financiador, situação na qual o seu respectivo Crédito Concursal ficará sujeito aos termos e condições de pagamento previstos na Cláusula aplicável.

**8.4.3 Pagamento dos Credor Financiador:** O Credor Financiador receberá seu Crédito Concursal de acordo com as seguintes regras:

**8.4.3.1. Credores Financiadores – Fornecedores / Outros:** Os Credores que concederem ao **GRUPO AGROMEAL**, na proporção mínima de R\$ 1,00 (um real) de nova operação para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida sujeita ou não aos efeitos deste Plano de Recuperação Judicial, poderão efetuar negociações, as quais deverão seguir os seguintes limites: a) Prazo de Pagamento – Prazo de pagamento de até 12 (doze) anos; b) Deságio – Eliminação de até 100% (cem por cento) do deságio; c) Sem carência – limitado às necessidades operacionais das Recuperandas e conforme acordado com cada Credor.





**8.5. Credores Extraconcursais Aderentes.** Serão considerados Credores Extraconcursais Aderentes aqueles Credores Extraconcursais que mesmo não sujeitos à recuperação judicial, inclusive nos termos do art. 49, §§ 3º e 4º da LRF, optarem por receber seus Créditos Extraconcursais nos termos deste Plano de Recuperação Judicial, mediante celebração de termo de adesão:

**Regra.** Os termos de adesão deverão ser apresentados formalmente por correspondência a ser protocolizada na sede administrativa do **Grupo Agromeal**, que deverá conter proposta de recebimento observadas as condições previstas para o pagamento dos créditos quirografários (classe III).

#### **8.6. Leilões Reversos**

Atendendo as premissas estabelecidas para os pagamentos dos créditos inscritos nesse Plano de Recuperação Judicial, objetivando a amortização acelerada e atendido aos aspectos estabelecidos nos meios de recuperação, objetivando o cumprimento da recuperação judicial, ao **Grupo Agromeal** poderá, a sua exclusiva discricionariedade, havendo meios e condições de propor a antecipação do pagamento dos créditos inscritos na recuperação judicial, através de Leilão Reverso. Quando da realização do Leilão Reverso o **Grupo Agromeal** realizará a publicação de Edital aonde constará as regras fixadas para o Leilão Reverso (prazo, condição de pagamento, deságio, volume de crédito e outros), o qual será estabelecido sem privilegiar quaisquer dos credores, e ainda possibilitará a livre adesão de todos os credores, indistintamente.

#### **8.7. Continuidade do Negócio**

Especificamente, ao longo dos 24 (vinte e quatro) meses de supervisão judicial de cumprimento do presente plano, estará o **Grupo Agromeal**, como um todo, livre para a





adotar todas e quaisquer medidas gerenciais, operacionais, comerciais e afins no intuito de manter-se ativa e lucrativa, podendo utilizar-se de quaisquer medidas que se façam necessárias para tanto, tais como: alienação ou oneração parcial de seus ativos operacionais; substituição/modernização de bens móveis e equipamentos em geral; abertura, aquisição, locação ou arrendamento de novos negócios que agreguem valor à operação do **Grupo Agromeal**, dentre outras medidas, ainda que aqui não descritas.

## **CAPÍTULO IX**

### **EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**9.1. Vinculação do Plano de Recuperação Judicial.** As disposições do Plano vinculam a **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda – Em Recuperação Judicial**, e **Daifa Agronegocios Ltda – Em Recuperação Judicial** e os Credores Sujeitos ao Plano e Garantidores, bem como os seus respectivos cessionários e sucessores a qualquer título, a partir da Homologação Judicial do Plano.

**9.2. Suspensão de execuções e/ou cobranças em face dos sócios e/ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos.** Enquanto o **Grupo Agromeal** estiver dando cumprimento ao pagamento do Plano de Recuperação Judicial, deverão ficar suspensas todas e quaisquer ações judiciais ou extrajudiciais, de execução ou cobrança ou incidentes processuais a ele inerentes, em face dos sócios e/ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos. Destaca-se que o não cumprimento do plano por caso fortuito, força maior ou decisão judicial autorizando a suspensão de cumprimento do plano, asseguram a permanência da suspensão dos atos de execução e cobrança em face dos sócios e terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos. Os sócios e/ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, permanecerão como garantidores, tão somente, dos exatos valores e condições devidas pela devedora principal. Enquanto o plano de recuperação judicial vier





sendo fielmente cumprido, os credores não poderão tomar qualquer medida em face dos sócios ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, não podendo ser executados e nem ser objeto de pedidos de desconsideração da personalidade jurídica por créditos sujeitos ao plano de recuperação judicial. Destaque-se, ainda, que a suspensão da exigibilidade das referidas garantias em face dos sócios e/ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, está fundamentada no artigo 49, parágrafo 2º da Lei n. 11.101/2005, diante da previsão legal da possibilidade do plano dispor de modo diverso no que tange as obrigações anteriores à Recuperação Judicial.

**9.3. Meios de Pagamentos.** Os valores devidos aos Credores, nos termos deste Plano, serão pagos preferencialmente por meio de depósito bancário ou transferência bancária para conta bancária indicada pelo Credor (DOC ou TED), se prestando o extrato de depósito ou transferência bancária como comprovante de quitação. Assim, os Credores deverão, obrigatoriamente, informar ao **Grupo Agromeal** a suas respectivas contas bancárias para fins de recebimento dos valores inscritos na Recuperação Judicial e nos termos previstos no plano, até o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da Homologação Judicial do Plano de Recuperação Judicial. Caso o credor não deseje receber valores mediante depósito/transferência bancária, o mesmo deverá comunicar para as Recuperandas tal condição, de forma expressa, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da Homologação Judicial do Plano de Recuperação Judicial. Ficará a critério exclusivo das Recuperandas em aceitar ou não em promover os pagamentos de forma direta ao credor, mediante recibo. Ficará a critério exclusivo do **Grupo Agromeal**, pois tal condição deverá ser exceção, pois, diante do volume e valores pode inviabilizar a operacionalização e disponibilidade de caixa em espécie. Os pagamentos que não forem realizados, em virtude de o credor não ter informado Banco/Conta bancária ou não ter comunicado expressamente outra forma de recebimento e que não for aceito pelas Recuperandas não serão enquadrados no conceito de descumprimento do Plano de Recuperação Judicial ou,







até mesmo, de descumprimento de ato vinculado ao processo de recuperação judicial. Portanto, a indicação do "Banco" e da "Conta" onde deseja receber os pagamentos do crédito inscrito na recuperação judicial e/ou o comunicado de que não deseja receber valores mediante depósito/transferência bancária, é de responsabilidade exclusiva do Credor. Não haverá a possibilidade de incidência de qualquer multa, juros ou encargos moratórios, para os casos em que o pagamento deixar de ocorrer em virtude do Credor não ter informado Banco/Conta ou, até mesmo, informar de maneira errada os dados para depósito/transferência bancária, ou se não fizer o comunicado de que não deseja receber valores mediante depósito/transferência bancária.

**9.4. Valor dos créditos.** Os valores dos créditos considerados para elaboração deste plano são os que constam na lista de Credores, a qual ainda está em fase de verificação e confirmação por parte do Administrador Judicial, segundo o Artigo 7º da Lei nº 11.101/2005. Portanto, a Lista de Credores poderá sofrer mudanças quanto a Credores e valores, conforme dispõe o § 1º do Artigo 7º da Lei nº 11.101/2005 e o texto normativo do artigo 55 da mesma Lei. Nesse caso, se ocorrer mudanças na lista de Credores, desde que essa mudança seja definitiva, ou seja, esgotadas todas as fases de impugnação de valores, a lista de Credores que passa a fazer parte deste plano de recuperação será aquela que for gerada em definitivo pelo Administrador Judicial e homologada pelo Juízo da Recuperação judicial.

**9.5. Regras de distribuição.** Os Credores pertencentes a seu grupo, serão pagos todos de maneira equitativa conforme sua classe ou subclasse, de modo a não beneficiar qualquer credor dentro do mesmo grupo.

**9.6. Revisão da distribuição e alocação dos valores.** É válido ressaltar que a projeção do pagamento dos Créditos que estão sendo apresentados no Fluxo de Caixa projetado para este Plano, é com base em valores constantes na Lista de Credores da empresa, quaisquer





alterações que possam ocorrer posteriormente com a publicação da Lista oficial de Credores confeccionada pelo Administrador Judicial, poderá acarretar em alteração de percentuais do pagamento no valor total que será distribuído entre Credores de cada grupo.

Em nenhuma das circunstâncias haverá a majoração: (I) do fluxo de pagamento; e (II) do valor total a ser distribuído entre os Credores a cada período, salvo nos casos em que o credor estiver habilitado como Credor Parceiro, nos termos de aditivo que por ventura venha aderir ou ajustar este Plano ou o Credor participar do Leilão Reverso.

**9.7. Créditos novos que devem e/ou podem aderir ao plano.** Os Créditos que atualmente estão sendo demandados através de medida judicial ou administrativa, que ainda se encontram em fase de conhecimento, ou que venham a ser objeto de demanda judicial ou administrativa futuras, que tenham crédito com fato gerador do dia e anteriores ao pedido de recuperação judicial (15/12/2023), devem obrigatoriamente se subordinar ao presente plano. Credores que tenham crédito do **Grupo Agromeal** e que desejem se habilitar ou aderir as condições de pagamento previstas neste plano de recuperação judicial, podem fazê-lo, desde que haja concordância das Recuperandas. Os Créditos que posteriormente forem habilitados a plano, sejam demandas cíveis ou trabalhistas, deverão ter seu valor inscrito na recuperação judicial respeitando o art. 9, II, Lei 11.101/2005, ou seja, sem a incidência de juros, correção ou multa após o ajuizamento da Recuperação Judicial. Constitui-se, meio para aderir ao Plano, inicialmente por meio de requerimento de habilitação de crédito junto ao administrador judicial, nos termos do art. 7 § 1º da Lei 11.101/2005 ou perante ação incidental nos termos do art. 8 ou art. 10 ou art. 19 da Lei 11.101/2005, A inclusão ao plano somente se dará com a publicação do edital confeccionado pelo administrador judicial nos termos do §2 do art. 7 da Lei 11.101/2005 e/ou após a decisão transitada em julgado de ação incidente de habilitação/impugnação de crédito que comprove a existência, valor e classificação do crédito e credor. Os Credores que aderirem posteriormente ao Plano de Recuperação Judicial não terão direito as





distribuições que já estiverem sido efetuadas anteriormente ao seu ingresso como Credor. Créditos e Credores novos que forem habilitados após início dos pagamentos dos demais credores já habilitados, terão início de seu pagamento (vencimento de sua primeira parcela) somente após cumprir as condições, sendo que cumprido tal requisito iniciará o pagamento da primeira parcela, seguindo ordem cronológica de pagamento da primeira até a última parcela, conforme número de parcelas e condições de pagamento da classe que for inserido.

**9.8. Da possibilidade de renúncia do crédito total ou parcial.** O Credor aderente a este Plano de Recuperação Judicial, poderá, se assim desejar, renunciar total ou parcialmente ao seu respectivo crédito, podendo ainda pactuar condições de recebimento em condições melhores e mais benéficas ao **Grupo Agromeal**, das previstas originariamente no Plano de Recuperação Judicial, sendo que isso não se configurará afronta a *par conditio creditorum*.

**9.9. Da possibilidade de compensação.** Como forma de pagamento, o **Grupo Agromeal** poderá se utilizar da compensação, quando identificado a possibilidade de utilizar tal instituto, desde que isso não acarrete prejuízo as partes e desde que se trate de créditos líquidos, certos e exigíveis. Ainda, é importante ressaltar que se as Recuperandas não fizerem referida compensação, isso não acarretará em renúncia ou liberação por parte da mesma de quaisquer créditos que possa ter contra os Credores que compõem o processo de Recuperação Judicial. A compensação será entre créditos da mesma natureza, e ocorrerá respeitados os prazos de carência, prazos de pagamento, correção e demais condições previstas neste Plano de Recuperação Judicial, não podendo resultar em antecipação do pagamento.

**9.10. Extinção do débito mediante quitação.** Ocorrendo todos os pagamentos, ressalvados os determinados prazos para efetuá-los conforme disposto para cada grupo de Credores,





estará o **Grupo Agromeal** livre de tais obrigações, assim como seus sócios e terceiros garantidores, visto que se trata de quitação plena, irrevogável e irretratável. Sendo quitados os débitos inseridos nesse Plano de Recuperação Judicial, não mais poderão reclamar os Credores, pois estará o **Grupo Agromeal**, seus sócios e terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, desobrigados quanto a quaisquer responsabilidades quanto a tais débitos. O pagamento dos Créditos Trabalhistas nos termos previstos neste Plano exonera o **Grupo Agromeal**, seus sócios e terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, de qualquer das obrigações decorrentes de contratos de trabalho, da Legislação Trabalhista e de acordos trabalhistas firmados com o sindicato e o Ministério do Trabalho ou Procuradoria do Trabalho.

**9.11. Alcance das disposições do Plano.** Os termos e condições do presente Plano se estenderão a todos os Credores Sujeitos ao Plano após a Homologação Judicial do Plano, mesmo no caso daqueles que não votaram a favor do mesmo quando da Assembleia-Geral de Credores.

**9.12. Continuidade de ações envolvendo quantia ilíquida.** Os processos judiciais e arbitrais de conhecimento ajuizados por Credores Sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial (assim entendidos aqueles oriundos de fatos geradores anteriores a 15/12/2023, data do pedido de Recuperação Judicial), que tiverem por objeto a condenação em quantia ilíquida ou a liquidação de condenação já proferida, poderão prosseguir em seus respectivos foros, até que haja a fixação do valor do Crédito Sujeito ao Plano, ocasião em que o Credor Sujeito ao Plano deverá providenciar a habilitação da referida quantia na Lista de Credores, para recebimento nos termos do Plano. Em hipótese alguma haverá pagamento de Credores Sujeitos ao Plano de forma diversa da estabelecida no Plano, inclusive em processos judiciais ou arbitrais ajuizados que estiverem em curso quando da

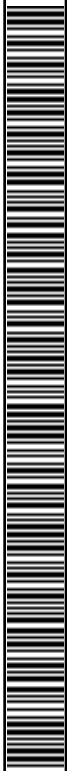




Homologação Judicial do Plano ou que forem ajuizados após a Homologação Judicial do Plano.

**9.13. Cobrança de créditos sujeitos ao Plano.** Os Credores Sujeitos ao Plano não poderão, a partir da Data do Pedido, efetuar nenhuma medida, judicial ou extrajudicial, que vise à cobrança ou ao recebimento dos Créditos Sujeitos ao Plano, seja nos termos em que foram originalmente constituídos, seja nos termos deste Plano, inclusive (i) ajuizar ou prosseguir qualquer ação ou processo judicial ou arbitral de qualquer tipo relacionado a qualquer Crédito Sujeito ao Plano contra o **Grupo Agromeal** e Garantidores; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as Recuperandas relacionada a qualquer Crédito Sujeito ao Plano; (iii) penhorar, sequestrar, arrestar, bloquear ou tornar indisponíveis, por qualquer forma, em qualquer foro, nacional ou estrangeiro, quaisquer bens do **Grupo Agromeal** e dos Garantidores para satisfazer seus Créditos Sujeitos ao Plano; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real, pessoal ou fiduciária sobre bens e direitos das Recuperandas e de Garantidores ou de quaisquer pessoas naturais a eles de qualquer forma vinculados para assegurar o pagamento de seus Créditos Sujeitos ao Plano; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido ao **Grupo Agromeal** e de Garantidores com seus Créditos Sujeitos ao Plano; (vi) reter quaisquer valores que lhes sejam entregues, em depósito ou a qualquer título, pelas Recuperandas; (vii) negativar ou inscrever qualquer sociedade do **Grupo Agromeal** e de Garantidores junto aos órgãos de proteção ao crédito ou gerar qualquer notificação aos clientes do **Grupo Agromeal** que possa impactar negativamente a continuidade das atividades das Recuperandas, inclusive em relação aos Créditos Não Sujeitos ao Plano que integrem instrumentos de dívida ou garantia firmados com os Credores ou (viii) buscar a satisfação de seus Créditos Sujeitos ao Plano por quaisquer outros meios.

**9.14. Cessões de créditos.** Após a Homologação Judicial, os Credores Sujeitos ao Plano poderão ceder seus Créditos Sujeitos ao Plano a outros Credores ou a terceiros, e a





respectiva cessão produzirá efeitos a partir da notificação do **Grupo Agromeal**, nos termos do Código Civil. O cessionário que receber o Crédito Sujeito ao Plano cedido será considerado, para todos os fins e efeitos, Credor Sujeito ao Plano.

**9.15. Sub-rogações.** Créditos relativos ao direito de regresso contra o **Grupo Agromeal**, e que sejam decorrentes do pagamento, a qualquer tempo, por terceiros, de Créditos Sujeitos ao Plano, serão pagos nos termos estabelecidos no Plano. O credor por sub-rogação será considerado, para todos os fins e efeitos, Credor Sujeito ao Plano.

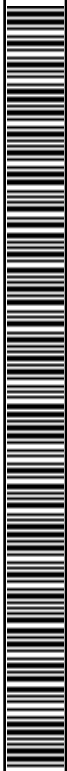
**9.16. Descumprimento do Plano.** Este Plano somente será considerado inadimplido se o **Grupo Agromeal** deixar de efetuar quaisquer 3 (três) pagamentos consecutivos devidos, na forma e nos valores previstos no Plano. Qualquer evento de inadimplemento deverá ser comunicado às Recuperandas por meio de notificação a ser enviada ao **Grupo Agromeal**, caso em que as Recuperandas poderão, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da referida notificação, (i) purgar a mora, efetuando o pagamento dos valores devidos; ou (i) requerer a convocação de uma Assembleia-Geral de Credores para deliberar a respeito de eventual alteração do Plano que saneie ou supra tal descumprimento. Somente haverá a convalidação da recuperação judicial em falência das Recuperandas caso (a) a Recuperanda não adote uma das medidas previstas nos incisos (i) e (ii) desta Cláusula ou (ii) a alteração do Plano não seja aprovada em Assembleia Geral de Credores na forma do art. 58, caput ou §§1º e 2º, da Lei nº 11.101/05.

## **CAPÍTULO X**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **10.1. Restrição à distribuição de resultados.**

Durante a execução do Plano de Recuperação Judicial até a liquidação de todos os Créditos Sujeitos ao Plano, o **Grupo Agromeal** não poderá distribuir dividendos, lucros ou resultados, com exceção de juros sobre o capital próprio.





#### 10.2. Divisibilidade das previsões do Plano.

Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, o restante dos termos e disposições do Plano devem permanecer válidos e eficazes, desde que as premissas que o embasaram sejam mantidas.

#### 10.3 Quitação.

Com a realização do pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano, os respectivos Credores Sujeitos ao Plano outorgarão a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação em favor do **Grupo Agromeal**, abrangendo inclusive multas, encargos financeiros, ou quaisquer outras despesas incorridas pelo Credor Sujeito ao Plano, para nada mais pretender ou reclamar, a qualquer tempo, sob qualquer título.

#### 10.4. Encerramento da Recuperação Judicial.

A Recuperação Judicial e sua fiscalização será encerrada com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, independente das obrigações previstas no plano, e do período de carência para início dos pagamentos, visando a, da forma mais breve possível, oportunizar o acesso do **Grupo Agromeal** ao crédito junto a fornecedores e bancos, a fim de demonstrar sua estabilidade para a realização de seus negócios, sem qualquer tipo de restrição cadastral.

#### 10.5. Comunicações.

Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações ao **Grupo Agromeal** requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues; ou (ii) enviadas por *e-mail*, desde que com o devido retorno positivo da entrega e leitura da





correspondência eletrônica. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma, ou de outra forma que vier a ser indicada pelo **Grupo Agromeal** nos autos da Recuperação Judicial:

GRUPO AGROMEAL:

Endereço: ROD PR 463, S/N, KM 3.5 Lote 178-A, Gleba Patrimônio Capelinha, CEP: 87600-000, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná;

a/c: DIRETORIA

e-mails: [mayara@agromeal.com.br](mailto:mayara@agromeal.com.br); [pedro.padua@agromeal.com.br](mailto:pedro.padua@agromeal.com.br);

**COM CÓPIA PARA:**

**Federiche Mincache Advogados:**

Endereço: Av. Euclides da Cunha, nº 1.277, zona 05, em Maringá – PR, CEP 87.015-180

e-mails: [adriana.eliza@fmadvoc.com.br](mailto:adriana.eliza@fmadvoc.com.br) / [alanmincache@fmadvoc.com.br](mailto:alanmincache@fmadvoc.com.br) / [rj.fm@fmadvoc.com.br](mailto:rj.fm@fmadvoc.com.br)

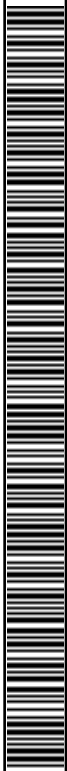
**10.6. Lei aplicável.**

Este Plano deve ser regido, interpretado e executado de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

**10.7. Eleição de foro.**

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou que estiverem relacionadas a este Plano ou aos Créditos Sujeitos ao Plano serão resolvidas:

**10.7.1.** Pelo Juízo da Recuperação até a prolação da decisão de encerramento da Recuperação Judicial, e desde que não esteja pendente recurso com efeito suspensivo contra a referida decisão;







**10.7.2.** Pelos juízos competentes, conforme estabelecidos nos contratos originais firmados entre o **Grupo Agromeal** e os respectivos Credores Sujeitos ao Plano, ou conforme estabelecido pela lei.

O Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos do **Grupo Agromeal**.

Nova Esperança, 17 de maio de 2024.

PEDRO ANTONIO  
DE  
PADUA:04864039  
801

Assinado de forma digital  
por PEDRO ANTONIO DE  
PADUA:04864039801  
Dados: 2024.05.20  
15:26:06 -03'00'

**AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA**

**CNPJ: 11.624.776/0001-07**

PEDRO ANTONIO  
DE  
PADUA:04864039  
801

Assinado de forma digital  
por PEDRO ANTONIO DE  
PADUA:04864039801  
Dados: 2024.05.20  
15:26:25 -03'00'

**DAIFA AGRONEGOCIOS LTDA**

**CNPJ: 21.003.616/0001-96**



# LAUDO ECONÔMICO- FINANCEIRO

Confidencial (\*)

Parecer Técnico sobre o Plano de Recuperação  
Judicial , de acordo com o artigo 53, inciso III, da Lei nº  
11.101/05.

Processo nº 0003971-03.2023.8.16.0119

## GRUPO AGROMEAL



AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – Em  
Recuperação Judicial, CNPJ sob nº 11.624.776/0001-07 e  
DAIFA AGRONEGOCIOS LTDA – Em Recuperação Judicial, CNPJ sob nº  
21.003.616/0001-96.

Nova Esperança, 15 de maio de 2024.





# SUMÁRIO

1	SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2	INTRODUÇÃO E PREMISSAS DO TRABALHO	8
3.	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA.	11
4	DOS OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RAZÕES DA CRISE.	13
5	ESCOPO DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM CRISE E A VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA.	20
6	O PEDIDO E O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONDIÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA DO GRUPO AGROMEAL.	21
7	O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	22
8	EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.	34
9	DISPOSIÇÕES GERAIS	43
10	PLANO DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL	45
11	FONTES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS	47
12	ELABORAÇÃO DA ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GRUPO AGROMEAL E DO PLANO - EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO	48
13	OS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	50
14	DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA do GRUPO AGROMEAL E DO PLANO	52
15	DA VIABILIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA DA NOME DA EMPRESA	54
16	IMPORTÂNCIA DA NOME DA EMPRESA NO MEIO EMPRESARIAL.	54
17	MÃO DE OBRA E TECNOLOGIA EMPREGADA	54
18	TEMPO DE ATIVIDADE DA NOME DA EMPRESA	55
19	PORTE ECONÔMICO	55
20	PARECER E CONCLUSÃO DO LAUDO	55
21	ANEXOS	57

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUSZZ SL95N 4CX6Y P2MZB





## 1 SUMÁRIO EXECUTIVO

A **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** foi contratada pela **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ/MF sob o nº 11.624.776/0001-07, com sede na Rod. PR 463 S/N, Km 3,5 Lote 187-A, CEP: 87.600-00, na cidade de Nova Esperança-PR e **Daifa Agronegócios Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ/MF sob o nº 21.003.616/0001-96, com sede na Avenida Benedito Storani (Jardim Alves Nogueira II), nº 1425, sala 212/1, Santa Rosa, CEP: 13.289-014, na cidade de Vinhedo-SP, doravante denominados **GRUPO AGROMEAL**, para elaborar o presente Laudo Econômico-Financeiro sobre a viabilidade do Plano de Recuperação Judicial ; “Plano de Recuperação Judicial ”, “Plano” ou “PRJ”, a ser encaminhado ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA ESPERANÇA-PR**.

Para elaborar esse parecer, estamos levando em consideração os seguintes aspectos destacados do Plano de Recuperação:

- A. **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ/MF sob o nº 11.624.776/0001-07, com sede na Rod. PR 463 S/N, Km 3,5 Lote 187-A, CEP: 87.600-00, na cidade de Nova Esperança-PR e pela **Daifa Agronegócios Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ/MF sob o nº 21.003.616/0001-96, com sede na Avenida Benedito Storani (Jardim Alves Nogueira II), nº 1425, sala 212/1, Santa Rosa, CEP: 13.289-014, na cidade de Vinhedo-SP, doravante denominados **GRUPO AGROMEAL**.
- B. O **GRUPO AGROMEAL** trata-se de uma das maiores indústrias e comerciantes no ramo de gordura animal de aves, suínos e bovinos, o Grupo atende inúmeras outras indústrias de preparação de ração





animal, conta com uma expressiva variedade de óleos, com capacidade de produção de até 60.000 (sessenta mil) litros de óleo por dia, e é reconhecida pelo ótimo padrão de qualidade de todos os seus produtos.

- C. O **GRUPO AGROMEAL** é referência no segmento atuante, sendo sinônimo de empreendimento empresarial com bases sólidas, promovendo abundante função social geradora de renda e bem estar no seu raio de atuação.
- D. O Plano de recuperação se faz necessário, pois, ao longo da trajetória da empresa, houve uma forte motivação por parte da sua Direção, no sentido de inovar em seus produtos.
- E. O **GRUPO AGROMEAL**, atua com a comercialização e industrialização de gordura animal de aves, suínos e bovinos.
- F. O objetivo do Plano de Recuperação Judicial é a reestruturação das operações do **GRUPO AGROMEAL**, buscando superar a crise econômico-financeira da empresa e reestruturar o seu negócio, de forma a permitir:
- O pagamento de seus credores, nos termos e condições apresentados no Plano;
  - Retornar à normalidade nas suas atividades operacionais;
  - A sua preservação como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos;
  - A preservação e efetiva melhora e recuperação de seu valor econômico, bem como de seus ativos tangíveis e intangíveis.
- G. O Plano que será apresentado cumpre com os requisitos contidos no artigo 53, item III da LFRE, uma vez que:



- É demonstrada a viabilidade econômica e financeira do **GRUPO AGROMEAL**, bem como do Plano a ser apresentado ao Exmo. Juízo da Recuperação;
- São demonstrados de maneira pormenorizada os meios de recuperação a ser empregados;
- É acompanhado do laudo econômico e financeiro demonstrando a viabilidade do Plano e do **GRUPO AGROMEAL** em Recuperação Judicial ;
- É acompanhado do Laudo de Avaliação dos Bens e Ativos do **GRUPO AGROMEAL**;
- Contém proposta clara e específica para pagamento dos credores, sujeitos ou não ao Plano de Recuperação Judicial.

H. O Plano deverá sempre ser interpretado, na sua aplicação prática, de modo que as condições, fatos e disposições nele contidas sejam sempre interpretadas em benefício e de modo a facilitar o soerguimento do **GRUPO AGROMEAL**, assegurando sempre meios e condições mais favoráveis a manutenção e preservação das Recuperandas, de forma a assegurar os objetivos do art. 47 da Lei de Recuperação Judicial.

Assim, havendo dúvidas ou necessitando esclarecimentos aos termos, condições, cláusulas ou qualquer assunto previsto no Plano de Recuperação, ficará a cargo das Recuperandas esclarecer o que o Plano está dispondo e como deve ser cumprido, visando a manutenção e preservação do **GRUPO AGROMEAL**, de forma a assegurar os objetivos do art. 47 da LRF.





Desta forma, a elaboração do presente Laudo Econômico e Financeiro e emissão de Parecer Técnico pela **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL** tem por objetivos:

A. Analisar o Plano de Recuperação Judicial do **GRUPO AGROMEAL** que está sendo apresentado em cumprimento ao Artigo 53 da Lei de Falências e Recuperação de Empresas, nº 11.101/05 de 09 de fevereiro de 2005 (LFRE), perante o **EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA ESPERANÇA-PR**, pelas unidades:

- **Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ/MF sob o nº 11.624.776/0001-07, com sede na Rod. PR 463 S/N, Km 3,5 Lote 187-A, CEP: 87.600-00, na cidade de Nova Esperança-PR e
- **Daifa Agronegócios Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ/MF sob o nº 21.003.616/0001-96, com sede na Avenida Benedito Storani (Jardim Alves Nogueira II), nº 1425, sala 212/1, Santa Rosa, CEP: 13.289-014, na cidade de Vinhedo-SP, doravante denominados **GRUPO AGROMEAL**.

B. Proceder a consolidação das informações de receitas, despesas fixas e variáveis e custos diretos e indiretos do **GRUPO AGROMEAL** a fim de analisar como deverá ser a geração de recursos, de acordo com as medidas preconizadas pelo Plano, conforme demonstrado no seu teor e nos **ANEXOS** do laudo;







- C. Demonstrar as medidas que serão adotadas pela direção do **GRUPO AGROMEAL** que deverão permitir a superação das suas dificuldades financeiras;
- D. A emissão de um laudo e Parecer Técnico sobre as informações econômico-financeiras do **GRUPO AGROMEAL**, e o Plano, identificando a viabilidade econômico-financeira, tudo de acordo com que estabelece a Lei nº 11.101/05 Lei de Falências e Recuperação de Empresas (LFRE), em seu artigo 53, de 09 de fevereiro de 2005, incisos II e III.

Sendo assim, somos de parecer favorável que o Plano de Recuperação que analisamos e que deverá ser apresentado ao Juízo e a ser votado em Assembleia Geral de Credores é viável econômica e financeiramente, considerando as razões e os pressupostos de sua viabilidade, conforme expostos detalhadamente no Laudo e que atende aos interesses de todos credores e sócios do **GRUPO AGROMEAL**.

Nova Esperança, 15 de maio de 2024.

CAROLINE  
FABRI  
RUFFINI:06  
038269975

Assinado de  
forma digital por  
CAROLINE FABRI  
RUFFINI:06038269  
975  
Dados: 2024.05.20  
15:40:33 -03'00'

CAROLINE FABRI RUFFINI  
ADMINISTRADORA  
CPF 060.382.699-75  
CRA-PR 33326







## 2 INTRODUÇÃO E PREMISSAS DO TRABALHO

A empresa **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**, com sede e foro, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, localizada na Avenida Euclides da Cunha, nº 1277, Zona 05, CEP: 87.015-180 e portadora do CNPJ sob nº 52.819.902/0001-58, representada pelo responsável técnico, **CAROLINE FABRI RUFFINI** nascida em Atalaia, Estado do Paraná, em 29 de outubro de 1987, brasileira, casada, administradora de empresas, residente e domiciliada em Maringá, Estado do Paraná, na Rua Izabel Fernandes Cano, nº 214, Jardim Espanha, CEP: 87.060-705, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 8.645.110-7, inscrita no CPF/MF sob nº 060.382.699-75 e Carteira de Identidade Profissional CRA-PR sob o nº 33326, tendo prestado serviços para importantes Grupos como: GTFoods (Gonçalves & Tortola), Chef Foods, Althar Inox, SEBRAE-PR, dentre outros.

A **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**, empresa que atua em consultoria empresarial, foi contratada pelo **GRUPO AGROMEAL** para elaborar um Laudo de Viabilidade Econômica e Financeira, com emissão de Parecer Técnico.

O laudo contém uma análise crítica e comentários sobre o Plano de Recuperação Judicial e sobre as medidas que serão adotadas pelo **GRUPO AGROMEAL**, bem como a demonstração da viabilidade econômico-financeira do **GRUPO AGROMEAL**.

As proposições que compõem o Plano de Recuperação Judicial foram elaboradas pela direção do **GRUPO AGROMEAL** e seus assessores jurídicos e consultores financeiros, de acordo com as disposições contidas na Lei nº. 11.101/05 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas - LFRE).

A análise e elaboração do Parecer Técnico emitido pela **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL** visa demonstrar a existência de





viabilidade econômico-financeira da empresa e do Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado ao Juízo da Recuperação, a capacidade de pagamento a todos os seus credores e a recuperação da saúde financeira do **GRUPO AGROMEAL**.

O laudo e o parecer técnico emitido pela **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL** incluem análise e comentários sobre os pontos fundamentais do Plano de Recuperação Judicial, destacando-se as suas principais características e analisando os demonstrativos financeiros apresentados e principalmente o fluxo de pagamento aos credores, até a extinção desses passivos.

A **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL** analisou e validou também quais as estratégias adotadas pela direção do **GRUPO AGROMEAL** e projetadas no Plano de Recuperação Judicial para incluir os credores extra concursais e o fisco, considerando que para o soerguimento do **GRUPO AGROMEAL**, estas devem contemplar toda a universalidade de credores, não se circunscrevendo apenas aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial.

Dessa forma as análises e projeções realizadas foram contemplando as informações do **GRUPO AGROMEAL**, pois assim permitirá a completa reestruturação econômica e financeira das suas atividades, apresentando projeções de resultados e de geração de caixa capazes de cumprir com o PRJ.

O Plano de Recuperação Judicial, bem como todas as informações fornecidas para a elaboração do laudo, são por premissa, consideradas boas e válidas, não tendo sido pela **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL** efetuadas análises jurídicas, auditorias ou levantamentos para a validação destas informações.





Conforme nosso melhor entendimento, todos os dados contidos no Plano de Recuperação Judicial, nos demonstrativos financeiros históricos e projetados e nas informações recebidas são consideradas como verdadeiras e acuradas.

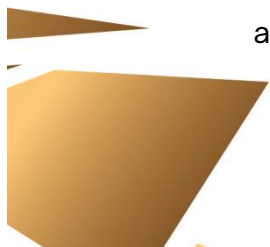
Embora tirados de fontes confiáveis, as informações não foram submetidas as análises de Auditores Independentes, por isso não podemos dar nenhuma garantia nem assumir qualquer responsabilidade legal pela precisão de quaisquer dados, opiniões ou estimativas fornecidas pela administração do **GRUPO AGROMEAL** e seus assessores jurídicos e consultores financeiros.

A **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL** não tem nenhum interesse atual ou futuro no **GRUPO AGROMEAL**, cujo Plano de Recuperação Judicial é objeto de análise no relatório e não tem nenhum interesse pessoal ou parcialidade com relação às partes envolvidas.

A remuneração da **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL** não está condicionada a nenhuma ação, nem resulta das análises, opiniões e conclusões contidas no relatório ou de seu uso.

Nenhuma parte do relatório, principalmente qualquer conclusão, a identidade dos consultores, o **GRUPO AGROMEAL** em contato com os analistas ou qualquer referência a entidades ou às designações concedidas por essa organização, poderá ser divulgada para o público através de prospectos, anúncios, relações públicas, jornais ou qualquer outro meio de comunicação sem o consentimento por escrito e a aprovação da **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**.

O laudo e Parecer Técnico são considerados pela **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL** como documentos sigilosos, absolutamente confidenciais, ressaltando-se que não devem ser utilizados





para outra finalidade que não seja o encaminhamento ao Juízo da Recuperação Judicial ou outras instâncias judiciais, juntamente com o Plano de Recuperação Judicial e o Laudo de Avaliação de Ativos tangíveis do **GRUPO AGROMEAL**.

### 3. BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA.

A história do **GRUPO AGROMEAL** se iniciou em 01/12/2009, na cidade de Nova Esperança/PR, com atuação principal no segmento de refinação de matéria-prima para produção de alimentação animal.

Tratando-se de uma das maiores indústrias e comerciantes no ramo de gordura animal de aves, suínos e bovinos, o **GRUPO AGROMEAL** atende inúmeras outras indústrias de preparação de ração animal, conta com uma expressiva variedade de óleos utilizados, produzindo 60.000 (sessenta mil) litros de óleo por dia, e é reconhecida pelo ótimo padrão de qualidade de todos os seus produtos. O Grupo possui laboratório próprio para análise de matéria-prima, equipamentos e maquinários de última geração, oferecendo garantia de qualidade aos produtos oferecidos no mercado.

Ainda, possui logística própria para assegurar qualidade e pontualidade nas entregas realizadas aos clientes, com diversos profissionais inclusive para ofertar as melhores negociações.

As empresas aumentam significativamente o giro econômico da cidade de Nova Esperança/PR e região, possibilitando empregabilidade formal direta e indireta, contribuindo efetivamente com a movimentação econômica da região Noroeste do Paraná, de maneira responsável, sustentável e promissora.

Há 14 anos neste setor, o **GRUPO AGROMEAL** se consagrou na padronização (formação de blends) de matéria-prima (óleo de origem vegetal e animal), para venda no mercado de biocombustível, óleo de





vísceras, suínos e peixes, que produzem de ração pet para caninos e felinos.

A **DAIFA**, segunda empresa do grupo econômico **AGROMEAL**, fundada em 09/09/2014, em razão do crescimento exponencial da primeira Requerente, está localizada na cidade de Vinhedo/SP e possui foco na comercialização da matéria-prima sustentável processada para industrialização na cadeia de produção do biodiesel, contribuindo concretamente para políticas de sustentabilidade econômica e preservação ambiental.

Sendo referência como indústria e comércio de processamento de resíduos de origem animal, a sustentabilidade promovida pelo **GRUPO AGROMEAL** na cadeia de produção é de extrema importância para o meio ambiente, sobretudo porque deixa de gerar poluição e outras adversidades ao meio ambiente, sendo transformados em produtos de valor agregado, como é o exemplo da fabricação de rações pet, além de sabões, cosméticos, explosivos, farmacêuticos, biodiesel e tantos outros.

O **GRUPO AGROMEAL** possui responsabilidade ambiental acima de tudo, preza por sustentabilidade ambiental, trabalhando com certificação para redução de CO<sup>2</sup> (dióxido de carbono), atendendo portarias e recomendações internacionais para uma emissão minimizada do referido composto químico, além de contribuir diretamente para produção de combustíveis renováveis.

Neste cenário, tem-se que o **GRUPO AGROMEAL** é referencia no segmento de processamento de óleos vegetais e animais, sendo sinônimo de empreendimento empresarial com bases sólidas, promovendo abundante função social geradora de renda e bem estar no raio de atuação, de modo que a sua Recuperação Judicial vem atender aos anseios e necessidades da empresa, estando em total convergência com os





princípios basilares da Lei 11.101/2005, sobretudo em seu art. 47, pois garante a superação de crise econômico-financeira, a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores diretos e indiretos, e dos interesses dos credores, promovendo assim, a preservação da empresa, a sua função social e o estímulo à atividade econômica.

#### 4 DOS OBJETIVOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RAZÕES DA CRISE.

##### 4.1. Dos Objetivos do Plano de Recuperação Judicial.

Diante da dificuldade, o **GRUPO AGROMEAL**, visando cumprir com as suas obrigações financeiras, o Plano de Recuperação objetiva a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento da dívida depois de reestruturada, bem como a geração de capital de giro e recursos necessários para a continuidade de todas as atividades das Recuperandas permitindo a superação da situação de crise financeira, além de permitir a manutenção da fonte produtora, dos empregos e dos interesses dos credores, resultando disso ainda, a preservação do próprio grupo, da sua função social e da continuidade do estímulo à atividade econômica (artigo 47, Lei 11.101/2005). Em resumo, e para alcançar esses objetivos, o Plano utiliza dentre outras, as seguintes medidas de recuperação: (i) concessão de prazos e condições especiais para pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano, como forma de adequar o endividamento do **GRUPO AGROMEAL** ao seu fluxo de caixa; (ii) criação de estímulo aos Credores Fornecedores Essenciais para que continuem com o fornecimento de mercadorias essenciais à continuidade a empresa.





#### 4.2. Das Razões da Crise Econômico-Financeira do GRUPO AGROMEAL.

Conforme exposto, o **GRUPO AGROMEAL**, há mais de 14 anos, atua no setor de processamento de resíduos de origem animal para comercialização de gordura animal (óleo,

sebo e graxa) de suínos, bovinos e aves, para formulação de rações para pets e matéria-prima

para indústrias de biodiesel.

Ao longo de sua história, as Requerentes têm demonstrado uma notável capacidade de permanecer firmes diante dos desafios inerentes ao mercado, sendo que cada obstáculo enfrentado pelo **GRUPO AGROMEAL** serviu como um estímulo para inovação e transformação.

Isso porque, o mercado dos insumos beneficiados sofre impactos frequentes ante a volatilidade agressiva deste produto, o que acaba influenciando na margem de lucro, como demonstra-se a seguir:

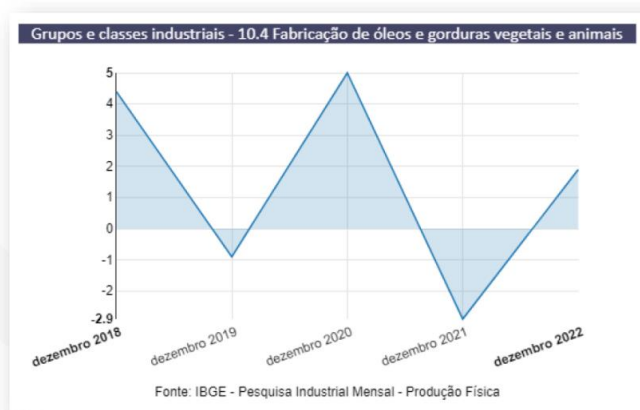
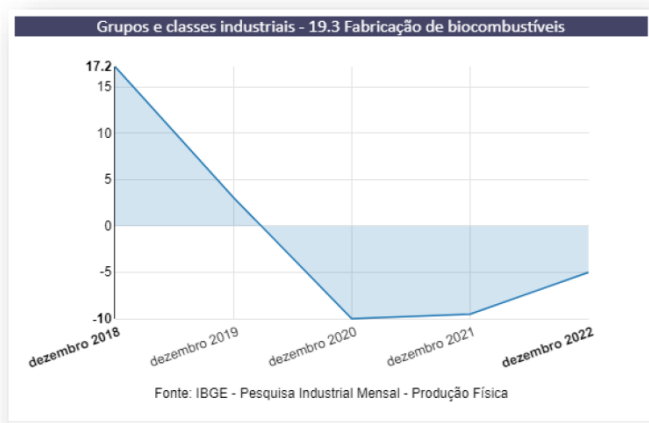


Figura 1 - Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionadas (série encerrada em dezembro de 2022). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7511#resultado>. Acessado em 15/12/2023.

Contudo, a partir de abril de 2023, a necessidade de adaptação e uma resiliência ainda mais robusta se tornou evidente. Isso porque, ante as expectativas não materializadas no segmento de biodiesel<sup>2</sup>, um dos principais setores adquirentes dos produtos das empresas, impuseram desafios financeiros significativos ao Grupo.

<sup>2</sup> Consumo de diesel e biodiesel no Brasil deve crescer em 2023. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/sem-categoria/consumo-de-diesel-e-biodiesel-no-brasil-deve-crescer-em-2023/>. Acessado em: 15/12/2023.

Historicamente, o setor do biodiesel, esteve em constante recessão desde 2018, com uma queda drástica na produção deste setor entre 2020 e 2021:



Entretanto, como houvera o módico crescimento do setor em 2022, pelas análises dos especialistas do setor, as projeções era de aumento em 2023 na produção do biodiesel em resposta à nova regulação estatal<sup>3</sup>, que aumentou a quantia mínima exigida legalmente de biodiesel nos combustíveis







fósseis como o Diesel, visando aumentar a rigidez das políticas ambientais contra a produção de gases de efeito estufa.

<sup>3</sup> Mistura de biodiesel ao diesel passa a ser de 12% a partir de abril. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/mistura-de-biodiesel-ao-diesel-passa-ser-de-12-partir-de-abril>. Acessado em: 15/12/2023.

Logo, ante as positivas previsões de mercado da valorização dos insumos comercializados pelas Requerentes para produção de biodiesel, estas levantaram recursos por meio de empréstimos de alto valor para investimentos na indústria, a fim de viabilizar o seu ingresso de forma mais opoente neste mercado.

Contudo, tais projeções acabaram por não se concretizar, circunstâncias a qual, o **GRUPO AGROMEAL** se viu compelido a recorrer a novos empréstimos e renegociações visando mitigar os efeitos de investimentos que, infelizmente, não frutificaram como esperado, o que contribuiu para o crescente endividamento do Grupo.

Aos 29/04/2021, foi aprovada pela Diretoria Colegiada da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), um novo modo de comercialização de biodiesel, de acordo com a mistura obrigatória ao Diesel B, isto é, a proporção de biodiesel a ser mesclado com combustível fóssil (diesel), o que afetou drasticamente o **GRUPO AGROMEAL**.

A diminuição de 13% para 10% da proporção da mistura de biodiesel com diesel foi realizada justamente para conter o preço dos combustíveis, que custava em média R\$ 5,73 (cinco reais e setenta e três centavos) o litro, época em que a gasolina batia recorde dia após dia devido ao aumento de preço da soja, alcançando um patamar nunca visto antes:



Página 17 de 67

Nos últimos 12 meses, a alta da gasolina foi de 30,7%. Em abril de 2021, o combustível custava em média R\$ 5,737.

Fonte: Folha de São Paulo "Preço da gasolina bate recorde após subir mais 2,9% em abril"

Consequentemente, a produção de biodiesel recuou em 12,1% no primeiro semestre de

2022:

A produção de biodiesel recuou 12,1% no Brasil no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2021, segundo dados da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) divulgados hoje (25).

Fonte: Forbes Agro "Produção de biodiesel no Brasil recua 12,1% no primeiro semestre"

Ademais, muito se especula sobre as restrições de gordura animal (sebo bovino) para fabricação de biodiesel no país, discutidas pela ANP, o que vêm dificultando e limitando ainda

mais o comércio para produtores do ramo de processamento de resíduos de origem animal,

debilitando completamente o setor:

"Isso é prejudicar o sebo e a palma. Você não vai poder fazer biodiesel com um determinado percentual maior que 20% a 30%. Significa limitar produtores", afirmou uma segunda fonte.

Fonte: Forbes Agro "Mudanças no biodiesel do Brasil poderiam restringir sebo e palma e beneficiar soja"

Apesar dos grandes esforços dispendidos para equalizar a situação financeira das Requerentes, esta acabou por se agravar quando o mercado



interno foi inflado com a disponibilidade de insumos, uma vez que a exportação diminuiu drasticamente no período, resultando na queda no preço da venda.

O sebo bovino, igualmente sofreu com quedas de preços assustadoras, decorrentes de implantação tributária monofásica nos combustíveis, fixada pelo Convênio ICMS 199/2022 e aprovada pelo Confaz, isto é, o biodiesel passou a ser tributado em uma única etapa da sua cadeia de produção, o que prejudicou àqueles que participam do processamento da matéria-prima para biodiesel. Não obstante, aliado a essa causalidade, o seguimento da produção de ração animal, o qual também pilar de seu faturamento, em especial quanto a venda de sebo para o setor, acabou sofrendo fortes recessões nos últimos anos, como se observa a seguir:

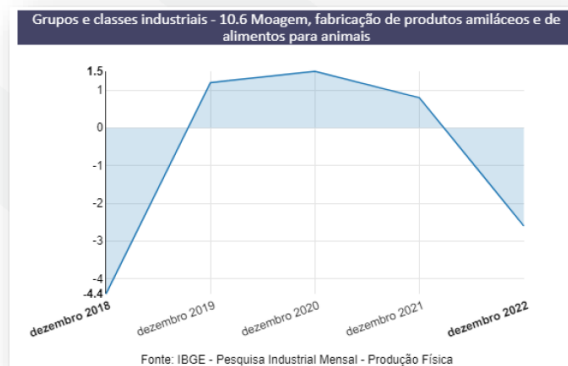


Figura 3- Produção Física Industrial, por grupos e classes industriais selecionados (série encerrada em dezembro de 2022). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7511#resultado>. Acessado em 15/12/2023.

Prejudicando, conseqüentemente, a estabilidade de faturamento das Requerentes nos dois maiores setores para os quais seus insumos são destinados. Isso resultou em uma deflação dos preços dos seus produtos no mercado, agravado pela manutenção do grande estoque de produção destes produtos que foram retidos ante a baixa demanda.

Tal fato é reiterado pelos relatórios mensais de pesquisas publicados oficialmente pela ANBISA (Associação Brasileira da Indústria Saboeira) qual demonstra que o preço do Sebo, de janeiro de 2023 para dezembro de 2023, despencou em média cerca de R\$ 1,00, ou seja, uma queda de 16,39%, quase 20%, apenas nesse ano de 2023:

PRODUTOS	VALOR MÍNIMO / MÁXIMO	CONDIÇÕES
Sebo bruto	6,10/6,20	30dd c/12% Cif-SP

Figura 4 - Cotações Sebo 2023. 1743 - 03/01/2023. ANBISA. Disponível em: <https://abisa.com.br/cotacoes/cotacoes-2023>. Acessado em 15/12/2023

PRODUTOS	VALOR MÍNIMO / MÁXIMO	CONDIÇÕES
Sebo bruto	5,10/5,20	30dd c/12% Cif-SP

Figura 5 - Cotações Sebo 2023. 1792 - 12/12/2023. ANBISA. Disponível em: <https://abisa.com.br/cotacoes/cotacoes-2023>. Acessado em 15/12/2023.

Somando todas essas situações, as Requerentes se viram compelidas a honrar com um encargo financeiro na casa de milhões mensalmente, o que acabou por onerar excessivamente os caixas das empresas.

Ou seja, apesar do esforço do **GRUPO AGROMEAL** em se manter em funcionamento nesta longa trajetória de quase 14 anos, sem rupturas no fornecimento de seus clientes, o seu caixa

passou a experimentar sucessivamente, prejuízos financeiros que ao longo dos últimos meses,

que foram se avolumando, de modo que o remédio da Recuperação Judicial se torno imprescindível.





## 5 ESCOPO DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM CRISE E A VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA.

A Recuperação Judicial de empresas insere-se no contexto econômico-normativo de proteção aos trabalhadores visando em última análise, à manutenção da fonte produtora e dos empregos diretos e indiretos gerados pela empresa em crise financeira. Esse, aliás, é o teor do artigo 47 da Lei 11.101/2005.

Manoel Justino Bezerra Filho, abordando o escopo primordial da Recuperação Judicial, lembra que a Lei, não por acaso, estabelece uma ordem de prioridade nas finalidades que diz perseguir, colocando como primeiro objetivo a ‘manutenção da fonte produtora’, ou seja, a manutenção da atividade empresarial em sua plenitude tanto quanto possível, com o que haverá possibilidade de manter também o ‘emprego dos trabalhadores’.

Mantida a atividade empresarial e o trabalho dos empregados, será possível então satisfazer os ‘interesses dos credores’.

Ao mesmo tempo, o Prof. Fabio Ulhoa Coelho no seu livro “Comentários à Lei de Falências” – Ed. Saraiva, 2013, preconiza que a viabilidade econômica – financeira da empresa, deve também ser analisada à luz de vetores específicos, tais como:

- A importância social do **GRUPO AGROMEAL** no meio empresarial;
- A mão de obra e a tecnologia empregadas;
- O volume dos ativos e passivos do **GRUPO AGROMEAL**;
- O tempo de atividade do **GRUPO AGROMEAL** e
- O porte econômico do **GRUPO AGROMEAL**.





É importante mencionar que o **GRUPO AGROMEAL** está passando por uma crise momentânea e pontual, plenamente passível de ser resolvida, pela adoção e implementação das medidas preconizadas e expostas no Plano de Recuperação, objeto de análise desse Parecer Técnico.

Até o momento o **GRUPO AGROMEAL** vêm conseguido honrar boa parte de suas obrigações, evidentemente que frente à uma enorme dificuldade, com a prorrogação de prazos e após alguns atrasos pontuais e tendo que fazer uma grande redução de custos.

## 6 O PEDIDO E O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONDIÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA DO GRUPO AGROMEAL.

Em 15.12.2023 o **GRUPO AGROMEAL** ajuizou, perante o Juízo de Direito da **VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA ESPERANÇA-PR**, o pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei de Falências e Recuperação de Empresas (LFRE) (Lei nº 11.101/05);

Sendo considerada a data da publicação o dia em que as Recuperandas efetivaram a consulta eletrônica ao teor da intimação, 01/04/2024 (Ref. mov. 76.1), quando foi certificada nos autos a sua realização, de acordo com o art. 5º da LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.

Diante de todas as pressões internas e externas, a direção do **GRUPO AGROMEAL** acredita na proteção legal da Recuperação Judicial, e que lhe permitirá assegurar a manutenção de suas atividades, enquanto busca







negociação com seus credores, em conformidade com suas perspectivas de geração de caixa.

Portanto, a Recuperação Judicial possibilitará ao **GRUPO AGROMEAL** a sua manutenção como fonte produtora de riquezas e postos de trabalho, promovendo o estímulo à atividade econômica e também à preservação do interesse dos seus credores.

## 7 O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

### 7.1 REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS SUJEITOS AO PLANO DE RECUPERAÇÃO.

#### Reestruturação de Créditos.

O Plano, observado o disposto no artigo 61 da Lei nº 11.101/05, nova todos os Créditos Sujeitos a ele, os quais serão pagos pelo **GRUPO AGROMEAL** nos prazos e formas estabelecidos no Plano, para cada classe de Credores Sujeitos ao Plano, ainda que os contratos que deram origem aos Créditos Sujeitos ao Plano disponham de maneira diferente. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições do Plano deixam de ser aplicáveis. Os Créditos Não Sujeitos ao Plano serão pagos na forma que forem acordados entre as Recuperandas e o respectivo Credor Não Sujeito ao Plano.

#### Unificação de Créditos.

Para fins de satisfação dos Créditos Sujeitos ao Plano, o **GRUPO AGROMEAL** deverá se pautar pelo valor constante da Lista de Credores consolidada.





#### 7.1.1 Forma de pagamento.

Os Créditos Sujeitos ao Plano devem ser pagos, nos termos do Plano, por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de Transferência Eletrônica Disponível (TED), ou por qualquer outra forma que for acordada entre as Recuperandas e o respectivo Credor Sujeito ao Plano.

#### 7.1.2 Informação das contas bancárias.

Os Credores Sujeitos ao Plano devem informar ao **GRUPO AGROMEAL** suas respectivas contas bancárias para a realização de pagamentos, nas hipóteses previstas no Plano, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da Homologação Judicial do Plano, por meio de comunicação por escrito endereçada às Recuperandas na forma da Cláusula específica. Os pagamentos que não forem realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias no prazo estabelecido não serão considerados como evento de descumprimento do Plano. Não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias.

#### 7.1.3 Início dos prazos para pagamento.

Os prazos previstos para pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano, bem como eventuais períodos de carência previstos no Plano, somente terão início a partir da intimação acerca da Homologação Judicial do Plano.

#### 7.1.4 Data do pagamento.







Os pagamentos deverão ser realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação prevista no Plano estar prevista para ser realizada ou satisfeita em um dia que não seja considerado um Dia Útil, o referido pagamento ou obrigação deverá ser realizado ou satisfeito, conforme o caso, no Dia Útil seguinte.

#### **7.1.5 Compensação.**

As Recuperandas poderá compensar, a seu critério, os Créditos Sujeitos ao Plano, com créditos que detiver frente aos respectivos Credores Sujeitos ao Plano, até o valor de referidos Créditos Sujeitos ao Plano, ficando eventual saldo sujeito às disposições do presente Plano. A compensação será entre créditos da mesma natureza, e ocorrerá respeitando os prazos de carência, prazos de pagamento, correção e demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial, não podendo resultar em antecipação do pagamento.

#### **7.1.6 Juros e Correção.**

Os juros e correção monetária aplicáveis aos créditos novados com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial serão os que constam das disposições específicas descritas nas cláusulas respectivas.

#### **7.1.7 Créditos em Moeda Estrangeira.**

Os Créditos Sujeitos ao Plano denominados em moeda estrangeira serão convertidos para moeda nacional de acordo com o câmbio da véspera da data do respectivo pagamento.

#### **7.1.8 Créditos Não Sujeitos ao Plano.**

Os titulares de Créditos Não Sujeitos ao Plano poderão optar por receber seus Créditos Não Sujeitos ao Plano na forma estabelecida no





Plano para pagamento dos Credores com Garantia Real ou dos Credores Quirografários.

## 7.2 REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS

### 7.2.1 Créditos Trabalhistas.

As disposições deste capítulo são aplicáveis somente aos créditos trabalhistas. Os créditos derivados da legislação do trabalho, ficaram limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, sendo que o valor excedente será pago nas condições previstas para os Credores Quirografários, consoante previstos nos art. 83, I e art. 84, IV, “c”, da Lei 11.101/2005.

### 7.2.2 Créditos Trabalhistas Incontroversos.

Os Créditos Trabalhistas Incontroversos, até o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos devem ser pagos da seguinte forma: (i) A atualização dos valores se dará com base na TR acrescido de juros simples de 1% ao ano, desde a Data do Pedido até Data de Início do Cumprimento do Plano; (ii) os valores considerada a limitação de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, contados a partir da Decisão Judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial, vencendo-se a primeira parcela no 25º dia útil do mês subsequente ao dia da intimação, acrescidos de correção monetária com base na TR e juros simples de 1% ao ano; (iii) será permitida a imediata compensação com créditos dos credores.

### 7.2.3 Pagamento dos Créditos Trabalhistas Controvertidos.





Os Créditos Trabalhistas Controvertidos devem ser pagos na forma estabelecida na Cláusula 7.3.2, após os valores serem fixados nas sentenças condenatórias definitivas ou homologatórias de acordo, conforme o caso. Em qualquer caso, os prazos para pagamento dos Créditos Trabalhistas Controvertidos terão início somente quando do trânsito em julgado do incidente de habilitação/impugnação de crédito que determine a inclusão do crédito exigível, líquido e certo, proveniente de sentença condenatória ou homologatória de acordo acompanhada de sua respectiva certidão de habilitação, podendo tais pagamentos ocorrerem de forma fracionada, facultando ao **GRUPO AGROMEAL** pagar em uma ou mais parcelas ao longo do período. Créditos trabalhistas que forem habilitados no quadro de credores após o início do pagamento da Classe I, que sejam feitos de forma administrativa, mediante consenso entre Credor e Recuperandas, com anuência do Administrador Judicial, deverão ser pagos dentro do prazo de 1 (um) ano após, a inclusão consensual que reconheceu a existência, valor e classificação do crédito, podendo tais pagamentos ocorrerem de forma fracionada ao longo deste período, facultando às Recuperandas a pagar em uma ou mais parcelas.

#### 7.2.4 Majoração ou inclusão de Crédito Trabalhista.

Na hipótese de majoração ou inclusão de qualquer Crédito Trabalhista, ou inclusão de novo Crédito Trabalhista, que seja, em qualquer caso, decorrente de decisão judicial definitiva transitada em julgado, o respectivo valor adicional será acrescido de forma proporcional nas parcelas remanescentes. Caso todas as parcelas dos Créditos Trabalhistas já tenham sido pagas, o valor adicional decorrente da majoração de qualquer Crédito Trabalhista ou da inclusão de novo





Crédito Trabalhista será integralmente pago no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do trânsito em julgado da decisão judicial respectiva.

#### **7.2.5 Contestações de classificação.**

Créditos Trabalhistas que tenham a sua classificação contestada por qualquer parte interessada, nos termos da Lei 11.101/2005, somente podem ser pagos depois de transitada em julgado a sentença que determinar a qualificação do crédito contestado, ou mediante caução, respeitados os termos da Lei 11.101/2005.

### **7.3 REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS COM GARANTIA REAL**

#### **7.3.1 Créditos Com Garantia Real.**

O **GRUPO AGROMEAL** entende que não possui credores passíveis de classificação de Créditos com Garantia Real. Assim, deixam de consignar condições de pagamento para referida Classe. Se por ventura, eventualmente algum credor venha a ser habilitado e classificado como garantia real, então deverão ser aplicadas as mesmas condições de pagamentos previstas para Classe de Credores Quirografários.

### **7.4 REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS**

#### **7.4.1 Créditos Quirografários.**

As disposições do Capítulo são aplicáveis apenas aos Créditos Quirografários, independentemente de seu valor.

#### **7.4.2 Pagamento Inicial a Credores Quirografários.**

Os Credores Quirografários serão pagos com desconto/deságio de 85% (oitenta e cinco por cento) do seu valor, observados os demais





termos e condições deste Plano, em 216 (duzentos e dezesseis) parcelas mensais e sucessivas, obedecendo ao cronograma abaixo apontado com o acréscimo da remuneração prevista na Cláusula 7.5.3 deste Plano de Recuperação Judicial, com vencimento inicial para o 15º dia do mês que se seguir à carência de 36 (trinta e seis) meses, a qual será contada a partir da data da Decisão Judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial/Data de início do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

ANOS	PERCENTUAL DA DÍVIDA REESTRUTURADA A SER AMORTIZADO	PERCENTUAL MENSAL DA DÍVIDA REESTRUTURADA A SER AMORTIZADO
1 A 10 - 120 PARCELAS	30%	0,25%
11 A 18 - 96 PARCELAS	70%	0,73%

7.4.3 Da Remuneração.

Fica estipulado que sobre o saldo, e após a aplicação do desconto previsto na Cláusula 7.5.2, incidirá anualmente correção monetária com base na TR, mais juros simples de 1,00% a.a. (um por cento ao ano), equivalente a 0,0833% a.m. (zero vírgula zero oito por cento) ao mês, a partir da data do pedido da Recuperação Judicial até o pagamento integral do crédito.

7.4.4 Majoração ou Inclusão de Créditos Quirografários.

Somente serão pagos Créditos Quirografários constantes da Lista de Credores que não sejam objeto de Impugnação de Crédito. Os Créditos



Quirografários que forem objeto de Impugnação somente serão pagos após o julgamento definitivo da Impugnação. Na hipótese de majoração de qualquer Quirografário ou inclusão de novo Crédito Quirografário, em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo valor adicional será pago respeitando o deságio, carência, aplicação da correção monetária e prazos de pagamentos definidos para os credores Quirografários, nos termos da Cláusula 7.5.2 e subsequentes, e a primeira parcela do respectivo valor adicional será paga em até 30 (trinta) dias, a contar (a) do trânsito em julgado da respectiva impugnação de crédito ou ação judicial, ou (b) homologação judicial de acordo celebrado.

#### **7.4.5 Contestações de Classificação.**

Créditos Quirografários que tenham a sua classificação contestada por qualquer parte interessada somente serão pagos depois do trânsito em julgado da decisão que determinar a qualificação do crédito controvertido. Durante esse período, as quantias que deveriam ser pagas nos termos da Cláusula 7.5 e subsequentes serão reservadas pelas Recuperandas, e, caso a decisão seja favorável à qualificação do crédito como Crédito Quirografário, serão entregues ao Credor, respeitadas as demais disposições do Plano, em até 30 (trinta) dias do trânsito em julgado.

### **7.5 REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS DE M.E. e E.P.P.**

#### **7.5.1 Créditos De Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte.**

As disposições do Capítulo são aplicáveis apenas aos Créditos detidos por Credores de Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte, independentemente de seu valor.





**7.5.2 Pagamento Inicial a Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte.**

Os Credores de Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte serão pagos com desconto/deságio de 85% (oitenta e cinco por cento) do seu valor, observados os demais termos e condições deste Plano, em 156 (cento e cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, obedecendo ao cronograma abaixo apontado com o acréscimo da remuneração prevista na Cláusula 7.6.3 deste Plano de Recuperação Judicial, com vencimento inicial para o 15º dia do mês que se seguir à carência de 36 (trinta e seis) meses, a qual será contada a partir da data da Decisão Judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial/Data de início do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

ANOS	PERCENTUAL DA DÍVIDA REESTRUTURADA A SER AMORTIZADO	PERCENTUAL MENSAL DA DÍVIDA REESTRUTURADA A SER AMORTIZADO
1 A 8 - 96 PARCELAS	50%	0,52%
9 A 13 - 60 PARCELAS	50%	0,833%

**7.5.3 Da Remuneração.**

Fica estipulado que sobre o saldo, e após a aplicação do desconto previsto na Cláusula 7.6.2, incidirá anualmente correção monetária com base na TR, mais juros simples de 1,00% a.a. (um por cento ao ano), equivalente a 0,0833% a.m. (zero vírgula zero oito por cento) ao mês, a partir da data do pedido da Recuperação Judicial até o pagamento integral do crédito.





#### **7.5.4 Majoração ou Inclusão de Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte.**

Somente serão pagos Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte constantes da Lista de Credores que não sejam objeto de Impugnação de Crédito. Os Créditos que forem objeto de Impugnação somente serão pagos após o julgamento definitivo da Impugnação. Na hipótese de majoração de qualquer ou inclusão de novos Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte, em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo valor adicional será pago respeitando o deságio, carência, aplicação da correção monetária e prazos de pagamentos definidos para os Credores Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Cláusula 7.6.2 e subsequentes, e a primeira parcela do respectivo valor adicional será paga em até 30 (trinta) dias, a contar (a) do trânsito em julgado da respectiva impugnação de crédito ou ação judicial, ou (b) homologação judicial de acordo celebrado.

#### **7.5.5 Contestações de Classificação.**

Créditos detidos por Credores de Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte que tenham a sua classificação contestada por qualquer parte interessada somente serão pagos depois do trânsito em julgado da decisão que determinar a qualificação do crédito controvertido. Durante esse período, as quantias que deveriam ser pagas nos termos da Cláusula 7.6.2 e subsequentes serão reservadas pelas Recuperandas, e, caso a decisão seja favorável à qualificação do crédito como Créditos detidos por Credores Micro Empresas ou







Empresas de Pequeno Porte, serão entregues ao Credor, respeitadas as demais disposições do Plano, em até 30 (trinta) dias do trânsito em julgado.

#### 7.6 FORNECEDORES INSUMOS E MATÉRIAS PRIMAS ESSENCIAIS E FUNDING.

Serão considerados Credores Financiadores e farão jus ao pagamento previsto nesta Cláusula, os Credores que sejam fornecedores de bens, prestadores de serviços ou instituições financeiras que, posteriormente à Data do Pedido, colaborarem com a Recuperação Judicial mediante o cumprimento integral das condições dispostas nesta Cláusula, conforme aplicável.

O Credor deverá informar a sua intenção em aderir a esta Cláusula, mediante comunicação a ser enviada às Recuperandas na forma da Cláusula abaixo.

O pagamento preferencial ao Credor Financiador se justifica uma vez que a celebração de novos contratos para a aquisição de produtos, aditivados ou alterados, conforme o caso, de um lado e a concessão de novas linhas de financiamentos ou repactuação de Créditos Concurrais e Créditos Não Sujeitos, são medidas necessárias para preservar o valor do **GRUPO AGROMEAL** de modo a maximizar os valores a serem distribuídos entre os demais credores.

**Fornecedores / Instituições financeiras / Outros** – Serão considerados Credores Financiadores todos aqueles Credores, que efetivamente preencherem ao menos um dos requisitos a seguir: (a) manter o fornecimento e aquisição de produtos, materiais e/ou serviços a prazo e de forma continuada desde o deferimento do processamento da Recuperação Judicial e durante o seu curso, (b) concederem novas



linhas de crédito e/ou liberação de novos recursos desde o deferimento do processamento da Recuperação Judicial e durante o seu curso; (c) pactuarem ou tiverem aditado/pactuado desde o deferimento do processamento da Recuperação Judicial e durante o seu curso.

#### 7.6.1 Inadimplemento.

O Credor Financiador que inadimplir qualquer uma de suas obrigações previstas no contrato de novo fornecimento/prestação de serviços perderá automaticamente sua condição de Credor Financiador, situação na qual o seu respectivo Crédito Concursal ficará sujeito aos termos e condições de pagamento previstos na Cláusula específica para sua classe.

#### 7.6.2 Credores Extraconcursais Aderentes.

Serão considerados Credores Extraconcursais Aderentes aqueles Credores Extraconcursais que mesmo não sujeitos à recuperação judicial, inclusive nos termos do art. 49, §§ 3º e 4º da LRF, optarem por receber seus Créditos Extraconcursais nos termos do Plano de Recuperação Judicial, mediante celebração de termo de adesão:

**Regra.** Os termos de adesão deverão ser apresentados formalmente por correspondência a ser protocolizada na sede administrativa do **GRUPO AGROMEAL**, que deverá conter proposta de recebimento observadas as condições previstas para o pagamento dos créditos da Classe III (Quirografários).

#### 7.6.3 Leilões Reversos

Atendendo as premissas estabelecidas para os pagamentos dos créditos inscritos no Plano de Recuperação Judicial, objetivando a



amortização acelerada e atendidos aos aspectos estabelecidos nos meios de recuperação, objetivando o cumprimento da recuperação judicial, o **GRUPO AGROMEAL** poderá, a sua exclusiva discricionariedade, havendo meios e condições de propor a antecipação do pagamento dos créditos inscritos na recuperação judicial, através de Leilão Reverso. Quando da realização do Leilão Reverso, o **GRUPO AGROMEAL** realizará a publicação de Edital aonde constará as regras fixadas para o Leilão Reverso (prazo, condição de pagamento, deságio, volume de crédito e outros), o qual será estabelecido sem privilegiar quaisquer dos credores, e ainda possibilitará a livre adesão de todos os credores, indistintamente.

## 8 EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

**Vinculação do Plano de Recuperação Judicial.** As disposições do Plano vinculam o **GRUPO AGROMEAL** e os Credores Sujeitos ao Plano e Garantidores, bem como os seus respectivos cessionários e sucessores a qualquer título, a partir da Homologação Judicial do Plano.

**Suspensão de execuções e/ou cobranças em face dos sócios e/ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos.** Enquanto o **GRUPO AGROMEAL** estiver dando cumprimento ao pagamento do Plano de Recuperação Judicial, deverão ficar suspensas todas e quaisquer ações judiciais ou extrajudiciais, de execução ou cobrança ou incidentes processuais a ele inerentes, em face dos sócios e/ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos. Destaca-se que o não cumprimento do plano por caso fortuito, força maior ou decisão judicial autorizando a suspensão de cumprimento do plano, asseguram a permanência da suspensão dos atos de execução e cobrança em face dos sócios e terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer

títulos. Os sócios e/ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, permanecerão como garantidores, tão somente, dos exatos valores e condições devidas pela devedora principal. Enquanto o plano de recuperação judicial vier sendo fielmente cumprido, os credores não poderão tomar qualquer medida em face dos sócios ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, não podendo ser executados e nem ser objeto de pedidos de desconsideração da personalidade jurídica por créditos sujeitos ao plano de recuperação judicial. Destaque-se, ainda, que a suspensão da exigibilidade das referidas garantias em face dos sócios e/ou terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, está fundamentada no artigo 49, parágrafo 2º da Lei n. 11.101/2005, diante da previsão legal da possibilidade do plano dispor de modo diverso no que tange as obrigações anteriores à Recuperação Judicial.

#### 8.1 Meios de Pagamentos.

Os valores devidos aos Credores, nos termos do Plano, serão pagos preferencialmente por meio de depósito bancário ou transferência bancária para conta bancária indicada pelo Credor (DOC ou TED), se prestando o extrato de depósito ou transferência bancária como comprovante de quitação. Assim, os Credores deverão, obrigatoriamente, informar ao **GRUPO AGROMEAL** as suas respectivas contas bancárias para fins de recebimento dos valores inscritos na Recuperação Judicial e nos termos previstos no plano, até o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da Homologação Judicial do Plano de Recuperação Judicial. Caso o credor não deseje receber valores mediante depósito/transferência bancária, o mesmo deverá comunicar para as Recuperandas tal condição, de forma expressa, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da Homologação Judicial do Plano de Recuperação Judicial. Ficará a critério exclusivo das



Recuperandas em aceitar ou não em promover os pagamentos de forma direta ao credor, mediante recibo. Ficará a exclusivo critério do **GRUPO AGROMEAL**, pois tal condição deverá ser exceção, pois, diante do volume e valores pode inviabilizar a operacionalização e disponibilidade de caixa em espécie. Os pagamentos que não forem realizados, em virtude de o credor não ter informado Banco/Conta bancária ou não ter comunicado expressamente outra forma de recebimento e que não for aceito pelas Recuperandas não serão enquadrados no conceito de descumprimento do Plano de Recuperação Judicial ou, até mesmo, de descumprimento de ato vinculado ao processo de recuperação judicial. Portanto, a indicação do “Banco” e da “Conta” onde deseja receber os pagamentos do crédito inscrito na recuperação judicial e/ou o comunicado de que não deseja receber valores mediante depósito/transferência bancária, é de responsabilidade exclusiva do Credor. Não haverá a possibilidade de incidência de qualquer multa, juros ou encargos moratórios, para os casos em que o pagamento deixar de ocorrer em virtude do Credor não ter informado Banco/Conta ou, até mesmo, informar de maneira errada os dados para depósito/transferência bancária, ou se não fizer o comunicado de que não deseja receber valores mediante depósito/transferência bancária.

## 8.2 Valor dos créditos.

Os valores dos créditos considerados para elaboração do plano são os que constam na lista de Credores, a qual ainda está em fase de verificação e confirmação por parte do Administrador Judicial, segundo o Artigo 7º da Lei nº 11.101/2005. Portanto, a Lista de Credores poderá sofrer mudanças quanto a Credores e valores, conforme dispõe o § 1º do Artigo 7º da Lei nº 11.101/2005 e o texto normativo do artigo 55 da mesma Lei. Nesse caso, se ocorrer mudanças na lista de Credores, desde que essa mudança seja





definitiva, ou seja, esgotadas todas as fases de impugnação de valores, a lista de Credores que passa a fazer parte do plano de recuperação será aquela que for gerada em definitivo pelo Administrador Judicial e homologada pelo Juízo da Recuperação judicial.

### 8.3 Regras de distribuição.

Os Credores pertencentes a seu grupo, serão pagos todos de maneira equitativa conforme sua classe ou subclasse, de modo a não beneficiar qualquer credor dentro do mesmo grupo.

Revisão da distribuição e alocação dos valores.

É válido ressaltar que a projeção do pagamento dos Créditos que estão sendo apresentados no Fluxo de Caixa projetado para o Plano, é com base em valores constantes na Lista de Credores da empresa, quaisquer alterações que possam ocorrer posteriormente com a publicação da Lista oficial de Credores confeccionada pelo Administrador Judicial, poderá acarretar em alteração de percentuais do pagamento no valor total que será distribuído entre Credores de cada grupo.

Em nenhuma das circunstâncias haverá a majoração: (I) do fluxo de pagamento; e (II) do valor total a ser distribuído entre os Credores a cada período, salvo nos casos em que o credor estiver habilitado como Credor Parceiro, nos termos de aditivo que por ventura venha aderir ou ajustar o Plano ou o Credor participar do Leilão Reverso.

### 8.4 Créditos novos que devem e/ou podem aderir ao plano.

Os Créditos que atualmente estão sendo demandados através de medida judicial ou administrativa, que ainda se encontram em fase de conhecimento, ou que venham a ser objeto de demanda judicial ou administrativa futuras, que tenham crédito com fato gerador do dia e





anteriores ao pedido de Recuperação Judicial em 15.12.2023, devem obrigatoriamente se subordinar ao presente plano. Credores que tenham crédito do **GRUPO AGROMEAL** e que desejem se habilitar ou aderir as condições de pagamento previstas no plano de recuperação judicial, podem fazê-lo, desde que haja concordância das Recuperandas. Os Créditos que posteriormente forem habilitados no plano, sejam demandas cíveis ou trabalhistas, deverão ter seu valor inscrito na recuperação judicial respeitando o art. 9, II, Lei 11.101/2005, ou seja, sem a incidência de juros, correção ou multa após o ajuizamento da Recuperação Judicial. Constitui-se, meio para aderir ao Plano, inicialmente por meio de requerimento de habilitação de crédito junto ao administrador judicial, nos termos do art. 7 § 1º da Lei 11.101/2005 ou perante ação incidental nos termos do art. 8 ou art. 10 ou art. 19 da Lei 11.101/2005, a inclusão ao plano somente se dará com a publicação do edital confeccionado pelo administrador judicial nos termos do §2 do art. 7 da Lei 11.101/2005 e/ou após a decisão transitada em julgado de ação incidente de habilitação/impugnação de crédito que comprove a existência, valor e classificação do crédito e credor. Os Credores que aderirem posteriormente ao Plano de Recuperação Judicial não terão direito as distribuições que já estiverem sido efetuadas anteriormente ao seu ingresso como Credor. Créditos e Credores novos que forem habilitados após início dos pagamentos dos demais credores já habilitados, terão início de seu pagamento (vencimento de sua primeira parcela) somente após cumprir as condições, sendo que cumprido tal requisito iniciará o pagamento da primeira parcela, seguindo ordem cronológica de pagamento da primeira até a última parcela, conforme número de parcelas e condições de pagamento da classe que for inserido.





#### 8.5 Da possibilidade de renúncia do crédito total ou parcial.

O Credor aderente a o Plano de Recuperação Judicial, poderá, se assim desejar, renunciar total ou parcialmente ao seu respectivo crédito, podendo ainda pactuar condições de recebimento em condições melhores e mais benéficas ao **GRUPO AGROMEAL**, das previstas originariamente no Plano de Recuperação Judicial, sendo que isso não se configurará afronta a par conditio creditorum.

#### 8.6 Da possibilidade de compensação.

Como forma de pagamento, o **GRUPO AGROMEAL** poderá se utilizar da compensação, quando identificado a possibilidade de utilizar tal instituto, desde que isso não acarrete prejuízo as partes e desde que se trate de créditos líquidos, certos e exigíveis. Ainda, é importante ressaltar que se as Recuperandas não fizerem referida compensação, isso não acarretará em renúncia ou liberação por parte da mesma de quaisquer créditos que possa ter contra os Credores que compõem o processo de Recuperação Judicial. A compensação será entre créditos da mesma natureza, e ocorrerá respeitados os prazos de carência, prazos de pagamento, correção e demais condições previstas no Plano de Recuperação judicial, não podendo resultar em antecipação do pagamento.

#### 8.7 Extinção do débito mediante quitação.

Ocorrendo todos os pagamentos, ressalvados os determinados prazos para efetuá-los conforme disposto para cada grupo de Credores, estará o **GRUPO AGROMEAL** livre de tais obrigações, assim como seus sócios e terceiros garantidores, visto que se trata de quitação plena, irrevogável e irretratável. Sendo quitados os débitos inseridos no Plano de Recuperação





Judicial, não mais poderão reclamar os Credores, pois estará o **GRUPO AGROMEAL**, seus sócios e terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, desobrigados quanto a quaisquer responsabilidades quanto a tais débitos. O pagamento dos Créditos Trabalhistas nos termos previstos no Plano exonera o **GRUPO AGROMEAL**, seus sócios e terceiros garantidores de qualquer natureza e sob quaisquer títulos, de qualquer das obrigações decorrentes de contratos de trabalho, da Legislação Trabalhista e de acordos trabalhistas firmados com o sindicato e o Ministério do Trabalho ou Procuradoria do Trabalho.

#### 8.8 Alcance das disposições do Plano.

Os termos e condições do presente Plano se onderão a todos os Credores Sujeitos ao Plano após a Homologação Judicial do Plano, mesmo no caso daqueles que não votaram a favor do mesmo quando da Assembleia-Geral de Credores.

#### 8.9 Continuidade de ações envolvendo quantia ilíquida.

Os processos judiciais e arbitrais de conhecimento ajuizados por Credores Sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial (assim entendidos aqueles oriundos de fatos geradores anteriores a data do pedido de Recuperação Judicial), que tiverem por objeto a condenação em quantia ilíquida ou a liquidação de condenação já proferida, poderão prosseguir em seus respectivos foros, até que haja a fixação do valor do Crédito Sujeito ao Plano, ocasião em que o Credor Sujeito ao Plano deverá providenciar a habilitação da referida quantia na Lista de Credores, para recebimento nos termos do Plano. Em hipótese alguma haverá pagamento de Credores Sujeitos ao Plano de forma diversa da estabelecida no Plano, inclusive em processos judiciais ou arbitrais ajuizados que estiverem em curso quando





da Homologação Judicial do Plano ou que forem ajuizados após a Homologação Judicial do Plano.

#### 8.10 Cobrança de créditos sujeitos ao Plano.

Os Credores Sujeitos ao Plano não poderão, a partir da Data do Pedido, efetuar nenhuma medida, judicial ou extrajudicial, que vise à cobrança ou ao recebimento dos Créditos Sujeitos ao Plano, seja nos termos em que foram originalmente constituídos, seja nos termos do Plano, inclusive (i) ajuizar ou prosseguir qualquer ação ou processo judicial ou arbitral de qualquer tipo relacionado a qualquer Crédito Sujeito ao Plano contra o **GRUPO AGROMEAL** e Garantidores; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as Recuperandas relacionada a qualquer Crédito Sujeito ao Plano; (iii) penhorar, sequestrar, arrestar, bloquear ou tornar indisponíveis, por qualquer forma, em qualquer foro, nacional ou estrangeiro, quaisquer bens do **GRUPO AGROMEAL** e dos Garantidores para satisfazer seus Créditos Sujeitos ao Plano; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real, pessoal ou fiduciária sobre bens e direitos das Recuperandas e de Garantidores ou de quaisquer pessoas naturais a eles de qualquer forma vinculados para assegurar o pagamento de seus Créditos Sujeitos ao Plano; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido ao **GRUPO AGROMEAL** e de Garantidores com seus Créditos Sujeitos ao Plano; (vi) reter quaisquer valores que lhes sejam entregues, em depósito ou a qualquer título, pelas Recuperandas; (vii) negativar ou inscrever qualquer sociedade do **GRUPO AGROMEAL** e de Garantidores junto aos órgãos de proteção ao crédito ou gerar qualquer notificação aos clientes do **GRUPO AGROMEAL** que possa impactar negativamente a continuidade das atividades das Recuperandas, inclusive em relação aos Créditos Não



Sujeitos ao Plano que integrem instrumentos de dívida ou garantia firmados com os Credores ou (viii) buscar a satisfação de seus Créditos Sujeitos ao Plano por quaisquer outros meios.

#### 8.11 Cessões de créditos.

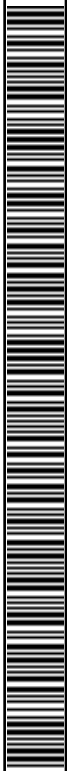
Após a Homologação Judicial, os Credores Sujeitos ao Plano poderão ceder seus Créditos Sujeitos ao Plano a outros Credores ou a terceiros, e a respectiva cessão produzirá efeitos a partir da notificação ao **GRUPO AGROMEAL**, nos termos do Código Civil. O cessionário que receber o Crédito Sujeito ao Plano cedido será considerado, para todos os fins e efeitos, Credor Sujeito ao Plano.

#### 8.12 Sub-rogações.

Créditos relativos ao direito de regresso contra o **GRUPO AGROMEAL**, e que sejam decorrentes do pagamento, a qualquer tempo, por terceiros, de Créditos Sujeitos ao Plano, serão pagos nos termos estabelecidos no Plano. O credor por sub-rogação será considerado, para todos os fins e efeitos, Credor Sujeito ao Plano.

#### 8.13 Descumprimento do Plano.

O Plano somente será considerado inadimplido se o **GRUPO AGROMEAL** deixar de efetuar quaisquer 3 (três) pagamentos consecutivos devidos, na forma e nos valores previstos no Plano. Qualquer evento de inadimplemento deverá ser comunicado às Recuperandas por meio de notificação a ser enviada ao **GRUPO AGROMEAL**, caso em que poderá esta, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da referida notificação, (i) purgar a mora, efetuando o pagamento dos valores devidos;



ou (i) requerer a convocação de uma Assembleia-Geral de Credores para deliberar a respeito de eventual alteração do Plano que saneie ou supra tal descumprimento. Somente haverá a convocação da recuperação judicial em falência das Recuperandas caso (a) as Recuperandas não adotem uma das medidas previstas nos incisos (i) e (ii) desta Cláusula ou (ii) a alteração do Plano não seja aprovada em Assembleia Geral de Credores na forma do art. 58, caput ou §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.101/05.

## 9 DISPOSIÇÕES GERAIS

### 9.1 Restrição à distribuição de resultados.

Até a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, o **GRUPO AGROMEAL** não poderá distribuir dividendos, lucros ou resultados a sócios e acionistas, com exceção de juros sobre o capital próprio.

### 9.2 Divisibilidade das previsões do Plano.

Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, o restante dos termos e disposições do Plano devem permanecer válidos e eficazes, desde que as premissas que o embasaram sejam mantidas.

### 9.3 Quitação.

Com a realização do pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano, os respectivos Credores Sujeitos ao Plano outorgarão a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação em favor do **GRUPO AGROMEAL**, abrangendo inclusive multas, encargos financeiros, ou quaisquer outras despesas incorridas pelo Credor Sujeito ao Plano, para nada mais pretender ou reclamar, a qualquer tempo, sob qualquer título.





#### 9.4 Encerramento da Recuperação Judicial.

A Recuperação Judicial e sua fiscalização será encerrada com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, independente das obrigações previstas no plano, e do período de carência para início dos pagamentos, visando a, da forma mais breve possível, oportunizar o acesso do **GRUPO AGROMEAL** ao crédito junto a fornecedores e bancos, a fim de demonstrar sua estabilidade para a realização de seus negócios, sem qualquer tipo de restrição cadastral.

#### 9.5 Comunicações.

Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações ao **GRUPO AGROMEAL** requeridas ou permitidas ao Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por courier, e efetivamente entregues; ou (ii) enviadas por e-mail, desde que com o devido retorno positivo da entrega e leitura da correspondência eletrônica. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma, ou de outra forma que vier a ser indicada pelo **GRUPO AGROMEAL** nos autos da Recuperação Judicial:

**Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda.** Endereço: Rod. PR 463  
S/N, Km 3,5 Lote 187-A, CEP: 87.600-00, Nova Esperança-PR

**A/C:** Diretoria

**E-mail:** pedro.padua@agromeal.com.br

#### COM CÓPIA PARA:

Federiche Mincache Advogados: Endereço: Av. Euclides da Cunha, nº  
1.277, zona 05, em Maringá – PR, CEP 87.015-180





**E-mails:** adriana.eliza@fmadvoc.com.br / alanmincache@fmadvoc.com.br  
/ rj.fm@fmadvoc.com.br

#### 9.6 Lei aplicável.

O Plano deve ser regido, interpretado e executado de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

#### 9.7 Eleição de foro.

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou que estiverem relacionadas a o Plano ou aos Créditos Sujeitos ao Plano serão resolvidas:

- Pelo Juízo da Recuperação até a prolação da decisão de encerramento da Recuperação Judicial, e desde que não oja pendente recurso com efeito suspensivo contra a referida decisão;
- Pelos juízos competentes, conforme estabelecidos nos contratos originais firmados entre o **GRUPO AGROMEAL** e os respectivos Credores Sujeitos ao Plano, ou conforme estabelecido pela lei.

### 10 PLANO DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Conforme demonstrado no Plano de reestruturação organizacional elaborado pela direção do **GRUPO AGROMEAL**, seus assessores jurídicos e consultores financeiros e elencado no laudo, a fim de obter sucesso no desenvolvimento do Plano de Recuperação e demonstrar comprometimento e foco na continuidade de suas operações, o **GRUPO AGROMEAL** vêm passando por um processo de reestruturação administrativo/financeiro e operacional que destacamos abaixo:







### 10.1 Reestruturação Operacional

- Foco em clientes com melhores margens;
- Adequação do mix de produtos e clientes;
- Racionalização de mão de obra e custos;
- Reforço da profissionalização;
- Implementação de sistemas e controles mais eficazes.

### 10.2 Reestruturação Administrativo/Financeiro

- Revisão e redirecionamento dos lançamentos no software de gestão;
- Estruturação de demonstrativos financeiros, orçamento e fluxo de caixa, melhorando o acompanhamento diário de cada área;
- Reestruturação de departamentos, análise e melhoria de processos, corte de despesas e melhor efetividade por função;
- Elaboração de Organograma detalhado por função e atividades desempenhadas por cada pessoa.

A direção do **GRUPO AGROMEAL** tem a certeza e a confiança de que a crise de liquidez e as dificuldades operacionais ora enfrentadas são passageiras e não devem afetar de forma definitiva a solidez das atividades desenvolvidas pelo **GRUPO AGROMEAL** e que poderão ser mantidas.

Um exemplo claro da certeza da direção do **GRUPO AGROMEAL** é o fato de que antes mesmo do ajuizamento do pedido de recuperação, a sua direção já vinha buscando a implementação de um abrangente projeto







de reestruturação administrativo/financeiro e operacional, com a finalidade de adequar suas operações à situação atualmente enfrentada. Diante dessa situação, a direção do **GRUPO AGROMEAL** elaborou, com a ajuda dos seus assessores jurídicos e consultores financeiros, o Plano de Recuperação Judicial, bem como um conjunto de demonstrativos financeiros projetados cujos resumos estão apresentados a seguir:

- A. Refletem as suas operações futuras, demonstrando as medidas que serão adotadas;
- B. Os resultados da continuidade das operações e o estabelecimento de um cronograma de pagamentos aos credores, podendo permitir a recomposição da sua saúde financeira;
- C. Demonstram a viabilidade econômico-financeira do **GRUPO AGROMEAL** e do Plano.

## 11 FONTES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS

Para o efeito da:

- A. Elaboração do laudo econômico-financeiro sobre a viabilidade econômico-financeira e do Plano do **GRUPO AGROMEAL**;
- B. Emissão do Parecer Técnico sobre o Plano;

Foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

- A. Plano de Recuperação Judicial preparado pela direção do **GRUPO AGROMEAL** e seus assessores jurídicos e consultores financeiros a ser encaminhado ao Juízo e aos seus credores contendo a descrição das medidas a serem implementadas pela Empresa;
- B. Petição inicial encaminhada ao M.D. Juízo de Recuperação;
- C. Decisão do EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA ESPERANÇA-PR;





- D. Breve histórico da empresa contendo informações relevantes que identificam as origens da crise financeira pelo qual passou o **GRUPO AGROMEAL**;
- E. Demonstrativos financeiros históricos;
- F. As planilhas e demonstrativos financeiros projetados e consolidados, preparados pela direção do **GRUPO AGROMEAL** e seus consultores financeiros e que são:
- Premissas macroeconômicas;
  - Mapa de premissas operacionais e financeiras para elaboração dos demonstrativos financeiros projetados;
  - Fluxos de Caixa projetado do **GRUPO AGROMEAL** para o período em questão, apresentando a geração das receitas, custos e despesas operacionais, bem como os fluxos de pagamento aos credores de todas as classes.

## 12 ELABORAÇÃO DA ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GRUPO AGROMEAL E DO PLANO - EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO

Para efeito de elaboração e emissão do Parecer Técnico, analisamos cuidadosamente todas as informações, os dados fornecidos e as medidas a serem implementadas no Plano, destacando-se que:

- A. Durante todo o período em que estiver sob Recuperação Judicial a direção e os sócios do **GRUPO AGROMEAL** se comprometem a realizar todos os esforços na administração profissional e independente, para manter uma estrutura mínima necessária para que a Empresa possa ter continuidade nas suas operações nos novos níveis, de forma a poder cumprir com todos os compromissos citados no Plano, de acordo com





- o cronograma de pagamentos, conforme apresentado nos Demonstrativos Financeiros projetados;
- B. Para o primeiro ano (Ano 1 - 2025) foi considerado um Faturamento de R\$ 47.040.000,00 (quarenta e sete milhões e quarenta mil reais), o que representa um aumento médio de 25% quando comparamos com o ano anterior (considerando a previsão de encerramento do ano de 2024) que leva em consideração as projeções feitas pelo grupo, considerando o cenário econômico e as projeções do setor.
- C. Comparando o Ano 2 (2026) com o Ano 1 (2025), podemos observar um crescimento de 5,61% no faturamento. Já, quando olhamos o período que compreende do Ano 2 (2026) ao Ano 5 (2029), podemos observar também um crescimento na receita bruta acima de 3% a.a considerando a média dos quatro anos, o que se deve principalmente a expectativa do mercado e otimizando as capacidades já instaladas do negócio.
- D. Para os demais períodos, a partir do Ano 6 (2030) até Ano 21 (2045), podemos observar um crescimento médio de 1,80% a.a, principalmente por se tratar de uma projeção de longo prazo.
- E. A geração de caixa do **GRUPO AGROMEAL** para pagamento aos credores está baseada nas seguintes medidas e recursos:
- Geração dos fluxos de caixa operacional pela continuidade das atividades econômicas e por decorrência da sua reestruturação operacional e financeira;
  - As condições, os valores e os prazos de pagamento aos credores.
- F. Destaca-se, ainda, que as projeções futuras que estão contemplando o desembolso para pagamento de juros serão suportadas pelo lucro projetado para os exercícios futuros;





G. As premissas adotadas para a elaboração das projeções dos demonstrativos financeiros estão detalhadas no Plano de Recuperação e estão divididas em:

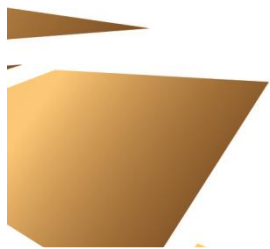
- Projeções da Receita Bruta (Faturamento);
- Projeções dos Tributos sobre as vendas;
- Projeções dos Custos;
- Projeções das Despesas Operacionais;
- Projeções das Despesas Financeiras;
- Fluxo de Caixa Projetado.

### 13 OS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Analizamos os demonstrativos financeiros históricos e projetados elaborados pela Administração do **GRUPO AGROMEAL** e seus consultores financeiros e jurídicos e que utilizamos como base para prepararmos os demonstrativos dos fluxos de caixa projetados, apresentados no laudo.

Analisando-se todas as planilhas e demonstrativos financeiros históricos e os projetados apresentados no Plano, concluímos que:

- A. As premissas e pressupostos adotados ficaram dentro de uma posição conservadora e com consistência com relação à performance histórica da Empresa e da sua atual situação;
- B. Os demonstrativos financeiros projetados (Fluxo de Caixa e D.R.E) a partir das premissas e pressupostos, bem como as informações fornecidas pela direção do **GRUPO AGROMEAL**, apresentam coerência e consistência técnica, e tendo sido elaborados dentro de padrões usuais de projeções e simulações de comportamento futuros das operações do **GRUPO AGROMEAL**;



C. Demonstraram uma coerência numérica e econômico-financeira entre as premissas adotadas e os valores resultantes, identificando consistência técnica e dentro dos modelos contábil e econômico-financeiro;

As projeções identificam a continuidade das operações do **GRUPO AGROMEAL** com a adoção das medidas já citadas, que no nosso entender são viáveis, na medida em que foram realizadas com base nas suas atividades operacionais já ajustadas aos novos níveis, adotando-se para essas projeções no nosso entender, um critério conservador.

Os demonstrativos financeiros que caracterizam e identificam o Plano de Recuperação a ser apresentado ao Juízo, demonstram que todas as suas variáveis estão integradas e com premissas adotadas que julgamos razoáveis e com consistência.

As receitas sofrem variações com base nos índices estabelecidos na projeção, conforme demonstrado abaixo:

			5,61%	2,90%	2,82%	2,74%	4,89%	2,54%	2,48%	2,42%	2,36%	2,31%
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	
(+) Receita Operacional Bruta (ROB)	R\$ 47.040.000	R\$ 49.680.000	R\$ 51.120.000	R\$ 52.560.000	R\$ 54.000.000	R\$ 56.640.000	R\$ 58.080.000	R\$ 59.520.000	R\$ 60.960.000	R\$ 62.400.000	R\$ 63.840.000	
			2,26%	2,21%	2,16%	2,11%	2,07%	2,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045		
	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	ANO 21		
(+) Receita Operacional Bruta (ROB)	R\$ 65.280.000	R\$ 66.720.000	R\$ 68.160.000	R\$ 69.600.000	R\$ 71.040.000	R\$ 72.480.000	R\$ 72.480.000	R\$ 72.480.000	R\$ 72.480.000	R\$ 72.480.000		

Podemos observar qua a partir do Ano 1 (2025) o saldo do fluxo de caixa é sempre positivo no período compreendido entre 2025 e 2045, conforme demonstramos abaixo:



	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11
Entradas de Caixa Operacional	R\$ 47.040.000	R\$ 49.680.000	R\$ 51.120.000	R\$ 52.560.000	R\$ 54.000.000	R\$ 56.640.000	R\$ 58.080.000	R\$ 59.520.000	R\$ 60.960.000	R\$ 62.400.000	R\$ 63.840.000
Saídas de Caixa Operacional	R\$ 45.114.598	R\$ 47.513.300	R\$ 48.876.809	R\$ 50.240.318	R\$ 51.603.828	R\$ 54.570.297	R\$ 55.900.929	R\$ 57.231.930	R\$ 58.563.302	R\$ 59.895.049	R\$ 61.226.607
Saldo de Caixa Operacional	R\$ 1.925.402	R\$ 2.166.700	R\$ 2.243.191	R\$ 2.319.682	R\$ 2.396.172	R\$ 2.069.703	R\$ 2.179.071	R\$ 2.288.070	R\$ 2.396.698	R\$ 2.504.951	R\$ 2.613.393
Entradas de Caixa Não Operacionais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Saídas de Caixa Não Operacionais	R\$ 878.122	R\$ 786.470	R\$ 927.654	R\$ 1.254.267	R\$ 785.139	R\$ 800.577	R\$ 812.925	R\$ 825.273	R\$ 837.621	R\$ 849.969	R\$ 862.317
Saldo de Caixa Não Operacional	R\$ (878.122)	R\$ (786.470)	R\$ (927.654)	R\$ (1.254.267)	R\$ (785.139)	R\$ (800.577)	R\$ (812.925)	R\$ (825.273)	R\$ (837.621)	R\$ (849.969)	R\$ (862.317)
Saldo de Caixa Final	R\$ 1.047.280	R\$ 1.380.230	R\$ 1.315.537	R\$ 1.065.414	R\$ 1.611.033	R\$ 1.269.126	R\$ 1.366.146	R\$ 1.462.797	R\$ 1.559.077	R\$ 1.654.982	R\$ 1.751.076
Saldo acumulado Caixa	R\$ 1.047.280	R\$ 2.427.510	R\$ 3.743.046	R\$ 4.808.461	R\$ 6.419.493	R\$ 7.688.620	R\$ 9.054.766	R\$ 10.517.563	R\$ 12.076.640	R\$ 13.731.622	R\$ 15.482.698

	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	ANO 21
Entradas de Caixa Operacional	R\$ 65.280.000	R\$ 66.720.000	R\$ 68.160.000	R\$ 69.600.000	R\$ 71.040.000	R\$ 72.480.000	R\$ 72.480.000	R\$ 72.480.000	R\$ 72.480.000	R\$ 72.480.000
Saídas de Caixa Operacional	R\$ 62.559.111	R\$ 63.892.001	R\$ 65.225.282	R\$ 66.558.957	R\$ 67.893.030	R\$ 69.227.506	R\$ 69.268.549	R\$ 69.310.001	R\$ 69.351.869	R\$ 69.394.154
Saldo de Caixa Operacional	R\$ 2.720.889	R\$ 2.827.999	R\$ 2.934.718	R\$ 3.041.043	R\$ 3.146.970	R\$ 3.252.494	R\$ 3.211.451	R\$ 3.169.999	R\$ 3.128.131	R\$ 3.085.846
Entradas de Caixa Não Operacionais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Saídas de Caixa Não Operacionais	R\$ 901.385	R\$ 913.733	R\$ 1.444.263	R\$ 1.456.611	R\$ 1.468.959	R\$ 1.410.054	R\$ 1.410.054	R\$ 1.410.054	R\$ 1.410.054	R\$ 1.410.054
Saldo de Caixa Não Operacional	R\$ (901.385)	R\$ (913.733)	R\$ (1.444.263)	R\$ (1.456.611)	R\$ (1.468.959)	R\$ (1.410.054)	R\$ (1.410.054)	R\$ (1.410.054)	R\$ (1.410.054)	R\$ (1.410.054)
Saldo de Caixa Final	R\$ 1.819.504	R\$ 1.914.266	R\$ 1.490.455	R\$ 1.584.432	R\$ 1.678.010	R\$ 1.842.440	R\$ 1.801.397	R\$ 1.759.945	R\$ 1.718.077	R\$ 1.675.791
Saldo acumulado Caixa	R\$ 1.819.504	R\$ 3.733.770	R\$ 5.224.225	R\$ 6.808.657	R\$ 8.486.668	R\$ 10.329.107	R\$ 12.130.504	R\$ 13.890.449	R\$ 15.608.526	R\$ 17.284.318

14 DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA do GRUPO AGROMEAL E DO PLANO

O Plano de Recuperação Judicial proposto é viável, na medida em que:

- A. As premissas e pressupostos adotados para elaboração dos demonstrativos financeiros projetados, foram definidos em um cenário conservador e consideradas factíveis e com grau de certeza bastante razoável;
- B. Os números resultantes refletem adequadamente as diversas premissas adotadas;
- C. A geração de receitas do **GRUPO AGROMEAL** está baseada na continuidade das suas operações, agora com níveis operacionais, ajustados à nova realidade da Empresa;
- D. Visa maximizar os recursos disponíveis para fazer frente aos compromissos do **GRUPO AGROMEAL**, procurando proporcionar aos credores a plena recuperação de seus créditos, dentro das condições e dos prazos previstos no Plano;
- E. Atender as medidas de:
  - A renegociação com os credores reajustando valores e novas condições de prazos de pagamentos;



- A Continuidade das suas operações com geração de caixa positiva para pagamento aos credores, tornarão possível a recuperação e a normalização das atividades do **GRUPO AGROMEAL**.
- F. As previsões de continuidade das operações do **GRUPO AGROMEAL**, ao nosso entender, são viáveis na medida em que foram realizadas com base nas suas atividades operacionais anteriores, adotando-se um critério conservador, com metas visando voltar aos níveis de operações devidamente ajustadas e que ocorriam antes do pedido de recuperação;
- G. Os demonstrativos financeiros projetados que apresentam o comportamento futuro do **GRUPO AGROMEAL**, cujo Plano de Recuperação deverá ser apresentado ao Juízo, demonstra que todas as suas variáveis estão integradas e com premissas adotadas que julgamos razoáveis e com consistência;
- H. Efetuamos nas relações entre todas as premissas e os números apresentados e que demonstraram uma coerência numérica e econômico-financeira, identificando uma consistência técnica de qualidade;
- I. A análise dos indicadores financeiros históricos e projetados revela a coerência das medidas adotadas no Plano de Recuperação, fazendo com que o **GRUPO AGROMEAL**, retomando as suas atividades após a reestruturação, passe a ser uma Empresa líquida e rentável, podendo atender aos seus compromissos com credores;
- J. A avaliação do potencial e da capacidade de pagamento das obrigações e passivos do **GRUPO AGROMEAL** com a adoção das medidas preconizadas no Plano de Recuperação e com a eliminação gradual do endividamento do **GRUPO AGROMEAL**, pode ser inferido





pela geração de fluxo de caixa positivo e que é decorrente das suas operações, sendo superior ao fluxo de pagamentos aos credores.

## 15 DA VIABILIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA DA NOME DA EMPRESA

Entre os princípios que regem a Lei 11.101/2005, o mais relevante para fins de deferimento da Recuperação Judicial é o princípio da viabilidade econômica da Empresa, estabelecendo que somente à empresa com reais possibilidades de soerguimento será facultado o regime da Recuperação Judicial.

## 16 IMPORTÂNCIA DA NOME DA EMPRESA NO MEIO EMPRESARIAL.

O **GRUPO AGORMEAL** possui potencial econômico conforme a região onde atua, sendo que para este Plano de Recuperação foi projetada Receita Bruta anual média consolidada dos desde o Ano 1 (2025) até o Ano 21 (2045) de aproximadamente de R\$ 60.000.00,00 (sessenta milhões de reais) considerável para reerguer-se.

Além disso, conta com um portfólio de ativos e clientes e que se implementando com o Plano de Recuperação, que se mostra adequado e compatível com a sua atual situação, demonstra que a sua recuperação econômica é viável e possível.

## 17 MÃO DE OBRA E TECNOLOGIA EMPREGADA

O **GRUPO AGROMEAL** é possuidora de um portfólio e um conjunto de ativos e instalações muito bem estruturados, sendo que durante todo período de atividade o **GRUPO AGROMEAL** investiu em capacitação profissional, melhoria e conservação do meio ambiente utilizando de técnicas e equipamentos sofisticados.



## 18 TEMPO DE ATIVIDADE DA NOME DA EMPRESA

O **GRUPO AGROMEAL** tem como tradição no ramo de gordura animal de aves, suínos e bovinos, localizada no estado do Paraná, está há muitos anos desenvolvendo suas atividades como referência no setor, através da qualidade dos produtos, profissionais capacitados, geração de empregos diretos e indiretos, seriedade e comprometimento diante da sociedade.

## 19 PORTE ECONÔMICO

Considerando o porte econômico do **GRUPO AGROMEAL**, que é relevante, torna-se importante a sua recuperação, dado o seu tamanho, o volume de impostos que recolhe e o número de empregos que oferece.

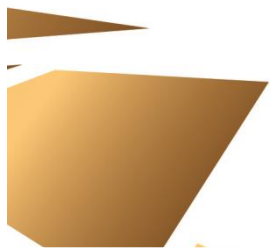
O **GRUPO AGROMEAL** chegou a ter um número maior efetivo de pessoal, antes da crise financeira por que passou, reduzindo-o na nova fase da empresa.

Verifica-se, portanto que o **GRUPO AGROMEAL** se ajustou perfeitamente ao conceito de empresa viável, econômica e financeiramente, fazendo jus ao benefício da Recuperação Judicial .

A recuperação econômico-financeira do **GRUPO AGROMEAL** irá beneficiar toda a comunidade onde atua, evitando-se assim, consequências e malefícios indesejáveis.

## 20 PARECER E CONCLUSÃO DO LAUDO

Após essas considerações, é nosso parecer que:





O Plano de Recuperação Judicial do **GRUPO AGROMEAL**, que deverá ser apresentado ao Juízo da Recuperação e aos Credores, bem como a própria direção e sócios da Empresa e que demonstram no seu conjunto, viabilidade econômico-financeira, pois:

- A. A geração recorrente das receitas operacionais, a renegociação de credores dos valores a pagar, a readequação societária e operacional e a possível alienação de ativos, são consideradas como viáveis e factíveis;
- B. A somatória desses recursos e as medidas adotadas irão permitir o pagamento aos credores aderentes ao Plano de Recuperação Judicial, ao longo do período de pagamentos proposto para cada classe de credor;
- C. Demonstra a possibilidade de normalização e continuação das atividades operacionais do **GRUPO AGROMEAL** tornando possível a geração de recursos e restabelecendo a sua capacidade de geração de receitas e por consequência, do fluxo de caixa;
- D. A continuidade das operações e a geração de fluxo de caixa positivo se provam mais que suficientes para o pagamento dos credores, conforme pode ser observado na evolução dos demonstrativos do fluxo de caixa e nas projeções financeiras apresentadas no Anexo do laudo;
- E. O cenário apresentado no Plano de Recuperação Judicial é melhor para os credores do que uma possível situação de falência;
- F. É economicamente melhor e mais vantajoso para os credores, que o **GRUPO AGROMEAL** se mantenha em plena atividade operacional e dessa forma, possa pagar às suas dívidas com os credores;
- G. As informações fornecidas e as medidas a serem adotadas no Plano de Recuperação Judicial, demonstram que o **GRUPO AGROMEAL** é



viável econômica e financeiramente, após terem passado por uma crise financeira de ordem interna e externa;

H. O Plano a ser apresentado, no nosso entender, está bem estruturado, identificando a adoção de uma série de medidas societárias, operacionais e administrativos/financeiras, de forma a permitir a retomada das suas atividades operacionais, apesar do decréscimo momentâneo da economia brasileira.

Porém se faz necessário que o **GRUPO AGROMEAL** atinja os faturamentos apresentados nas projeções que serviram de base para a confecção do presente laudo.

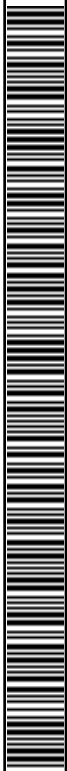
O não cumprimento destas projeções apresentarão sensíveis dificuldades na efetivação dos pagamentos do referido Plano de Recuperação, porém dado ao conservadorismo observado, acreditamos ser um risco de pequena proporção, dada a tradição de muitos anos de atuação tanto no mercado nacional e a invejável carteira de clientes atendidos no período.

Dessa forma, após a análise das informações apresentadas, da constatação da coerência dos demonstrativos e projeções financeiras e da absoluta possibilidade e capacidade de pagamento aos credores e da viabilidade econômica do **GRUPO AGROMEAL** somos de parecer que o Plano de Recuperação a ser apresentado ao Juízo e aos credores é viável econômica e financeiramente.

## 21 ANEXOS

### 21.1 ANEXO I – PREMISSAS E PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NAS PROJEÇÕES

Descrevemos a seguir, detalhadamente, todas as condições, hipóteses, premissas e pressupostos que foram preparados pelos





consultores financeiros e jurídicos e adotados na elaboração das projeções e simulações financeiras dos demonstrativos financeiros.

O Parecer Técnico foi preparado pela **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL** a partir dos demonstrativos financeiros projetados elaborados pelo **GRUPO AGROMEAL** e de seus assessores financeiros e jurídicos, visando fornecer um maior e melhor entendimento sobre o modelo de negócio do **GRUPO AGROMEAL**.

Ao mesmo tempo, dar subsídios que nos permitam atestar da viabilidade econômico-financeira da Empresa e a auxiliar no seu processo de Recuperação Judicial .

Os demonstrativos financeiros históricos, os dados e informações necessárias, as premissas e pressupostos adotados para a elaboração das projeções dos demonstrativos financeiros (Fluxo de Caixa e D.R.E), e demais demonstrativos financeiros auxiliares, foram fornecidos pela administração do **GRUPO AGROMEAL** e foram objeto de análise crítica pelos consultores da **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**, que emitiu um Parecer Técnico sobre os mesmos, apresentado no laudo.

Os demonstrativos financeiros projetados são apresentados, na forma consolidada, envolvendo as operações do **GRUPO AGROMEAL**.

No decorrer do trabalho foram recebidas sugestões e/ou complementação das informações que se tornaram necessárias ao aprofundamento e detalhamento da análise, chegando-se às projeções finais consideradas como factíveis pela diretoria do **GRUPO AGROMEAL**.

Foi desenvolvida uma modelagem econômico-financeira construída especificamente para o **GRUPO AGROMEAL**, criada a partir de um sistema econômico-financeiro consolidado, refletindo o mais



próximo possível da realidade do seu funcionamento contábil, organizacional e operacional, de tal forma que as projeções dos demonstrativos financeiros e incluindo os demonstrativos do fluxo de caixa e D.R.E, demonstrem o possível comportamento futuro do **GRUPO AGROMEAL** de forma unificada, no seu processo de recuperação.

As projeções financeiras anuais foram realizadas em moeda corrente (Reais, R\$) para o período de 2025 (Ano 1) até o ano de 2045 (Ano 21).

#### 21.1.1 MEMÓRIAS DE CÁLCULO HISTÓRICO DAS PROJEÇÕES

As premissas básicas, os dados e informações necessárias para a elaboração das projeções, bem como dados históricos foram fornecidas pela Diretoria do **GRUPO AGROMEAL** e seus consultores financeiros, tendo como fundamento o Plano de Recuperação Judicial.

Na modelagem financeira construída, as simulações das estratégias financeiras, operacionais e administrativas da Empresa, foram realizadas com base nos seguintes parâmetros básicos (“value drivers”):

- Estrutura e comportamento dos custos e despesas operacionais em relação às vendas;
- Níveis do capital de giro para manutenção das operações das empresas do **GRUPO AGROMEAL**;
- Estrutura de capital e Custo de Capital (WACC);
- Depreciação, amortização dos ativos e novos investimentos.

Os valores e o escalonamento de pagamento aos credores estão inseridos nesta modelagem financeira.







### 21.1.2 EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Para elaboração das projeções das Receitas futuras do **GRUPO AGROMEAL**, foram considerados os seguintes pontos:

- O comportamento do **GRUPO AGROMEAL** junto ao seguimento atuante, bem como seu histórico;
- As perspectivas futuras do **GRUPO AGROMEAL**, face aos ajustes e as medidas adotadas dentro no Plano de Recuperação;
- O cenário macro econômico brasileiro (atual e projetado);
- A capacidade instalada de comercialização e distribuição, para o mercado.

### 21.2 ANEXO II – PREMISSAS OPERACIONAIS

#### 21.3 DAS PROJEÇÕES REALIZADAS PARA O FLUXO DE CAIXA DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

As projeções econômico-financeiras foram desenvolvidas considerando o crescimento contínuo do mercado em que atua o **GRUPO AGROMEAL**. Os efeitos das medidas de melhorias foram projetados considerando a reestruturação organizacional que a Administração do Grupo Empresarial vem fazendo bem como foram calculadas com base em um cenário econômico realista, sendo as projeções possíveis de serem atingidas.

Para elaborar o Plano de Recuperação Judicial e estimar os resultados operacionais esperados para o período de recuperação, a gestão do **GRUPO AGROMEAL** utilizou como base e fonte de informações dados históricos do **GRUPO AGROMEAL**, os quais envolveram as receitas, os custos e as despesas, bem como foram







utilizados dados econômicos vinculados ao índice de inflação e projeções futuras baseadas nas análises das informações de mercado e da evolução que se espera que se realize em relação ao Grupo Empresarial, principalmente diante das mudanças que estão em andamento.

As projeções econômicas e financeiras estão evidenciadas no “Fluxo de Caixa Projetado e no D.R.E Projetado”, sendo que nos demonstrativos constam os valores a serem pagos referentes aos créditos inscritos na Recuperação Judicial .

#### 21.4 Para o Fluxo de Caixa Projetado

Para projeção dos números que constam no Fluxo de Caixa Projetado observando o regime de caixa (efetiva entrada e saída), foi considerado:

- 

#### 21.5 Projeções da Receita Bruta (Faturamento)

As receitas brutas (faturamentos) projetadas para os 21 (vinte e um) anos previstos para pagamento dos créditos inscritos na Recuperação Judicial , bem como, estão previstas e projetadas com base em dados históricos do **GRUPO AGROMEAL**, observando as previsões do mercado durante os próximos anos e levando em consideração o cenário macroeconômico do Brasil, sendo que o último levou as projeções para um grau de maior prudência.

#### 21.6 Projeções dos Tributos

As projeções dos tributos foram realizadas considerando as respectivas alíquotas de cada imposto incidente sobre os produtos e





serviços, bem como foi considerado o regime fiscal o qual a empresa se enquadra.

#### 21.7 Projeções dos Custos e Despesas

Os custos e as despesas dos produtos e dos serviços foram projetados partindo do custo médio praticado os quais foram realizados. Toda a estrutura de formação dos custos está compatível com os preços praticados no mercado, e as projeções e expectativas de preço futuro.

#### 21.8 Projeções das Despesas Operacionais

Para as Despesas Operacionais, foram projetadas considerando o histórico já realizado e a expectativa de gastos com base na estrutura do negócio.

#### 21.9 Projeções das Despesas Financeiras

No que tange as Despesas Financeiras, foi considerado o custo efetivo que do **GRUPO AGROMEAL** terá para operar com diversas das operações financeiras, representando na projeção uma média de 1% da receita bruta.

#### 21.10 Do fluxo de caixa projetado

A base para projeção do Fluxo de Caixa Projetado são as entradas e as saídas das atividades operacionais e não operacionais.

Foi destacado, ainda, que os valores referentes aos pagamentos das parcelas dos créditos inscritos na Recuperação Judicial estão



projetados no fluxo de caixa considerando o deságio e correção monetária, conforme descrito no tópico específico.

O Fluxo de Caixa tem apenas o intuito de demonstrar se haverá saldos suficientes após as devidas amortizações para que sejam liquidadas as parcelas dos credores do Plano de Recuperação Judicial , não guardando relação com as contas do Demonstrativo de Resultado Projetado.





## 21.11 ANEXO III – FLUXO DE CAIXA PROJETADO e D.R.E PROJETADO



## FLUXO DE CAIXA PROJETADO

CARÊNCIA 36 MESES - 3 ANOS																					
	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030	2.031	2.032	2.033	2.034	2.035	2.036	2.037	2.038	2.039	2.040	2.041	2.042	2.043	2.044	2.045
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	ANO 21
Saldo Inicial de Caixa	0	1.047.280	2.427.510	3.743.046	4.808.461	6.419.493	7.688.620	9.054.766	10.517.563	12.076.640	13.731.622	15.482.698	17.302.202	19.216.468	20.706.923	22.291.355	23.969.365	25.811.805	27.613.202	29.373.147	31.091.224
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entradas de Caixa Operacional	47.040.000	49.680.000	51.120.000	52.560.000	54.000.000	56.640.000	58.080.000	59.520.000	60.960.000	62.400.000	63.840.000	65.280.000	66.720.000	68.160.000	69.600.000	71.040.000	72.480.000	72.480.000	72.480.000	72.480.000	72.480.000
Venda de Produto	40.800.000	43.200.000	44.400.000	45.600.000	46.800.000	49.200.000	50.400.000	51.600.000	52.800.000	54.000.000	55.200.000	56.400.000	57.600.000	58.800.000	60.000.000	61.200.000	62.400.000	62.400.000	62.400.000	62.400.000	62.400.000
Venda de Prestação de Serviço	6.240.000	6.480.000	6.720.000	6.960.000	7.200.000	7.440.000	7.680.000	7.920.000	8.160.000	8.400.000	8.640.000	8.880.000	9.120.000	9.360.000	9.600.000	9.840.000	10.080.000	10.080.000	10.080.000	10.080.000	10.080.000
Saídas de Caixa Operacional	45.114.598	47.513.300	48.876.809	50.240.318	51.603.828	54.570.297	55.900.929	57.231.930	58.563.302	59.895.049	61.226.607	62.559.111	63.892.001	65.225.282	66.558.957	67.893.030	69.227.506	69.268.549	69.310.001	69.351.869	69.394.154
Deduções Diretas de Vendas (Impostos s/ vendas e Devoluções)	5.781.600	6.172.200	6.439.800	6.707.400	6.975.000	8.071.200	8.276.400	8.481.600	8.686.800	8.892.000	9.097.200	9.302.400	9.507.600	9.712.800	9.918.000	10.123.200	10.328.400	10.328.400	10.328.400	10.328.400	10.328.400
Custos dos Produtos Vendidos (CPV)	35.232.960	37.210.320	38.288.880	39.367.440	40.446.000	42.253.440	43.327.680	44.401.920	45.476.160	46.550.400	47.624.640	48.698.880	49.773.120	50.847.360	51.921.600	52.995.840	54.070.080	54.070.080	54.070.080	54.070.080	54.070.080
Despesas Operacionais (-) PRJ e AJ	4.100.038	4.130.780	4.148.129	4.165.478	4.182.828	4.245.657	4.296.849	4.348.410	4.400.342	4.452.649	4.504.767	4.557.831	4.611.281	4.665.122	4.719.357	4.773.990	4.829.026	4.870.069	4.911.521	4.953.389	4.995.674
Saldo de Caixa Operacional	1.925.402	2.166.700	2.243.191	2.319.682	2.396.172	2.069.703	2.179.071	2.288.070	2.396.698	2.504.951	2.613.393	2.720.889	2.827.999	2.934.718	3.041.043	3.146.970	3.252.494	3.211.451	3.169.999	3.128.131	3.085.846
Entradas de Caixa Não Operacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entradas Não Operacionais																					
Saídas de Caixa Não Operacionais	878.122	786.470	927.654	1.254.267	785.139	800.577	812.925	825.273	837.621	849.969	862.317	901.385	913.733	1.444.263	1.456.611	1.468.959	1.410.054	1.410.054	1.410.054	1.410.054	1.410.054
Despesas Financeiras	412.584	435.078	446.802	458.526	470.250	485.688	498.036	510.384	522.732	535.080	547.428	559.776	572.124	584.472	596.820	609.168	621.516	621.516	621.516	621.516	621.516
PRJ - Plano de Recuperação Judicial	188.124	0	0	314.889	314.889	314.889	314.889	314.889	314.889	314.889	314.889	341.609	341.609	859.791	859.791	859.791	788.538	788.538	788.538	788.538	788.538
RJ - Administrador Judicial	277.415	351.392	480.852	480.852	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo de Caixa Não Operacional	-878.122	-786.470	-927.654	-1.254.267	-785.139	-800.577	-812.925	-825.273	-837.621	-849.969	-862.317	-901.385	-913.733	-1.444.263	-1.456.611	-1.468.959	-1.410.054	-1.410.054	-1.410.054	-1.410.054	-1.410.054
Saldo de Caixa Final	1.047.280	1.380.230	1.315.537	1.065.414	1.611.033	1.269.126	1.366.146	1.462.797	1.559.077	1.654.982	1.751.076	1.819.504	1.914.266	1.490.455	1.584.432	1.678.010	1.842.440	1.801.397	1.759.945	1.718.077	1.675.791
Saldo acumulado Caixa	1.047.280	2.427.510	3.743.046	4.808.461	6.419.493	7.688.620	9.054.766	10.517.563	12.076.640	13.731.622	15.482.698	17.302.202	19.216.468	20.706.923	22.291.355	23.969.365	25.811.805	27.613.202	29.373.147	31.091.224	32.767.015



## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - PROJETADO





DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - PROJETADO

	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	ANO 21
(+) Receita Operacional Bruta (ROB)	R\$ 65.280.000 100,00%	R\$ 66.720.000 100,00%	R\$ 68.160.000 100,00%	R\$ 69.600.000 100,00%	R\$ 71.040.000 100,00%	R\$ 72.480.000 100,00%	R\$ 72.480.000 100,00%	R\$ 72.480.000 100,00%	R\$ 72.480.000 100,00%	R\$ 72.480.000 100,00%
Venda de Produto	R\$ 56.400.000 86,40%	R\$ 57.600.000 86,33%	R\$ 58.800.000 86,27%	R\$ 60.000.000 86,21%	R\$ 61.200.000 86,15%	R\$ 62.400.000 86,09%	R\$ 62.400.000 86,09%	R\$ 62.400.000 86,09%	R\$ 62.400.000 86,09%	R\$ 62.400.000 86,09%
Venda de Prestação de Serviço	R\$ 8.880.000 13,60%	R\$ 9.120.000 13,67%	R\$ 9.360.000 13,73%	R\$ 9.600.000 13,79%	R\$ 9.840.000 13,85%	R\$ 10.080.000 13,91%	R\$ 10.080.000 13,91%	R\$ 10.080.000 13,91%	R\$ 10.080.000 13,91%	R\$ 10.080.000 13,91%
(-) Deduções Diretas de Vendas	R\$ 9.302.400 14,25%	R\$ 9.507.600 14,25%	R\$ 9.712.800 14,25%	R\$ 9.918.000 14,25%	R\$ 10.123.200 14,25%	R\$ 10.328.400 14,25%	R\$ 10.328.400 14,25%	R\$ 10.328.400 14,25%	R\$ 10.328.400 14,25%	R\$ 10.328.400 14,25%
ICMS s/Vendas	R\$ 2.611.200 4,00%	R\$ 2.668.800 4,00%	R\$ 2.726.400 4,00%	R\$ 2.784.000 4,00%	R\$ 2.841.600 4,00%	R\$ 2.899.200 4,00%	R\$ 2.899.200 4,00%	R\$ 2.899.200 4,00%	R\$ 2.899.200 4,00%	R\$ 2.899.200 4,00%
PIS/COFINS s/Vendas	R\$ 6.038.400 9,25%	R\$ 6.170.400 9,25%	R\$ 6.304.800 9,25%	R\$ 6.438.000 9,25%	R\$ 6.571.200 9,25%	R\$ 6.704.400 9,25%	R\$ 6.704.400 9,25%	R\$ 6.704.400 9,25%	R\$ 6.704.400 9,25%	R\$ 6.704.400 9,25%
Devolução	R\$ 652.800 1,00%	R\$ 667.200 1,00%	R\$ 681.600 1,00%	R\$ 696.000 1,00%	R\$ 710.400 1,00%	R\$ 724.800 1,00%	R\$ 724.800 1,00%	R\$ 724.800 1,00%	R\$ 724.800 1,00%	R\$ 724.800 1,00%
(=) Receita Operacional Líquida (ROL)	R\$ 55.977.600 85,75%	R\$ 57.212.400 85,75%	R\$ 58.447.200 85,75%	R\$ 59.682.000 85,75%	R\$ 60.916.800 85,75%	R\$ 62.151.600 85,75%	R\$ 62.151.600 85,75%	R\$ 62.151.600 85,75%	R\$ 62.151.600 85,75%	R\$ 62.151.600 85,75%
(-) Custos dos Produtos Vendidos (CPV)	R\$ 48.698.880 74,60%	R\$ 49.773.120 74,60%	R\$ 50.847.360 74,60%	R\$ 51.921.600 74,60%	R\$ 52.995.840 74,60%	R\$ 54.070.080 74,60%	R\$ 54.070.080 74,60%	R\$ 54.070.080 74,60%	R\$ 54.070.080 74,60%	R\$ 54.070.080 74,60%
Custo do Produto Vendido	R\$ 46.609.920 71,40%	R\$ 47.638.080 71,40%	R\$ 48.666.240 71,40%	R\$ 49.694.400 71,40%	R\$ 50.722.560 71,40%	R\$ 51.750.720 71,40%	R\$ 51.750.720 71,40%	R\$ 51.750.720 71,40%	R\$ 51.750.720 71,40%	R\$ 51.750.720 71,40%
Custo Serviços Prestados	R\$ 2.088.960 3,20%	R\$ 2.135.040 3,20%	R\$ 2.181.120 3,20%	R\$ 2.227.200 3,20%	R\$ 2.273.280 3,20%	R\$ 2.319.360 3,20%	R\$ 2.319.360 3,20%	R\$ 2.319.360 3,20%	R\$ 2.319.360 3,20%	R\$ 2.319.360 3,20%
(-) Lucro Bruto	R\$ 7.278.720 11,00%	R\$ 7.439.280 11,00%	R\$ 7.599.840 11,00%	R\$ 7.760.400 11,00%	R\$ 7.920.960 11,00%	R\$ 8.081.520 11,00%	R\$ 8.081.520 11,00%	R\$ 8.081.520 11,00%	R\$ 8.081.520 11,00%	R\$ 8.081.520 11,00%
(-) Despesas Operacionais	R\$ 4.899.440 8,79%	R\$ 4.952.890 8,70%	R\$ 5.024.910 8,70%	R\$ 5.079.140 8,70%	R\$ 5.133.370 8,70%	R\$ 5.187.600 8,70%	R\$ 5.187.600 8,70%	R\$ 5.187.600 8,70%	R\$ 5.187.600 8,70%	R\$ 5.187.600 8,70%
Folha de Pagamento Adm	R\$ 1.031.310 1,84%	R\$ 1.041.623 1,82%	R\$ 1.052.039 1,80%	R\$ 1.062.560 1,78%	R\$ 1.073.185 1,76%	R\$ 1.083.917 1,74%	R\$ 1.094.756 1,70%	R\$ 1.105.704 1,70%	R\$ 1.116.761 1,80%	R\$ 1.127.929 1,81%
Valor Alimentação Adm	R\$ 57.437 0,10%	R\$ 58.011 0,10%	R\$ 58.591 0,10%	R\$ 59.177 0,10%	R\$ 59.769 0,10%	R\$ 60.367 0,10%	R\$ 60.970 0,10%	R\$ 61.580 0,10%	R\$ 62.196 0,10%	R\$ 62.818 0,10%
Pagamento AJ	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
Seguro de Vida	R\$ 32.228 0,06%	R\$ 32.551 0,06%	R\$ 32.875 0,06%	R\$ 33.205 0,06%	R\$ 33.537 0,06%	R\$ 33.872 0,06%	R\$ 34.211 0,06%	R\$ 34.553 0,06%	R\$ 34.899 0,06%	R\$ 35.248 0,06%
Consultorias (Gestão e Produção)	R\$ 257.828 0,40%	R\$ 260.406 0,40%	R\$ 263.030 0,45%	R\$ 265.640 0,45%	R\$ 268.296 0,44%	R\$ 270.979 0,44%	R\$ 273.689 0,44%	R\$ 276.426 0,44%	R\$ 279.190 0,45%	R\$ 281.982 0,45%
Consultoria Contábil	R\$ 51.566 0,09%	R\$ 52.081 0,09%	R\$ 52.602 0,09%	R\$ 53.128 0,09%	R\$ 53.659 0,09%	R\$ 54.196 0,09%	R\$ 54.738 0,09%	R\$ 55.285 0,09%	R\$ 55.838 0,09%	R\$ 56.396 0,09%
Consultoria Química/Ambiental	R\$ 38.674 0,07%	R\$ 39.061 0,07%	R\$ 39.451 0,07%	R\$ 39.846 0,07%	R\$ 40.244 0,07%	R\$ 40.647 0,07%	R\$ 41.053 0,07%	R\$ 41.464 0,07%	R\$ 41.879 0,07%	R\$ 42.297 0,07%
Consultoria CRMV - Medicina Veterinária	R\$ 64.457 0,12%	R\$ 65.101 0,11%	R\$ 65.752 0,11%	R\$ 66.410 0,11%	R\$ 67.074 0,11%	R\$ 67.745 0,11%	R\$ 68.422 0,11%	R\$ 69.107 0,11%	R\$ 69.798 0,11%	R\$ 70.496 0,11%
Honorários Advogados	R\$ 1.418.051 2,53%	R\$ 1.432.232 2,50%	R\$ 1.446.554 2,45%	R\$ 1.461.020 2,45%	R\$ 1.475.630 2,42%	R\$ 1.490.386 2,40%	R\$ 1.505.290 2,42%	R\$ 1.520.343 2,45%	R\$ 1.535.546 2,47%	R\$ 1.550.902 2,50%
Honorários Contábeis	R\$ 116.022 0,21%	R\$ 117.383 0,20%	R\$ 118.754 0,20%	R\$ 119.538 0,20%	R\$ 120.733 0,20%	R\$ 121.941 0,20%	R\$ 123.160 0,20%	R\$ 124.392 0,20%	R\$ 125.636 0,20%	R\$ 126.892 0,20%
Aluguel	R\$ 12.891 0,02%	R\$ 13.020 0,02%	R\$ 13.150 0,02%	R\$ 13.282 0,02%	R\$ 13.415 0,02%	R\$ 13.549 0,02%	R\$ 13.684 0,02%	R\$ 13.821 0,02%	R\$ 13.960 0,02%	R\$ 14.099 0,02%
Internet	R\$ 4.512 0,01%	R\$ 4.557 0,01%	R\$ 4.603 0,01%	R\$ 4.649 0,01%	R\$ 4.695 0,01%	R\$ 4.742 0,01%	R\$ 4.790 0,01%	R\$ 4.837 0,01%	R\$ 4.886 0,01%	R\$ 4.935 0,01%
Segurança Patrimonial	R\$ 154.697 0,28%	R\$ 156.243 0,27%	R\$ 157.806 0,27%	R\$ 159.384 0,27%	R\$ 160.978 0,26%	R\$ 162.588 0,26%	R\$ 164.213 0,26%	R\$ 165.856 0,27%	R\$ 167.514 0,27%	R\$ 169.189 0,27%
Despesas com Cartório	R\$ 1.289 0,00%	R\$ 1.302 0,00%	R\$ 1.315 0,00%	R\$ 1.328 0,00%	R\$ 1.341 0,00%	R\$ 1.355 0,00%	R\$ 1.368 0,00%	R\$ 1.382 0,00%	R\$ 1.396 0,00%	R\$ 1.410 0,00%
Despesas com Correios	R\$ 6.446 0,01%	R\$ 6.510 0,01%	R\$ 6.575 0,01%	R\$ 6.641 0,01%	R\$ 6.707 0,01%	R\$ 6.774 0,01%	R\$ 6.842 0,01%	R\$ 6.911 0,01%	R\$ 6.980 0,01%	R\$ 7.050 0,01%
Despesa com Descarte de Resíduos	R\$ 65.264 0,12%	R\$ 65.917 0,12%	R\$ 66.576 0,11%	R\$ 67.242 0,11%	R\$ 67.914 0,11%	R\$ 68.593 0,11%	R\$ 69.279 0,11%	R\$ 69.972 0,11%	R\$ 70.672 0,11%	R\$ 71.378 0,11%
Mensalidade e Manutenção de Software ERP	R\$ 128.914 0,23%	R\$ 130.203 0,23%	R\$ 131.505 0,22%	R\$ 132.820 0,22%	R\$ 134.148 0,22%	R\$ 135.490 0,22%	R\$ 136.845 0,22%	R\$ 138.213 0,22%	R\$ 139.595 0,22%	R\$ 140.991 0,23%
Impostos e Taxas	R\$ 257.828 0,46%	R\$ 260.406 0,46%	R\$ 263.030 0,45%	R\$ 265.640 0,45%	R\$ 268.296 0,44%	R\$ 270.979 0,44%	R\$ 273.689 0,44%	R\$ 276.426 0,44%	R\$ 279.190 0,45%	R\$ 281.982 0,45%
Aluguel de Equipamentos	R\$ 25.783 0,05%	R\$ 26.041 0,05%	R\$ 26.301 0,04%	R\$ 26.564 0,04%	R\$ 26.830 0,04%	R\$ 27.098 0,04%	R\$ 27.369 0,04%	R\$ 27.643 0,04%	R\$ 27.919 0,04%	R\$ 28.198 0,05%
Comissão Compra e Venda	R\$ 652.800 1,17%	R\$ 667.200 1,17%	R\$ 681.600 1,17%	R\$ 696.000 1,17%	R\$ 710.400 1,17%	R\$ 724.800 1,17%	R\$ 724.800 1,17%	R\$ 724.800 1,17%	R\$ 724.800 1,17%	R\$ 724.800 1,17%
Gás	R\$ 1.934 0,00%	R\$ 1.953 0,00%	R\$ 1.973 0,00%	R\$ 1.992 0,00%	R\$ 2.012 0,00%	R\$ 2.032 0,00%	R\$ 2.053 0,00%	R\$ 2.073 0,00%	R\$ 2.094 0,00%	R\$ 2.115 0,00%
Telefonia	R\$ 32.228 0,06%	R\$ 32.551 0,07%	R\$ 32.875 0,07%	R\$ 33.205 0,07%	R\$ 33.537 0,07%	R\$ 33.872 0,07%	R\$ 34.211 0,07%	R\$ 34.553 0,07%	R\$ 34.899 0,07%	R\$ 35.248 0,07%
Segurança e medicina no Trabalho	R\$ 51.566 0,10%	R\$ 52.081 0,10%	R\$ 52.602 0,11%	R\$ 53.128 0,11%	R\$ 53.659 0,11%	R\$ 54.196 0,11%	R\$ 54.738 0,11%	R\$ 55.285 0,11%	R\$ 55.838 0,11%	R\$ 56.396 0,11%
Matéria de laboratório	R\$ 20.626 0,04%	R\$ 20.832 0,04%	R\$ 21.041 0,04%	R\$ 21.251 0,04%	R\$ 21.464 0,04%	R\$ 21.679 0,04%	R\$ 21.895 0,04%	R\$ 22.114 0,04%	R\$ 22.335 0,04%	R\$ 22.559 0,05%
Material de Escritório	R\$ 14.181 0,03%	R\$ 14.322 0,03%	R\$ 14.468 0,03%	R\$ 14.618 0,03%	R\$ 14.769 0,03%	R\$ 14.904 0,03%	R\$ 15.053 0,03%	R\$ 15.203 0,03%	R\$ 15.355 0,03%	R\$ 15.509 0,03%
Material de Limpeza	R\$ 33.518 0,07%	R\$ 33.853 0,07%	R\$ 34.191 0,07%	R\$ 34.533 0,07%	R\$ 34.879 0,07%	R\$ 35.227 0,07%	R\$ 35.580 0,07%	R\$ 35.935 0,07%	R\$ 36.295 0,07%	R\$ 36.658 0,07%
Material de Consumo	R\$ 12.891 0,03%	R\$ 13.020 0,03%	R\$ 13.150 0,03%	R\$ 13.282 0,03%	R\$ 13.415 0,03%	R\$ 13.549 0,03%	R\$ 13.684 0,03%	R\$ 13.821 0,03%	R\$ 13.960 0,03%	R\$ 14.099 0,03%
Outras despesas	R\$ 12.891 0,03%	R\$ 13.020 0,03%	R\$ 13.150 0,03%	R\$ 13.282 0,03%	R\$ 13.415 0,03%	R\$ 13.549 0,03%	R\$ 13.684 0,03%	R\$ 13.821 0,03%	R\$ 13.960 0,03%	R\$ 14.099 0,03%
(=) EBITDA	R\$ 2.379.280 4,25%	R\$ 2.486.390 4,35%	R\$ 2.074.927 3,55%	R\$ 2.181.252 3,65%	R\$ 2.287.178 3,75%	R\$ 2.463.956 3,96%	R\$ 2.422.913 3,90%	R\$ 2.381.461 3,83%	R\$ 2.339.593 3,76%	R\$ 2.297.307 3,70%
(-) Depreciação	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
Depreciação	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
(=) EBITDA	R\$ 2.379.280 4,25%	R\$ 2.486.390 4,35%	R\$ 2.074.927 3,55%	R\$ 2.181.252 3,65%	R\$ 2.287.178 3,75%	R\$ 2.463.956 3,96%	R\$ 2.422.913 3,90%	R\$ 2.381.461 3,83%	R\$ 2.339.593 3,76%	R\$ 2.297.307 3,70%
(+/-) Resultado Financeiro	R\$ 1.819.504 3,25%	R\$ 1.914.266 3,35%	R\$ 1.490.452 2,55%	R\$ 1.584.432 2,65%	R\$ 1.678.010 2,75%	R\$ 1.842.440 2,96%	R\$ 1.801.397 2,90%	R\$ 1.759.945 2,83%	R\$ 1.718.077 2,76%	R\$ 1.675.791 2,70%
Despesas Financeiras	R\$ 559.776 1,00%	R\$ 572.124 1,00%	R\$ 584.472 1,00%	R\$ 596.820 1,00%	R\$ 609.168 1,00%	R\$ 621.516 1,00%	R\$ 621.516 1,00%	R\$ 621.516 1,00%	R\$ 621.516 1,00%	R\$ 621.516 1,00%
Juros e Despesas Bancárias	R\$ 559.776 1,00%	R\$ 572.124 1,00%	R\$ 584.472 1,00%	R\$ 596.820 1,00%	R\$ 609.168 1,00%	R\$ 621.516 1,00%	R\$ 621.516 1,00%	R\$ 621.516 1,00%	R\$ 621.516 1,00%	R\$ 621.516 1,00%
Outras Despesas Financeiras										
Receitas Financeiras	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
Variação Monetária Ativa	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
Juros Ativos	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
Descontos Obtidos	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
Remendimentos de Aplicação Financeira	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
(=) OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
Outras Receitas/Despesas	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%	R\$ - 0,00%
(=) Resultado Antes dos Impostos (AIR)	R\$ 1.819.504 3,25%	R\$ 1.914.266 3,35%	R\$ 1.490.452 2,55%	R\$ 1.584.432 2,65%	R\$ 1.678.010 2,75%	R\$ 1.842.440 2,96%	R\$ 1.801.397 2,90%	R\$ 1.759.945 2,83%	R\$ 1.718.077 2,76%	R\$ 1.675.791 2,70%



Nova Esperança, 15 de maio de 2024.

CAROLINE  
FABRI  
RUFFINI:06  
038269975

Assinado de forma  
digital por  
CAROLINE FABRI  
RUFFINI:06038269  
975  
Dados: 2024.05.20  
15:40:53 -03'00'

CAROLINE FABRI RUFFINI  
ADMINISTRADORA  
CPF 060.382.699-75  
CRA-PR 33326





CONFIDENCIAL (\*)

# LAUDO DE AVALIAÇÃO DE BENS E ATIVOS

Parecer Técnico sobre o Plano de Recuperação Judicial, de  
acordo com o artigo 53, inciso III, da Lei nº 11.101/05.

Processo: 0003971-03.2023.8.16.0119

## GRUPO AGROMEAL



AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – Em  
Recuperação Judicial, CNPJ sob nº 11.624.776/0001-07 e

DAIFA AGRONEGOCIOS LTDA – Em Recuperação Judicial, CNPJ  
sob nº 21.003.616/0001-96.

Maringá-PR, 15 de Maio de 2024.



SUMÁRIO

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 4

1.1 – PREMISSAS..... 5

1.2 - METODOLOGIA DO TRABALHO..... 7

1.2.1 – PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DOS ATIVOS..... 7

1.2.2 – PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DOS VEÍCULOS..... 8

1.2.3 – PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DOS TERRENOS ..... 8

1.2.4 – PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DAS EDIFICAÇÕES..... 9

2 – INFORMAÇÕES SOBRE O AVALIADOR RESPONSÁVEL..... 10

3.1 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO ..... 11

3.4.1 - ESCRITÓRIO..... 11

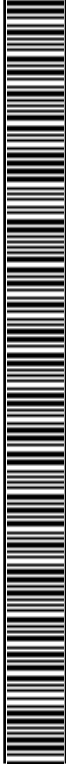
3.4.2 – FÁBRICA – AREA EXTERNA..... 14

3.4.3 – FÁBRICA – AREA INTERNA..... 19

3.4.4 – SALÃO ..... 28

3.4.5 - VEÍCULOS..... 30


Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5UP LSGPP TM8WF GCW8U



4 – CONCLUSÃO.....36

REFERENCIAS .....64

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5UP LSGPP TM8WF GCW8U



## 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente Laudo de Avaliação de Bens e Ativos tem por objetivo a avaliação patrimonial para determinação do valor de mercado das instalações, máquinas, equipamentos, móveis e veículos de:

**Agromeal Suprimentos Agropecuários Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ/MF sob o nº 11.624.776/0001-07, com sede na Rod. PR 463 S/N, Km 3,5 Lote 187-A, CEP: 87.600-00, na cidade de Nova Esperança-PR e **Daifa Agronegócios Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ/MF sob o nº 21.003.616/0001-96, com sede na Avenida Benedito Storani (Jardim Alves Nogueira II), nº 1425, sala 212/1, Santa Rosa, CEP: 13.289-014, na cidade de Vinhedo-SP, doravante denominados **GRUPO AGROMEAL**.

As empresas acima mencionadas, serão denominadas no presente laudo técnico simplesmente como “**GRUPO AGROMEAL**”.

Este Laudo de Avaliação de Bens e Ativos tem a finalidade de determinação do valor de mercado dos ativos até maio de 2024 e tem validade por 180 dias.

**SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.** declara total isenção ou qualquer tendência comercial sobre os produtos avaliados e não se responsabiliza por informações oriundas de terceiros, opiniões e estimativas na elaboração destas análises, pois os valores aqui

apresentados baseiam-se nos pressupostos mencionados e válidos somente para a finalidade do presente trabalho.

## 1.1 – PREMISSAS

I – As máquinas e equipamentos considerados na avaliação foram obtidos por meio de informações que nos foram fornecidas pelo **GRUPO AGROMEAL**;

II - Não faz parte do escopo do presente trabalho:

- Aferição física de dimensões, medidas e pesos, assumindo aquelas obtidas nos documentos apresentados como merecedoras de fé;

- Aferição do estado e funcionamento dos motores dos equipamentos ou de qualquer item adicional;

III - Neste Laudo de Avaliação são apresentados capítulos específicos referentes ao objetivo e alcance do trabalho, à metodologia adotada e ao resultado da avaliação;

IV – Neste Laudo de Avaliação, foi considerado que todas as informações fornecidas pelo **GRUPO AGROMEAL** são de boa-fé, sem intenção de dolo;

V – Neste Laudo de Avaliação foram atendidos os preceitos definidos nas normas técnicas brasileiras, enquadrando o mesmo no nível de precisão indicado, tendo sido observados, quando cabíveis, também:

Publicações, estudos técnicos e diretrizes do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE);

Normas, diretrizes e provimentos fixados por entidades governamentais e privadas, a nível nacional e de sociedades e institutos no âmbito das avaliações de bens e negócios;

Recomendações de Divisões de Avaliação dos Institutos de Engenharia locais.

VI – O nível de rigor alcançado foi o de Grau II, conforme norma 14.653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, destinada a avaliação terrenos e edificações e de máquinas e equipamentos, complexos e instalações industriais:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAUS		
		III	II	I
1	Vistoria			Caracterização sintética do bem, com fotografia
2			Equipamento em condições	

	Funciona- mento		operacionais o qual foi desenvolvido segundo seu manual operacional	
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAUS		
		III	II	I
3	Fontes de informação e dados de mercado			Para custo de reedição:  uma cotação direta para bem novo similar  Para valor de mercado: um dado de mercado de bem similar no estado do avaliando.  Citada a fonte de informação
4	Depreciação		Calculada por metodologia consagrada	

1.2 - METODOLOGIA DO TRABALHO

1.2.1 – PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DOS ATIVOS



I – Método comparativo direto de dados de mercado bens iguais:  
Para máquinas isoladas, apurou-se o valor através de bens iguais usados, contemplando-se as mesmas funções, desempenhos operacionais, estruturas construtivas e itens opcionais, entre outros, quando a apuração dos valores dos bens usados não foi possível, os valores considerado foram de bens novos.

II – As máquinas e os equipamentos foram avaliados como conjuntos, não separando motores de máquinas, acessórios de equipamentos, quadro de comando de máquinas, etc.;

III – Método de custo de reedição: Na impossibilidade de uso do método comparativo direto de dados de mercado, utilizou-se dados históricos de inflação para simulação dos preços dos bens .

### 1.2.2 – PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DOS VEÍCULOS

A pesquisa foi realizada no mercado de veículos usados, inclusive na tabela da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), e a mesma apresenta valores base para cada um dos bens.

### 1.2.3 – PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DOS TERRENOS



Para avaliação dos terrenos foi contratado um especialista do mercado imobiliário que realizou a apuração do valor de mercado dos terrenos com base na localização, topografia, uso e aproveitamento do solo e principalmente a situação do mercado imobiliário, afim de fornecer o valor de mercado mais apropriado.

1.2.4 – PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DAS EDIFICAÇÕES

Para apuração das edificações a referência utilizada foi o valor por metro quadrado fornecido pela SINDUSCON-PR (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná) referente ao mês de Abril de 2024.

PROJETOS – PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL	
DESCRIÇÃO	ÁREA
BLOCO ADM-SALÃO DE FESTAS-SANITÁRIOS	215,00 m²
BLOCO ESCRITÓRIO	210,00 m²
LABORATÓRIO	35,00 m²
CARREGAMENTO/DESCARREGAMENTO	81,00 m²
SETOR DA CALDEIRA	225,00 m²
BARRACÃO	225,00 m²
REFEITORIO/VESTIARIO	255,00 m²
CARREGAMENTO/DESCARREGAMENTO	350,00 m²
OFICINA	126,00 m²
CAIXA DE ESGOTO	49,50 m²
CAIXA DE SEPARAÇÃO	139,50 m²
CASA CASEIRO	110,00 m²
EXECUÇÃO DA BASE PARA BALANÇA	125,00 m²
ÁREA TOTAL	2146,00 m²
VALOR POR m² CUB 04/2024	
GI	R\$ 1.257,21
VALOR TOTAL DAS EDIFICAÇÕES	R\$ 2.697.972,66

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5UP LSGPP TM8WF GCW8U

## 2 – INFORMAÇÕES SOBRE O AVALIADOR RESPONSÁVEL

O **GRUPO AGROMEAL** contratou para a avaliação técnica e elaboração do Laudo de Avaliação de Bens e Ativos a valor de mercado dos seus ativos:

A empresa **SPECTRA INTELIGÊNCIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**, com sede e foro, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, localizada na Avenida Euclides da Cunha, nº 1277, Zona 05, CEP: 87.015-180, CNPJ sob nº 52.819.902/0001-58, representada pelo responsável técnico, CAROLINE FABRI RUFFINI nascida em Atalaia, Estado do Paraná, em 29 de outubro de 1987, brasileira, casada, administradora de empresas, residente e domiciliada em Maringá, Estado do Paraná, na Rua Izabel Fernandes Cano, nº 214, Jardim Espanha, CEP: 87.060-705, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº 8.645.110-7, inscrita no CPF/MF sob nº 060.382.699-75 e Carteira de Identidade. Profissional CRA-PR sob o nº 33326, tendo prestado serviços para importantes Grupos como: GTFoods (Gonçalves & Tortola), Chef Foods, Althar Inox, SEBRAE-PR, dentre outros. E Como Contador responsável, RAFAEL QUIRINO nascido em Maringá, Estado do Paraná, em 17 de julho de 1987, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado em Maringá, Estado do Paraná, na Rua



Pioneiro João Zavatini, nº 1061, Parque das Palmeiras, CEP: 87.023-430, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 9.360.503-9, inscrito no CPF/MF sob nº 056.660.289-01 e Carteira de Identidade. Profissional CRC-PR sob o nº 077574/O-4.

### 3.1 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

#### 3.4.1 - ESCRITÓRIO



Figura 1 - Entrada Principal





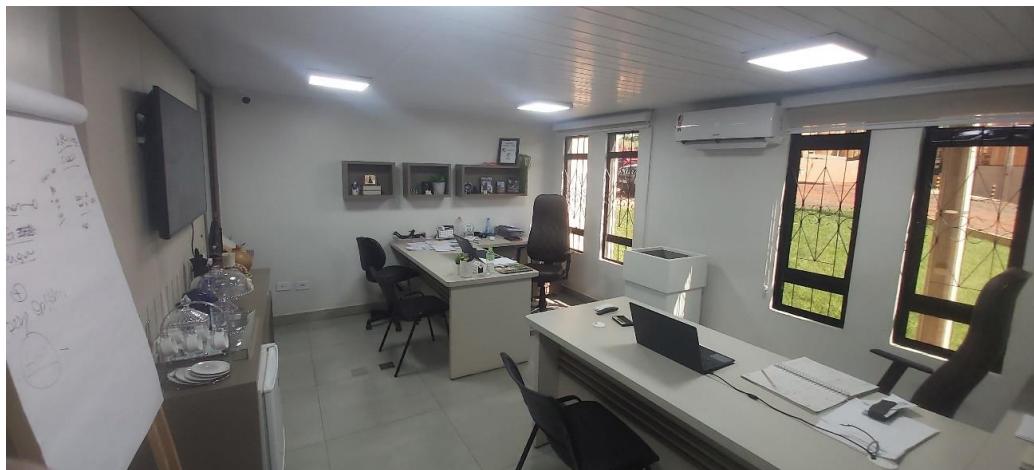


Figura 2 - Sala Diretoria

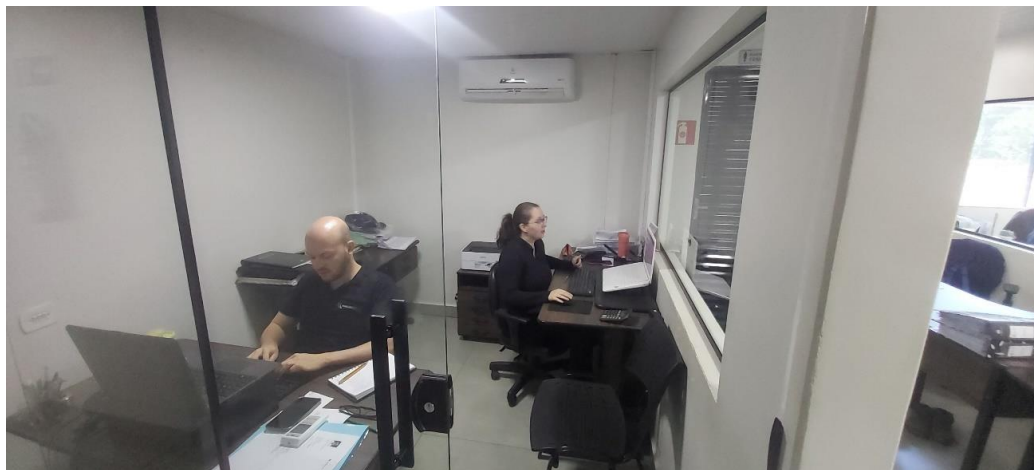


Figura 3 - Sala RH





Figura 4 – Cozinha

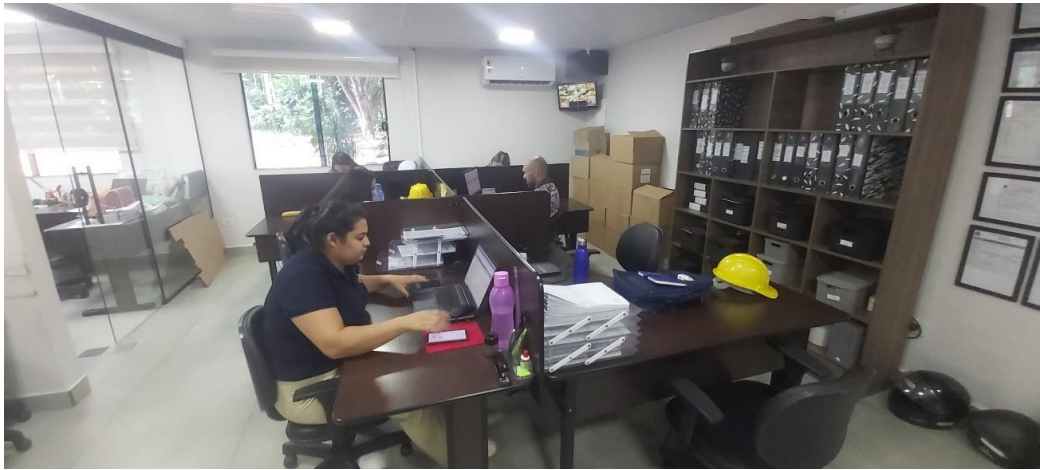


Figura 5 – Administrativo



3.4.2 – FÁBRICA – ÁREA EXTERNA

















### 3.4.3 – FÁBRICA – ÁREA INTERNA





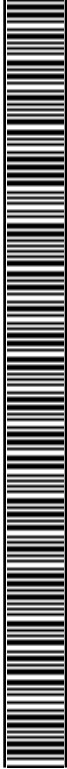






















#### 3.4.4 – SALÃO DO REFEITÓRIO







3.4.5 – VEÍCULOS















*Obs.: As fotos, as matrículas atualizadas e os CRLVs na integra estão contidas no drive abaixo:*

[https://drive.google.com/drive/folders/1Y4V1YoyyvXnvBxhf7xF43\\_Nm-ChOVmlw?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1Y4V1YoyyvXnvBxhf7xF43_Nm-ChOVmlw?usp=drive_link)




4 – CONCLUSÃO

De acordo com os trabalhos efetuados, segundo a metodologia descrita em capítulo específico, o valor de mercado dos ativos em estudo atinge o valor para a data base de maio de 2024, conforme resumo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
ANEXO I	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES - FÁBRICA	R\$ 4.221.317,84
ANEXO II	EQUIPAMENTOS – ESCRITÓRIO	R\$ 48.035,03
ANEXO III	VEÍCULOS	R\$ 7.221.456,00
ANEXO IV	TERRENOS	R\$ 1.733.000,00
ANEXO V	EDIFICAÇÕES – 2146m² CUB (R\$ 1.257,21)	R\$ 2.697.972,66
	VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO	R\$ 15.921.781,53

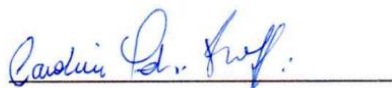
Maringá, 15 de Maio de 2024.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUXVH CXRE3 M7CTN GZJ4B





Página 37 de 64



**CAROLINE FABRI RUFFINI**  
**CPF: 060.382.699-75**  
**ADMINISTRADORA - CRA-PR 33326**



**RAFAEL QUIRINO**  
**CPF: 056.660.289-01**  
**CONTADOR - CRC-PR sob o nº 077574/O-4**





5 - ANEXOS

ANEXO I

AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - CNPJ: 11.624.776/0001-07						
RELAÇÃO DE BENS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - FÁBRICA						
	DESCRIÇÃO DO ÍTEM	QTD	SETOR	DATA DE AQUISIÇÃO	TIPO DE COTAÇÃO	VALOR DE MERCADO
1	MÁQUINAS E EQUIPAMNETOS NF 131	1	FÁBRICA	05/09/2022	COTAÇÃO DE NOVO	609.714,76
2	REATOR	1	FÁBRICA	01/09/2021	COTAÇÃO DE NOVO	437.715,99
3	AQUECEDOR DE OLEO	1	FÁBRICA	28/04/2021	COTAÇÃO DE USADO	380.000,00
4	GMG STEMAC - NF 1218	1	FÁBRICA	23/12/2021	COTAÇÃO DE NOVO	287.870,24
5	ESFRIADOR/AQUECEDOR NF 133	1	FÁBRICA	04/10/2022	COTAÇÃO DE NOVO	253.064,89
6	EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS NF 115	1	FÁBRICA	05/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	175.607,79
7	TRIDECANTER	1	FÁBRICA	26/05/2021	COTAÇÃO DE USADO	160.000,00
8	TRIDECANTER MODELO 420 L	1	FÁBRICA	01/07/2020	COTAÇÃO DE USADO	160.000,00
9	TANQUE DE AÇO	1	FÁBRICA	31/03/2022	COTAÇÃO DE USADO	152.000,00

10	FILTRO PRENSA NF 116	1	FÁBRICA	05/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	151.968,28
11	MÁQUINAS	1	FÁBRICA	01/09/2021	COTAÇÃO DE NOVO	115.871,17
12	FLUIDO TÉRMICO - NF 14593	2	FÁBRICA	24/04/2023	COTAÇÃO DE NOVO	79.916,29
13	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NF 15	1	FÁBRICA	14/02/2023	COTAÇÃO DE NOVO	77.278,30
14	BALANCA RODOV. BRO - NF 7700	1	FÁBRICA	03/07/2023	COTAÇÃO DE NOVO	73.147,60
15	BOMBA GSD - NF 20214	1	FÁBRICA	12/06/2023	COTAÇÃO DE NOVO	58.807,94
16	FILTRO PRENSA	1	FÁBRICA	19/11/2021	COTAÇÃO DE NOVO	54.445,45
17	BOMBA VACUO NF 2002	1	FÁBRICA	27/03/2023	COTAÇÃO DE NOVO	33.033,68
18	REATOR CILINDRICO	1	FÁBRICA	04/04/2020	COTAÇÃO DE NOVO	32.529,72
19	REATOR CILINDRICO	1	FÁBRICA	04/04/2020	COTAÇÃO DE NOVO	32.529,72
20	REATOR DE HIDROLISE	1	FÁBRICA	05/03/2020	COTAÇÃO DE NOVO	32.239,93
21	REATOR DE HIDROLISE	1	FÁBRICA	05/03/2020	COTAÇÃO DE NOVO	32.239,93
22	TORRE DE RESFRIAMENTO DE ÁGUA - NF 3552	1	FÁBRICA	19/04/2023	COTAÇÃO DE NOVO	30.437,22
23	TRANSFORMADOR POSTE	1	FÁBRICA	16/08/2021	COTAÇÃO DE NOVO	27.080,23
24	QUEIMADOR INDUSTRIAL	1	FÁBRICA	01/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	26.990,22
25	MOTOR ELÉTRICO NF 893	1	FÁBRICA	02/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	26.702,92
26	BOMBA DE VACUO NF 5542	1	FÁBRICA	12/01/2023	COTAÇÃO DE USADO	25.000,00
27	ESTAÇÃO REDUTORA NF 2436	1	FÁBRICA	17/01/2023	COTAÇÃO DE NOVO	22.753,56



28	TANQUE	1	FÁBRICA	28/08/2018	COTAÇÃO DE USADO	21.140,00
29	TANQUE	1	FÁBRICA	12/03/2021	COTAÇÃO DE USADO	20.000,00
30	BOMBA CENTRIFUGA - NF 5674	1	FÁBRICA	08/05/2023	COTAÇÃO DE NOVO	19.451,24
31	QUEIMADOR MONOBLOCO NF 156	1	FÁBRICA	23/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	18.514,99
32	TANQUES	1	FÁBRICA	29/07/2021	COTAÇÃO DE USADO	18.000,00
33	BOMBA KSB DE 25CV - 220 VTS	1	FÁBRICA	20/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	17.794,44
34	MÁQUINA DE SOLDA	1	FÁBRICA	11/05/2023	COTAÇÃO DE NOVO	17.610,47
35	TANQUE	1	FÁBRICA	12/03/2021	COTAÇÃO DE USADO	17.000,00
36	TANQUE	1	FÁBRICA	12/03/2021	COTAÇÃO DE USADO	17.000,00
37	BOMBA CENTRIFUGA - NF 4468	1	FÁBRICA	18/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	15.938,83
38	BOMBA	1	FÁBRICA	31/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	15.754,10
39	TROCADORES E BOMBAS	1	FÁBRICA	25/10/2021	COTAÇÃO DE NOVO	15.149,88
40	TUBO - NF 225350	1	FÁBRICA	18/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	14.503,14
41	PERFIL LQ - NF 17562	1	FÁBRICA	28/04/2023	COTAÇÃO DE NOVO	14.073,79
42	COMPRESSOR - NF 17216	1	FÁBRICA	26/07/2022	COTAÇÃO DE NOVO	13.789,83
43	CENTRIFUGA DIGITAL DE BANCADA MODELO NT-810	1	FÁBRICA	21/11/2023	COTAÇÃO DE NOVO	11.806,99

44	MOTOR - NF 659	1	FÁBRICA	14/06/2023	COTAÇÃO DE NOVO	9.648,89
45	KIT DE BOMBAS	1	FÁBRICA	05/04/2021	COTAÇÃO DE NOVO	9.166,91
46	BOMBA	1	FÁBRICA	29/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	9.102,44
47	BOMBA NF 2301	1	FÁBRICA	21/07/2022	COTAÇÃO DE NOVO	8.597,87
48	BOMBA	1	FÁBRICA	09/11/2021	COTAÇÃO DE NOVO	8.112,87
49	EXAUSTOR - NF 1080	1	FÁBRICA	15/08/2023	COTAÇÃO DE NOVO	7.776,71
50	ANALISADOR DE UMIDADE - NF 61392	1	FÁBRICA	18/09/2023	COTAÇÃO DE NOVO	7.279,80
51	TRANSFORMADOR	1	FÁBRICA	28/07/2021	COTAÇÃO DE NOVO	7.174,72
52	BOMBA	1	FÁBRICA	04/04/2020	COTAÇÃO DE NOVO	6.913,85
53	BOMBA HELICOIDAL	1	FÁBRICA	05/03/2020	COTAÇÃO DE NOVO	6.852,26
54	SELO CS2000-E-1875 NF 474	1	FÁBRICA	15/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	6.733,73
55	MANOMETRO VERTICAL - NF 218239	1	FÁBRICA	18/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	6.637,85
56	MOTOR 15 CV 2 POLOS 3500 RPM	1	FÁBRICA	04/10/2023	COTAÇÃO DE NOVO	6.550,55
57	TANQUES	1	FÁBRICA	20/07/2021	COTAÇÃO DE USADO	6.500,00
58	BOMBA DE OLEO	1	FÁBRICA	09/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	6.239,90
59	BOMBA RZR NF 142	1	FÁBRICA	18/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	6.007,76
60	BOMBA RZR NF 136	1	FÁBRICA	11/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	5.997,38
61	BOMBA SCHNEIDER NF 11206	1	FÁBRICA	02/12/2022	COTAÇÃO DE NOVO	5.899,74



62	BALANCA ANALITICA - NF 90607	1	FÁBRICA	13/09/2023	COTAÇÃO DE NOVO	5.756,79
63	SOFT STARTER - NF 129612	1	FÁBRICA	02/06/2023	COTAÇÃO DE NOVO	5.655,09
64	BOMBA KSB NF 143	1	FÁBRICA	20/12/2022	COTAÇÃO DE NOVO	5.609,66
65	BOMBA DE OLEO	1	FÁBRICA	10/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	5.264,44
66	FORNO MUFLA - NF 87540	1	FÁBRICA	20/04/2023	COTAÇÃO DE NOVO	5.229,77
67	BOMBA - NF 32286	1	FÁBRICA	03/12/2021	COTAÇÃO DE NOVO	5.174,63
68	BOMBA	2	FÁBRICA	17/12/2021	COTAÇÃO DE NOVO	5.135,92
	BENS DE MENOR VALOR					235.824,80
69	BOMBA PNEUMATICA	1	FÁBRICA	18/05/2021	COTAÇÃO DE NOVO	4.915,60
70	DORNA CILINDRICA	1	FÁBRICA	04/04/2020	COTAÇÃO DE NOVO	4.508,96
71	DORNA CILINDRICA	1	FÁBRICA	04/04/2020	COTAÇÃO DE NOVO	4.508,96
72	DORNA CILINDRICA	1	FÁBRICA	04/04/2020	COTAÇÃO DE NOVO	4.508,96
73	DORNA CILINDRICA VERTICAL	1	FÁBRICA	05/03/2020	COTAÇÃO DE NOVO	4.468,79
74	DORNA CILINDRICA VERTICAL	1	FÁBRICA	05/03/2020	COTAÇÃO DE NOVO	4.468,79
75	DORNA CILINDRICA VERTICAL	1	FÁBRICA	05/03/2020	COTAÇÃO DE NOVO	4.468,79
76	LAVATÓRIOS NF 153	1	FÁBRICA	20/10/2022	COTAÇÃO DE NOVO	4.425,28
77	LONA EM TECIDO NF 4581	1	FÁBRICA	14/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	4.219,59
78	LONA DE TECIDO NF 4512	1	FÁBRICA	05/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	4.148,73
79	ESPECTROFOTÔMETRO	1	FÁBRICA	02/09/2021	COTAÇÃO DE NOVO	3.967,90

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXVH CXRE3 M7CTN GZJ4B



80	MOTOR 7,5CV 2P 220/380V W22	1	FÁBRICA	13/10/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.960,81
81	TUBO/CURVA INOX - NF 252654	1	FÁBRICA	24/04/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.957,93
82	ESPECTROFOTÔMETRO DIGITA	1	FÁBRICA	29/07/2021	COTAÇÃO DE NOVO	3.932,14
83	TURBOCOMPRESSOR NF 352639	1	FÁBRICA	09/01/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.932,07
84	ESTACAO REDUTORA NF 2437	1	FÁBRICA	17/01/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.857,32
85	BETONEIRA	1	FÁBRICA	06/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	3.791,69
86	CJ MOTOBOMBA - NF 185	1	FÁBRICA	10/05/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.677,65
87	PLATAFORMA	1	FÁBRICA	04/04/2020	COTAÇÃO DE NOVO	3.669,60
88	KIT DE EXAUSTOR NF 12456	1	FÁBRICA	08/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	3.454,62
89	REFRIGERADOR DE ÁGUA	1	FÁBRICA	08/11/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.398,48
90	FOTOCELULA TIPO UV QRA-2	1	FÁBRICA	24/11/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.385,12
91	MOTOBOMBA - NF 528	1	FÁBRICA	25/04/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.380,21
92	LAVA JATO	1	FÁBRICA	24/09/2021	COTAÇÃO DE NOVO	3.329,95
93	FOTOCÉLULA - NF 3452	1	FÁBRICA	11/05/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.243,13
94	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NF 982	1	FÁBRICA	22/02/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.233,36
95	BOMBA NF 10682	1	FÁBRICA	29/07/2022	COTAÇÃO DE NOVO	3.176,66
96	ESTUFA - NF 83663	1	FÁBRICA	06/10/2022	COTAÇÃO DE NOVO	3.162,58
97	BOMBA SCHNEIDER NF 10443	1	FÁBRICA	31/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	3.132,17



98	PARAFUSOS E FERRAMENTAS NF 2187	1	FÁBRICA	01/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	3.046,12
99	TANQUES	1	FÁBRICA	27/07/2021	COTAÇÃO DE USADO	3.000,00
100	VÁLVULA ESFERA NF 13890	1	FÁBRICA	13/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.997,82
101	DIFUSOR - NF 9581	1	FÁBRICA	20/01/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.972,97
102	BOBINA MDK-60 - NF 40901	1	FÁBRICA	12/04/2023	COTAÇÃO DE NOVO	2.920,25
103	TUBO ACO - NF 13610	1	FÁBRICA	24/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.904,83
104	MALHA FERRO NF 1151	1	FÁBRICA	03/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.870,91
105	FERRAMENTAS NF 52505	1	FÁBRICA	20/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.835,85
106	VWT WCB NF 21760	1	FÁBRICA	23/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.714,13
107	DISCO STARRET - NF 590447	1	FÁBRICA	22/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.665,47
108	BANHO MARIA - NF 95690	1	FÁBRICA	13/10/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.664,74
109	MÁQUINAS E EQUIP. NF 52692	1	FÁBRICA	30/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.549,66
110	SOFT STARTER	1	FÁBRICA	11/01/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.510,49
111	VALV ESF. NF 226077	1	FÁBRICA	26/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.389,91
112	MEDIDOR NF 2360	1	FÁBRICA	08/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.319,41
113	COMPRESOR	1	FÁBRICA	08/12/2021	COTAÇÃO DE NOVO	2.204,87
114	UNIDADE DE GÁS PARA O GERADOR DA REFINARIA	1	FÁBRICA	13/01/2022	COTAÇÃO DE NOVO	2.173,39
115	DESTILADOR DE ÁGUA - NF 59100	1	FÁBRICA	09/08/2023	COTAÇÃO DE NOVO	2.134,66



116	COMPRESSOR AR	1	FÁBRICA	17/03/2021	COTAÇÃO DE NOVO	2.057,53
117	TANQUE	1	FÁBRICA	27/01/2020	COTAÇÃO DE USADO	2.000,00
118	MOTOR 0,75 CV 2 POLOS	1	FÁBRICA	19/10/2023	COTAÇÃO DE NOVO	1.949,39
119	MOTOR REDUTOR NF 4990	1	FÁBRICA	19/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.945,51
120	MOTOR NF 2658	1	FÁBRICA	17/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.902,77
121	MOTOR ELETRICO NF 904	1	FÁBRICA	09/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.899,02
122	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO COMPLETAM 1 KIT DE MOTOR	1	FÁBRICA	03/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.896,20
123	MOTOR ELETRICO	1	FÁBRICA	04/01/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.882,11
124	MOTOR ELETRICO	1	FÁBRICA	08/12/2021	COTAÇÃO DE NOVO	1.869,43
125	MOTOR	1	FÁBRICA	08/12/2021	COTAÇÃO DE NOVO	1.869,43
126	COMPRESSOR	1	FÁBRICA	04/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.856,09
127	PAPELAO NF 14054	1	FÁBRICA	28/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.739,51
128	PURGADOR - NF 11611	1	FÁBRICA	13/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.607,24
129	BANCOS INDÚSTRIA	1	FÁBRICA	01/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.518,20
130	VÁLVULA - NF 11645	1	FÁBRICA	02/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.483,80
131	KIT DE EXAUSTOR	1	FÁBRICA	06/04/2021	COTAÇÃO DE NOVO	1.477,03
132	FOTOCÉLULA - NF 24967	1	FÁBRICA	15/12/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.383,64
133	CALHA LA DE ROCHA - NF 13441	1	FÁBRICA	12/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.356,18



134	CAIXA DAGUA	1	FÁBRICA	24/01/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.319,13
135	CONTROLADOR NF 70	1	FÁBRICA	22/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.262,11
136	MANGUEIRA NF 50497	1	FÁBRICA	02/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.230,78
137	ROTOR - NF 55424	1	FÁBRICA	18/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.211,13
138	GAXETA DE GRAFITE NF 1224	1	FÁBRICA	04/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.181,69
139	GRAXA - NF 128616	1	FÁBRICA	15/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.121,08
140	VÁLVULA NF 13641	1	FÁBRICA	26/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.119,33
141	EQUIPAMENTOS	1	FÁBRICA	01/10/2019	COTAÇÃO DE NOVO	1.114,13
142	CANTONEIRA NF 1277	1	FÁBRICA	14/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.102,56
143	GAXETA NF 1085	1	FÁBRICA	09/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.090,32
144	TELA NF 10995	1	FÁBRICA	20/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.052,87
145	TELA SOLDADA NF 270	1	FÁBRICA	02/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.025,13
146	TANQUE AÉREO	1	FÁBRICA	16/03/2021	COTAÇÃO DE USADO	1.000,00
147	TANQUE AÉREO	1	FÁBRICA	10/03/2021	COTAÇÃO DE USADO	1.000,00
148	TANQUE AÉREO	1	FÁBRICA	29/03/2021	COTAÇÃO DE USADO	1.000,00
149	TANQUE AÉREO	1	FÁBRICA	30/07/2021	COTAÇÃO DE USADO	1.000,00

150	CURVA AÇO NF 13332	1	FÁBRICA	05/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	916,78
151	BOMBA GRAXA - NF 582045	1	FÁBRICA	25/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	872,28
152	CHUMBADOR - NF 584445	1	FÁBRICA	14/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	869,13
153	BOMBA DE ÓLEO TERMICO	1	FÁBRICA	21/12/2021	COTAÇÃO DE NOVO	858,09
154	ECLUSA DESADORA NF 122	1	FÁBRICA	26/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	854,77
155	BOMBAS	1	FÁBRICA	03/12/2021	COTAÇÃO DE NOVO	854,23
156	BOMBA - NF 565647	1	FÁBRICA	08/11/2021	COTAÇÃO DE NOVO	848,85
157	BOMBA	1	FÁBRICA	13/10/2021	COTAÇÃO DE NOVO	843,27
158	MARTELETE NF 560	1	FÁBRICA	15/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	821,46
159	BOCAL DE CERAMICA - NF 596419	1	FÁBRICA	31/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	818,58
160	ELEMENTO DE PNEU - NF 127780	1	FÁBRICA	22/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	812,55
161	ANTI RESPINGO - NF 590577	1	FÁBRICA	25/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	783,49
162	MALHA FERRO NF 1152	1	FÁBRICA	03/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	772,94
163	ESMERILHADEIRA E LANTERNA	1	FÁBRICA	30/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	745,62
164	ROTOR - NF 55137	1	FÁBRICA	24/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	724,79
165	LUVA DE PROTEÇÃO NF 3998	1	FÁBRICA	22/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	706,93
166	ESMERILHADEIRA NF 624	1	FÁBRICA	07/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	692,64
167	PAPELÃO NF 1587	1	FÁBRICA	09/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	686,13





168	MEDIDOR DE VAZÃO TIPO ROTAMETRO MOD. BL 14000	1	FÁBRICA	16/11/2023	COTAÇÃO DE NOVO	685,72
169	ROTOR - NF 54951	1	FÁBRICA	10/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	680,36
170	LUVA DE PROTEÇÃO NF 4102	1	FÁBRICA	10/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	612,51
171	TUBO - NF 225611	1	FÁBRICA	23/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	597,91
172	MANOVACUOMETRO - NF 12499	1	FÁBRICA	03/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	577,85
173	BOCAL DE CERAMICA - NF 595890	1	FÁBRICA	27/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	554,88
174	PONTA ROSCA - NF 12065	1	FÁBRICA	17/01/2022	COTAÇÃO DE NOVO	548,60
175	ACOPLAMENTO - NF 130278	1	FÁBRICA	26/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	540,98
176	FURADEIRA NF 1045	1	FÁBRICA	04/10/2022	COTAÇÃO DE NOVO	529,05
177	TELA SERRALHEIRO NF 10853	1	FÁBRICA	07/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	517,10
178	CURVA INOX NF 12957	1	FÁBRICA	06/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	506,68
179	CONECTOR - NF 590868	1	FÁBRICA	26/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	476,91
180	CURVA ACO - NF 226034	1	FÁBRICA	26/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	467,75
181	STAND ALONE	1	FÁBRICA	16/07/2018	COTAÇÃO DE NOVO	440,17
182	PONTA ROSCA/CURVA AÇO NF 13317	1	FÁBRICA	03/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	399,09
183	MANOVACUOMETRO - NF 12708	1	FÁBRICA	21/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	386,94
184	TARUGO NF 468	1	FÁBRICA	20/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	365,83
185	BARRA CHATA NF 1225	1	FÁBRICA	10/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	331,22



186	TERMOMETRO BIMETALICO 4 NF 12481	1	FÁBRICA	28/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	318,00
187	TERMOMETRO NF 216910	1	FÁBRICA	02/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	291,02
188	ENGATE - NF 130357	1	FÁBRICA	28/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	238,15
189	BARRA CHATA/CANTONEIRA NF 1230	1	FÁBRICA	12/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	238,10
190	TRANSFORMADOR NF 108212	1	FÁBRICA	23/03/2022	COTAÇÃO DE NOVO	177,58
191	PONTEIRA - NF 130360	1	FÁBRICA	28/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	134,78
192	CURVA AÇO/ PONTA ROSCA NF 13678	1	FÁBRICA	27/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	133,21
193	RETE SABO - NF 131182	1	FÁBRICA	19/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	133,12
194	SELO MECÂNICO NF 10514	1	FÁBRICA	17/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	129,76
195	TUBO CENTRIFUGA NF 3405	1	FÁBRICA	27/09/2022	COTAÇÃO DE NOVO	126,77
196	MANOMETRO VERTICAL - NF 12446	1	FÁBRICA	24/02/2022	COTAÇÃO DE NOVO	116,63
197	CURVAS NF 50888	1	FÁBRICA	02/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	99,43
198	ROLAMENTO - NF 131656	1	FÁBRICA	30/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	96,89
199	PORTA ELETRODO - NF 590742	1	FÁBRICA	26/04/2022	COTAÇÃO DE NOVO	95,89
200	BARRA CHATA NF 1224	1	FÁBRICA	10/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	76,21
201	CORDAO NITRILICO - NF 131556	1	FÁBRICA	28/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	32,50
TOTAL						4.221.317,84

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUXVH CXRE3 M7CTN GZJ4B



ANEXO II

AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - CNPJ: 11.624.776/0001-07						
RELAÇÃO DE BENS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS - ESCRITÓRIO						
	DESCRIÇÃO DO ÍTEM	QTD	SETOR	DATA DE AQUISIÇÃO	TIPO DE COTAÇÃO	VALOR DE MERCADO
1	NOTEBOOK E OUTROS	1	ADMINISTRATIVO	20/09/2021	COTAÇÃO DE NOVO	8.365,80
2	NOTEBOOK NF 908	1	ADMINISTRATIVO	05/09/2022	COTAÇÃO DE NOVO	6.384,00
3	KIT NOTEBOOK DELL	1	ADMINISTRATIVO	03/01/2022	COTAÇÃO DE NOVO	4.634,48
4	COMPUTADOR/PERIFÉRICOS	1	ADMINISTRATIVO	09/10/2023	COTAÇÃO DE NOVO	4.202,10
5	MESA PARA ESCRITÓRIO NF 1109	1	ADMINISTRATIVO	19/08/2022	COTAÇÃO DE NOVO	3.004,00
6	GRP8.16 PITAO CH26 CRISTAL	1	ADMINISTRATIVO	16/11/2023	COTAÇÃO DE NOVO	3.305,93



7	NOTBOOK DELL	1	ADMINISTRATIVO	04/03/2020	COTAÇÃO DE NOVO	1.136,00
8	NOTBOOK DELL	1	ADMINISTRATIVO	12/03/2020	COTAÇÃO DE NOVO	1.136,00
9	NOTEBOOK	1	ADMINISTRATIVO	28/05/2021	COTAÇÃO DE NOVO	1.608,00
10	NOTEBOOK	1	ADMINISTRATIVO	28/05/2021	COTAÇÃO DE NOVO	1.488,00
11	NOTEBOOK/PENDRIVE NF 1074	1	ADMINISTRATIVO	11/03/2023	COTAÇÃO DE NOVO	1.939,50
12	MÓVEIS E UTENSÍLIOS NF 1151	1	ADMINISTRATIVO	15/03/2023	COTAÇÃO DE NOVO	1.820,70
13	ROUPEIRO NF 1108	1	ADMINISTRATIVO	12/08/2022	COTAÇÃO DE NOVO	1.570,40
14	NOTEBOOK	1	ADMINISTRATIVO	26/06/2023	COTAÇÃO DE NOVO	1.557,00
15	AR-CONDICIONADO	1	ADMINISTRATIVO	21/09/2021	COTAÇÃO DE NOVO	796,55
16	ESTAÇÃO DE TRABALHO - NF 954	1	ADMINISTRATIVO	14/12/2020	COTAÇÃO DE NOVO	480,00
17	CADEIRA/ESCRIVANINHA	1	ADMINISTRATIVO	08/11/2023	COTAÇÃO DE NOVO	1.080,00
18	SISTEMA ALARME	1	ADMINISTRATIVO	27/07/2021	COTAÇÃO DE NOVO	677,37
19	MÓVEIS ESCRITÓRIO - NF 4216	1	ADMINISTRATIVO	08/10/2019	COTAÇÃO DE NOVO	225,20
20	ADEGA NF 9142	1	ADMINISTRATIVO	19/12/2022	COTAÇÃO DE NOVO	860,00
21	CADEIRA EXECUTIVA 140 SEM BRAÇOS EM COURO ECOLÓGICO	1	ADMINISTRATIVO	27/10/2023	COTAÇÃO DE NOVO	738,00
22	MESA NF 1124	1	ADMINISTRATIVO	11/10/2022	COTAÇÃO DE NOVO	436,00
23	ARQUIVO P/ PASTA NF 8390	1	ADMINISTRATIVO	23/06/2022	COTAÇÃO DE NOVO	384,00
24	MESA/POLTRONA NF 32213	1	ADMINISTRATIVO	05/05/2022	COTAÇÃO DE NOVO	206,00



TOTAL	48.035,03
-------	-----------

ANEXO III

AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - CNPJ: 11.624.776/0001-07							
RELAÇÃO DE VEÍCULOS							
	DESCRIÇÃO DO ÍTEM	QTD	SETOR	DATA DE AQUISIÇÃO	TIPO DE COTAÇÃO	VALOR DE MERCADO	DESCRIÇÃO DO ÍTEM
1	SCANIA/R124 GA4X2NZ 400 - 2002 - AAY-7470	1	ALIENADO	FROTA	16/01/2023	CONSULTA TABELA FIPE	133.211,00
2	SCANIA/R450 A6X2 - 2024 - AYZ-5B53	1	ALIENADO	FROTA	05/06/2023	CONSULTA TABELA FIPE	813.216,00
3	SCANIA/R450 A6X2 - 2024 - AYZ-5D63	1	ALIENADO	FROTA	05/06/2023	CONSULTA TABELA FIPE	813.216,00

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXVH CXRE3 M7CTN GZJ4B



4	SCANIA/R450 A6X2 - 2024 - AYZ-5E53	1	ALIENADO	FROTA	05/06/2023	CONSULTA TABELA FIPE	813.216,00
5	SCANIA/R450 A6X2 - 2024 - AYZ-5F65	1	ALIENADO	FROTA	05/06/2023	CONSULTA TABELA FIPE	813.216,00
6	SCANIA/R450 A6X2 - 2024 - AYZ-5F53	1	ALIENADO	FROTA	05/06/2023	CONSULTA TABELA FIPE	813.216,00
7	SCANIA/R450 A6X2 - 2024 - AYZ-5G66	1	ALIENADO	FROTA	05/06/2023	CONSULTA TABELA FIPE	813.216,00
8	SCANIA/R 440 A6X2 - 2013 - BAP-2G10	1	ALIENADO	FROTA	04/04/2023	CONSULTA TABELA FIPE	302.425,00
9	SCANIA/G 440 A6X2 - 2014 - ECM-8F81	1	ALIENADO	FROTA	06/06/2022	CONSULTA TABELA FIPE	310.161,00
10	VOLVO/FH 460 6X2T - 2017 - FYV-3H13	1	ALIENADO	FROTA	19/05/2023	CONSULTA TABELA FIPE	311.226,00
11	SCANIA/T114 GA4X2NZ 360 - 1998 - KIZ-3D66	1	QUITADO	FROTA	30/09/2022	CONSULTA TABELA FIPE	114.577,00
12	SCANIA/R124 GA4X2NZ 360 - 2000 - MEI-9E20	1	QUITADO	FROTA	16/01/2023	CONSULTA TABELA FIPE	139.067,00
1	I/FIAT PALIO ATTRACT 1.0 2015 - FXS-8H55	1	ALIENADO	FROTA	12/07/2023	CONSULTA TABELA FIPE	35.625,00
2	CHEVROLET/MOTANA LS - 2013 - MKV-0724	1	ALIENADO	FROTA	01/04/2022	CONSULTA TABELA FIPE	38.512,00
3	HONDA/CG 160 FAN ESDI 2017 - BBG8H86	1	QUITADO	FROTA	03/04/2023	CONSULTA TABELA FIPE	12.356,00

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUXVH CXRE3 M7CTN GZJ4B



1	SR/RODOTECNICA TQ AP 3EA - 2013 - AQB4A05	1	QUITADO	FROTA	03/07/2023	COTAÇÃO DE USADO	110.000,00
2	SR/RODOTECNICA TQ AP 3EA - 2013 - AQB4A06	1	ALIENADO	FROTA	03/07/2023	COTAÇÃO DE USADO	110.000,00
3	SR/RODOTECNICA TQ AP 2B1 - 2013 - AQB7A08	1	QUITADO	FROTA	07/06/2021	COTAÇÃO DE USADO	110.000,00
4	SR/RODOTECNICA SRT TQ2 - 2013 - AQB7A09	1	QUITADO	FROTA	11/03/2021	COTAÇÃO DE USADO	100.000,00
5	SR/RODOTECNICA TQ AP 3EA - 2013 - AQB8A04	1	ALIENADO	FROTA	03/07/2023	COTAÇÃO DE USADO	110.000,00
6	SR/GOTTI SR TA3ED 36 - 2014 - AYQ5794	1	ALIENADO	FROTA	29/08/2018	COTAÇÃO DE USADO	115.000,00
7	SR/RODOTECNICA TQ AP 2B1 - 2016 - BAE1030	1	QUITADO	FROTA	11/04/2022	COTAÇÃO DE USADO	130.000,00
8	SR/RODOTECNICA SRT TQ2 - 2016 - BAP1030	1	QUITADO	FROTA	11/04/2022	COTAÇÃO DE USADO	130.000,00
9	REB/RANDON SR TQ TL - 1994 - BWC8189	1	ALIENADO	FROTA	08/03/2019	COTAÇÃO DE USADO	30.000,00
TOTAL							7.221.456,

ANEXO IV

AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - CNPJ: 11.624.776/0001-07

TERRENOS

MATRÍCULA	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	SITUAÇÃO	VALOR
-----------	-------------------	-----	----------	-------

31.089	LOTE 178-A	1	ALIENADO	618.000,00
28.294	LOTE 177-A	1	ALIENADO	620.000,00
31.090	LOTE 196-C	1	ALIENADO	495.000,00
TOTAL				1.733.000,00

ANEXO V

PROJETOS – PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL	
DESCRIÇÃO	ÁREA
BLOCO ADM-SALÃO DE FESTAS-SANITÁRIOS	215,00 m²
BLOCO ESCRITÓRIO	210,00 m²
LABORATÓRIO	35,00 m²
CARREGAMENTO/DESCARREGAMENTO	81,00 m²
SETOR DA CALDEIRA	225,00 m²
BARRACÃO	225,00 m²
REFEITORIO/VESTIARIO	255,00 m²
CARREGAMENTO/DESCARREGAMENTO	350,00 m²
OFICINA	126,00 m²
CAIXA DE ESGOTO	49,50 m²
CAIXA DE SEPARAÇÃO	139,50 m²
CASA CASEIRO	110,00 m²
EXECUÇÃO DA BASE PARA BALANÇA	125,00 m²
ÁREA TOTAL	2146,00 m²

VALOR POR m² CUB 04/2024	
GI	R\$ 1.257,21

VALOR TOTAL DAS EDIFICAÇÕES	R\$ 2.697.972,66
-----------------------------	------------------

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJXVH CXRE3 M7CTN GZJ4B

Apucarana, 15 de maio de 2024.

A AGROMEAL Suprimentos agropecuários

Ref: Parecer de Mercado de Imóvel Urbano.

Conforme pedido verbal formulado por V. S<sup>a</sup>., vimos através desta informar o valor de mercado do imóvel Urbano descrito por: Matrícula 31.089 - O Lote de terras sob nº 178-A, da Gleba Patrimônio Capelinha, com a área de 16.048,47 m<sup>2</sup>, situado no perímetro urbano desta cidade e sede Foro Regional de Nova Esperança-PR, Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na margem direita do Ribeirão Caxangá e na divisa com a Faixa de Domínio da Rodovia RR - 463 segue margeando a referida faixa de domínio, no rumo SO 8 deg \* 14' com 101,73 metros, até outro marco cravado na divisa com o lote nº 177-A - GELBA A; deste ponto, segue confrontando com o referido lote, no rumo SO 62°51' com 169,15 metros, até outro marco cravado na divisa com o lote nº 196-C; deste ponto, segue confrontando com o referido lote, no rumo NE 11°33' com 120,70 metros até outro marco cravado na margem direita do Ribeirão Caxangá e, finalmente, descendo por este, segue até o ponto de partida". Imóvel Cadastrado junto a Prefeitura Municipal de Nova Esperança-PR sob nº 01023670123001 e Cadastro Imobiliário nº 1-367943, possuindo a seguinte indicação predial: Rod. PR 463 Dep. Branco Mendes, S / N Lote 178-A, Gl. Capelinha, Nova Esperança UF: PR.

Afirmamos que o valor de mercado deste imóvel é de **RS 618.000,00(Seiscentos e dezoito mil Reais)**

O valor atribuído ao imóvel supramencionado foi baseado em itens relevantes que compõem o valor, tais como: localização, proximidade de rodovias e loteamentos, topografia, uso e aproveitamento de solo e principalmente a situação atual do mercado imobiliário.

Sem mais para o presente, aproveitamos o momento para reiterar nossos votos de estima e real apreço.

Atenciosamente

João Socrate Caniato CRECI F 44.990



Apucarana, 15 de maio de 2024.

A AGROMEAL Suprimentos agropecuários

Ref: Parecer de Mercado de Imóvel Rural Georreferenciado.

Conforme pedido verbal formulado por V. S<sup>a</sup>., vimos através desta informar o valor de mercado do imóvel Rural descrito por: Matrícula 28.294 - IMÓVEL RURAL GEORREFERENCIADO: O Lote de terras sob nº 177-A GLEBA A, com área de 1,7784 hectares, perímetro 604,88 m, da Gleba Patrimônio Nova Esperança, situado no distrito da sede deste município e Foro Regional de Nova Esperança-PR, Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR, com a seguinte descrição da parcela: "O perímetro tem início no VÉRTICE: ASH-M- 1246, (Longitude: -52° 453 " Latitude: -23°10'16,851" Altitude: e 478,27 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR-463, no Azimute: 189 deg \* 12' e Distância: 33,97 m, daí até VÉRTICE: A8H-V-1531, (Longitude: -52° 10'49,644", Latitude: -23 deg \* 10' 17,941^ prime prime e Altitude: 481,15 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR-463, no Azimute: 190°28' e Distância: 23,46 m, daí até o VÉRTICE: A8H-V-1532, (Longitude: -52°10'49,794", Latitude: -23° 10 deg \* 18 " e Altitude: 482,36 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR- 463, no Azimute: 191 deg \* 29' e Distância: 26,97 m, daí até o VÉRTICE: A8H-V- 1533, (Longitude: -52°10'49,983", Latitude: -23°10'19,550" e Altitude: 483,97 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR-463, no Azimute: 193°34' e Distância: 28,01 m, daí até o VÉRTICE: A8H-V-1534, (Longitude: -52° 10'50,214", Latitude: -23°10'20,435" e Altitude: 485,71 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR-463, no Azimute: 194°27' e Distância: 19,82 m, daí até o VÉRTICE: ABH-M-1243, (Longitude: - 52 deg 10^ \* 50,388^ prime prime , Latitude: -23° 10'21,059" e Altitude: 489,81 m), deste segue confrontando com CNS: 08.400- 4 Mat. 3.515) LOTE 177 DA GLEBA PATRIMÔNIO NOVA ESPERANÇA, no Azimute: 243° 17' e Distância: 170,45 m, daí até o VÉRTICE: A8H-M-1244, (Longitude: -52 10'55,741", Latitude: -23°10'23,549" e Altitude: 495,28 m), deste segue confrontando com ESTRADA MUNICIPAL, no Azimute: 12°00' e Distância: 132,99 m, daí até o VÉRTICE: A8H-M-1245, (Longitude: -52°10'54,768", Latitude: -23° 10'19,321" e Altitude: 484,64 m), deste segue confrontando com CNS: 08.400- 4 Mat. 10.390 LOTE 178-A DA GLEBA PATRIMÔNIO CAPELINHA, no Azimute: 63°18' e Distância: 169,21 m, até VÉRTICE: A8H-M-1246, ponto inicial do perímetro."= Imóvel cadastrado no INCRA conforme Certificado de Cadastro de Imóvel Rural- CCIR Emissão Exercício 2018, com os seguintes dados: Código do Imóvel Rural: 717.126.022.047-5 Denominação do Imóvel Rural: Chácara Paraná - Município Sede do Imóvel Rural: Nova Esperança UF: PR.

Afirmamos que o valor de mercado deste imóvel é de **RS 620.000,00(Seiscentos e vinte mil Reais)**

O valor atribuído ao imóvel supramencionado foi baseado em itens relevantes que compõem o valor, tais como: localização, proximidade de rodovias e loteamentos, topografia, uso e aproveitamento de solo e principalmente a situação atual do mercado imobiliário.

Sem mais para o presente, aproveitamos o momento para reiterar  
nossos votos de estima e real apreço.  
Atenciosamente

João Socrate Caniato CRECI F 44.990



Apucarana, 15 de maio de 2024.

A AGROMEAL Suprimentos agropecuários

Ref: Parecer de Mercado de Imóvel Urbano.

Conforme pedido verbal formulado por V. S<sup>a</sup>., vimos através desta informar o valor de mercado do imóvel Urbano descrito por: Matrícula 31.090 - Imóvel urbano: 0 Lote de terras sob n° 196-C, da Gleba Patrimônio Capelinha, com a área de 15.144,00 m², situado no perímetro urbano desta cidade e sede Foro Regional de Nova Esperança-PR, Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na margem direita do Ribeirão Caxangá e na divisa com o lote n° 178-A, segue confrontando com o referido lote, no rumo SO 11 deg 33' prime prime com 120,70 metros, até outro marco cravado na divisa com o lote n° 177-A - GLEBA A; deste ponto, segue confrontando com o referido lote, no rumo SO 11°34' com 93,17 metros, até outro marco cravado na divisa com a Estrada Municipal; deste ponto, segue confrontando com a referida Estrada, no rumo NO 30°26' com 23,98 metros, até um marco cravado na divisa com o lote n° 196-Remanescente; deste ponto, segue confrontando com o referido lote, no rumo NO 30°26' com 176,32 metros, até outro marco cravado na margem direita do Ribeirão Caxangá e, finalmente, descendo por este, segue até o ponto de partida". Imóvel Cadastrado junto a Prefeitura Municipal de Nova Esperança PR sob n deg 01024090212001 e Cadastro Imobiliário n° 1 - 369793 possuindo a seguinte indicação predial: Av. Felipe Camarão, S / N Gleba Capelinha, Nova Esperança UF: PR.

Afirmamos que o valor de mercado deste imóvel é de **R\$ 495.000,00**  
(Quatrocentos e noventa e cinco mil Reais)

O valor atribuído ao imóvel supramencionado foi baseado em itens relevantes que compõem o valor, tais como: localização, proximidade de rodovias e loteamentos, topografia, uso e aproveitamento de solo e principalmente a situação atual do mercado imobiliário.

Sem mais para o presente, aproveitamos o momento para reiterar  
nossos votos de estima e real apreço.  
Atenciosamente

João Sócrates Caniato CRECI 44.990

M. 31.089



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado do Paraná - Foro Regional de Nova Esperança  
da Comarca da Região Metropolitana de Maringá  
REGISTRO DE IMÓVEIS  
Danusa Maria de Camargo Dias Araujo  
Oficial  
Livro 2 - REGISTRO GERAL



CNM: 084004.2.0031089-76

Matrícula nº 31.089

29 de Maio de 2023

01

**Imóvel urbano:** O Lote de terras sob nº 178-A, da Gleba Patrimônio Capelinha, com a área de 16.048,47 m², situado no perímetro urbano desta cidade e sede Foro Regional de Nova Esperança-PR, Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na margem direita do Ribeirão Caxangá e na divisa com a Faixa de Domínio da Rodovia PR-463, segue margeando a referida faixa de domínio, no rumo SO 08°14' com 101,73 metros, até outro marco cravado na divisa com o lote nº 177-A - GELBA A; deste ponto, segue confrontando com o referido lote, no rumo SO 62°51' com 169,15 metros, até outro marco cravado na divisa com o lote nº 196-C; deste ponto, segue confrontando com o referido lote, no rumo NE 11°33' com 120,70 metros até outro marco cravado na margem direita do Ribeirão Caxangá e, finalmente, descendo por este, segue até o ponto de partida".= Imóvel Cadastrado junto a Prefeitura Municipal de Nova Esperança-PR sob nº 01023670123001 e Cadastro Imobiliário nº 1-367943, possuindo a seguinte indicação predial: Rod. PR 463 - Dep. Branco Mendes, S/N, Lote 178-A, Gl. Capelinha, Nova Esperança-PR. HÁ SUPRIMENTO DE DIVISAS FEITOS NA AV-8/10.390, DESTE SERVIÇO REGISTRAL, FORMA FACULTADA PELO ARTIGO 500, § 1º, DO CÓDIGO DE NORMAS FORO EXTRAJUDICIAL DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PARANÁ, VISANDO ATENDIMENTO DO CAPUT DO REFERIDO ARTIGO, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO.

**Proprietário:** AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.624.776/0001-07, com sede na Rodovia PR-463, KM 3,5, Lote 178-A S/N, Gleba Patrimônio Capelinha, na cidade de Nova Esperança-PR.-

**Registro Anterior:** Registro nº R-5/10.390, Lv. 02, Registro Geral, deste Serviço de Registro de Imóveis.-

Dou fé (Giseli Bassetto).= Escrevente.-

AV - 5/31.089 = Prot. 125.037 em 07/03/2024 = AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA = Promove-se a presente averbação para constar, nos termos da Decisão proferida aos 27/02/2024, pela 33ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo-SP, que foi admitida pelo referido Juízo de Direito a ação de execução de título extrajudicial nº 1011966-94.2024.8.26.0100, na qual figuram, como Exequente: BANCO SAFRA S.A, e, como Executados: AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUARIOS EIRELI, CNPJ/MF sob nº 11.624.776/0001-07 e PEDRO ANTONIO DE PADUA, CPF nº 048.640.398-01, RG: 18.481.040-1.= Valor da Causa: R\$168.538,00 (cento e sessenta e oito mil e quinhentos e trinta e oito reais).= FUNREJUS - Recolhido no valor de R\$337,08, conforme guia que fica arquivada. Dou fé. Emol. VRC: 1.293,60 = R\$358,33. FUNDEP: R\$17,9165. ISS: R\$17,9165. Encargos Operadora Cartão: R\$0,00. Selos: R\$8,00.= Nova Esperança, 19 de março de 2024. *Regiane L. Mendes* (Regiane Lordeano Mendes Espinosa).= Escrevente.- SFR12.E5aFvU00ziU-CP24v.P841q

FUNARPEN



SELO DE FISCALIZAÇÃO  
SFRI2.45mbv.mcZyQ  
ApaVw.F841q  
<https://selo.funarpn.com.br>



Documento Assinado Digitalmente  
DANUSA MARIA DE CAMARGO DIAS  
ARAUJO  
CPF: 03078564967 - 06/05/2024

M. 28.294



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado do Paraná - Foro Regional de Nova Esperança  
da Comarca da Região Metropolitana de Maringá  
REGISTRO DE IMÓVEIS  
Danusa Maria de Camargo Dias Araujo  
Oficial

CNM 084004.2.0028294-22



01

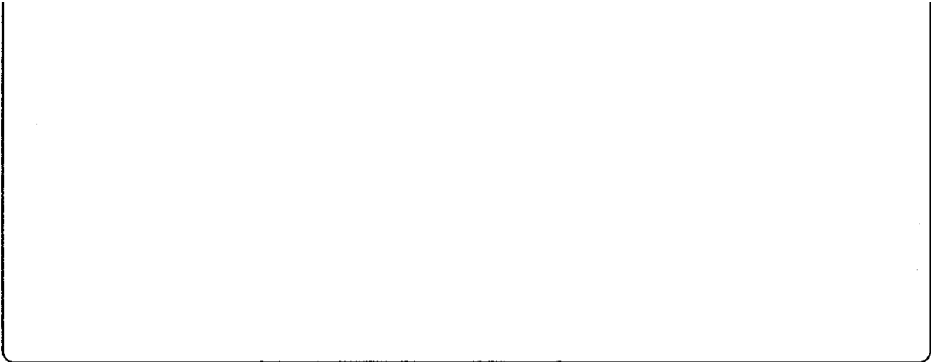
Matrícula N. 28.294

Data:

01 de Julho de 2019

Ficha 01

**IMÓVEL RURAL GEORREFERENCIADO:** O Lote de terras sob nº 177-A - GLEBA A, com área de 1,7784 hectares, perímetro 604,88 m, da Gleba Patrimônio Nova Esperança, situado no distrito da sede deste município e Foro Regional de Nova Esperança-PR, Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR, com a seguinte descrição da parcela: "O perímetro tem início no VÉRTICE: A8H-M-1246, (Longitude: -52°10'49,453", Latitude: -23°10'16,851" e Altitude: 478,27 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR-463, no Azimute: 189°12' e Distância: 33,97 m, daí até o VÉRTICE: A8H-V-1531, (Longitude: -52°10'49,644", Latitude: -23°10'17,941" e Altitude: 481,15 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR-463, no Azimute: 190°28' e Distância: 23,46 m, daí até o VÉRTICE: A8H-V-1532, (Longitude: -52°10'49,794", Latitude: -23°10'18,691" e Altitude: 482,36 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR-463, no Azimute: 191°29' e Distância: 26,97 m, daí até o VÉRTICE: A8H-V-1533, (Longitude: -52°10'49,983", Latitude: -23°10'19,550" e Altitude: 483,97 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR-463, no Azimute: 193°34' e Distância: 28,01 m, daí até o VÉRTICE: A8H-V-1534, (Longitude: -52°10'50,214", Latitude: -23°10'20,435" e Altitude: 485,71 m), deste segue confrontando com RODOVIA PR-463, no Azimute: 194°27' e Distância: 19,82 m, daí até o VÉRTICE: A8H-M-1243, (Longitude: -52°10'50,388", Latitude: -23°10'21,059" e Altitude: 489,81 m), deste segue confrontando com CNS: 08.400-4|Mat. 3.515| LOTE 177 DA GLEBA PATRIMÔNIO NOVA ESPERANÇA, no Azimute: 243°17' e Distância: 170,45 m, daí até o VÉRTICE: A8H-M-1244, (Longitude: -52°10'55,741", Latitude: -23°10'23,549" e Altitude: 495,28 m), deste segue confrontando com ESTRADA MUNICIPAL, no Azimute: 12°00' e Distância: 132,99 m, daí até o VÉRTICE: A8H-M-1245, (Longitude: -52°10'54,768", Latitude: -23°10'19,321" e Altitude: 484,64 m), deste segue confrontando com CNS: 08.400-4|Mat. 10.390| LOTE 178-A DA GLEBA PATRIMÔNIO CAPELINHA, no Azimute: 63°18' e Distância: 169,21 m, até o VÉRTICE: A8H-M-1246, ponto inicial do perímetro."= Imóvel cadastrado no INCRA conforme Certificado de Cadastro de Imóvel Rural-CCIR Emissão Exercício 2018, com os seguintes dados: Código do Imóvel Rural: 717.126.022.047-5 - Denominação do Imóvel Rural: Chacara



**REGISTRO DE IMÓVEIS**  
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ  
FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA  
ESTADO DO PARANÁ  
06/05/2024  
**CERTIFICO** e dou fé, que a presente fotocópia confere com a original, devidamente arquivada neste cartório. (Lei 6.015/73, artigo 19, §1º)  
  
Protocolo: 125471. Título: Averbação Premonitória  
, Data: 18/04/2024. Vencimento: 17/05/2024. Situação: Diligenciado  
Para consulta: **MEDEIRA & GUIMARÃES ADVOGADOS**  
[www.aripar.org.br/validador?CPF=08.400-4](http://www.aripar.org.br/validador?CPF=08.400-4)  
e o código de verificação do documento: **RHSDUS**  
consulta disponível por 30 dias

Buscas R\$4,98      Certidão do Registro de Imóveis R\$38,55  
SELO R12 (FUNARPEN) R\$8,00      SELO R13 (FUNARPEN) R\$1,50  
ISS - R\$ 2,18  
FUNREJUS - R\$ 10,90  
FADEP - R\$ 2,18  
TOTAL - R\$ 68,28



Presidência da República  
Casa Civil  
Ministério da Justiça  
Modulo Provisória Nº  
2.200.2 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente  
**DANUSA MARIA DE CAMARGO DIAS ARAUJO**  
CPF: 03078564967 - 06/05/2024

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUXVH CXRE3 M7CTN GZJ4B



M. 31.090



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado do Paraná - Foro Regional de Nova Esperança  
da Comarca da Região Metropolitana de Maringá

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Danusa Maria de Camargo Dias Araujo  
Oficial

Livro 2 - REGISTRO GERAL

CNM: 084004.2.0031090-73



01

Matrícula Nº 31.090

29 de Maio de 2023

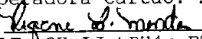
01

**Imóvel urbano:** O Lote de terras sob nº 196-C, da Gleba Patrimônio Capelinha, com a área de 15.144,00 m², situado no perímetro urbano desta cidade e sede Foro Regional de Nova Esperança-PR, Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na margem direita do Ribeirão Caxangá e na divisa com o lote nº 178-A, segue confrontando com o referido lote, no rumo SO 11°33" com 120,70 metros, até outro marco cravado na divisa com o lote nº 177-A - GLEBA A; deste ponto, segue confrontando com o referido lote, no rumo SO 11°34' com 93,17 metros, até outro marco cravado na divisa com a Estrada Municipal; deste ponto, segue confrontando com a referida Estrada, no rumo NO 30°26' com 23,98 metros, até um marco cravado na divisa com o lote nº 196-Remanescente; deste ponto, segue confrontando com o referido lote, no rumo NO 30°26' com 176,32 metros, até outro marco cravado na margem direita do Ribeirão Caxangá e, finalmente, descendo por este, segue até o ponto de partida".= Imóvel Cadastrado junto a Prefeitura Municipal de Nova Esperança-PR sob nº 01024090212001 e Cadastro Imobiliário nº 1-369793, possuindo a seguinte indicação predial: Av. Felipe Camarão, S/N, Gleba Capelinha, Nova Esperança-PR. HÁ SUPRIMENTO DE DIVISAS FEITOS NA AV-8/14.842, DESTE SERVIÇO REGISTRAL, FORMA FACULTADA PELO ARTIGO 500, § 1º, DO CÓDIGO DE NORMAS FORO EXTRAJUDICIAL DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PARANÁ, VISANDO ATENDIMENTO DO CAPUT DO REFERIDO ARTIGO, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO.

**Proprietário:** AGROMEAL SUPRIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.624.776/0001-07, com sede na Rodovia PR-463, KM 3,5, Lote 178-A S/N, Gleba Patrimônio Capelinha, na cidade de Nova Esperança-PR.-

**Registro Anterior:** Registro nº R-5/14.842, Lv. 02, Registro Geral, deste Serviço de Registro de Imóveis.-



ANTONIO DE PADUA, CPF nº 048.640.398-01, RG: 18.481.040-1.= Valor da Causa: R\$168.538,00 (cento e sessenta e oito mil e quinhentos e trinta e oito reais).= FUNREJUS - Recolhido no valor de R\$337,08, conforme guia que fica arquivada. Dou fé. Emol. VRC: 1.293,60 = R\$358,33. FUNDEP: R\$17,9165. ISS: R\$17,9165. Encargos Operadora Cartão: R\$0,00. Selo: R\$8,00.= Nova Esperança, 19 de março de 2024.  (Regiane Lordano Mendes Juliani).= Escrevente.- SFRI2.E5LFV4OUzIJ-tPH4v.F841q

**REGISTRO DE IMÓVEIS**  
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ  
FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA  
ESTADO DO PARANÁ  
06/05/2024  
**CERTIFICO** e dou fé, que a presente fotocópia confere com a original, devidamente arquivada neste cartório. (Lei 6.015/73, artigo 19, §1º)

Protocolo: 125471, Título: Averbação Premonitória  
Data: 18/04/2024, Vencimento: 17/05/2024, Situação: Diligenciado  
Para consultar: **MEONAR & GUIMARÃES ADVOGADOS**  
www.aripar.org.br - Validador: 08.400-4  
e o código de verificação do documento: **5RMQVM**  
Consulta disponível por 30 dias

Buscas R\$4,98      Certidão do Registro de Imóveis R\$38,55  
SELO RI2 (FUNARPEN) R\$8,00      SELO RI3 (FUNARPEN) R\$1,50  
ISS - R\$ 2,18  
FUNREJUS - R\$ 10,90  
FADEP - R\$ 2,18  
TOTAL - R\$ 68,28



Documento Assinado Digitalmente  
**DANUSA MARIA DE CAMARGO DIAS ARAUJO**  
CPF: 03078564967 - 06/05/2024

6 - REFERÊNCIAS

SINDUSCON. Custos Unitários Básicos de Construção, 2024. Disponível em: < <https://sindusconpr.com.br/tabela-completa-370-p>>. Acesso em 01 de Maio de 2024.